

UNIVERSIDADE DE LISBOA

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO



CONTRIBUTOS DA EDUCAÇÃO: (RE)VIVER NA PRISÃO

Isabel Cristina de Oliveira Ramos

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

(Área de Especialização: Educação Intercultural)

2011

**UNIVERSIDADE DE LISBOA
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO**



CONTRIBUTOS DA EDUCAÇÃO: (RE)VIVER NA PRISÃO

Isabel Cristina de Oliveira Ramos

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

(Área de Especialização: Educação Intercultural)

Relatório de Estágio orientado por: Professora Doutora Helena Marchand

2011

“(...) as circunstâncias moldam os homens, do mesmo modo que os homens moldam as circunstâncias.”

(Marx, 1975, p.57)

Resumo

Das 3 modalidades previstas para a conclusão do Mestrado – trabalho de projecto, estágio de carácter profissional e dissertação –, o estágio foi a modalidade pela qual optei. O objectivo de um estágio de carácter profissional é transferir os conhecimentos adquiridos em contexto formal para o ambiente real de trabalho, através da caracterização da instituição, detecção de um problema e intervenção para a sua solução. O estágio tem um carácter transformador da realidade e, como tal, pressupõe um grande envolvimento de quem nele participa.

Com este estágio pretendeu-se identificar necessidades e planificar eventuais intervenções no Estabelecimento Prisional de Paços de Ferreira (EPPF), de modo a contribuir para a optimização da vida dos reclusos. Foi considerada prioritária a questão da ocupação do tempo que os reclusos passam na instituição prisional. Com efeito, uma ocupação do tempo bem planificada poderá contribuir para a valorização multidimensional dos reclusos (aquisição de uma profissão; prossecução dos estudos; prática desportiva; desempenho performativo, mas também desenvolvimento pessoal e social; nomeadamente desenvolvimento da capacidade de resolução de conflitos e da qualidade das relações interpessoais) factor fundamental para a sua futura reinserção social.

Para levar a cabo este estágio foram realizadas visitas ao Estabelecimento Prisional de Paços de Ferreira, dois dias por semana, 8 horas cada dia, ao longo de 7 meses. O trabalho desenvolvido foi feito directamente com a equipa de educadores, apesar de interagir com todas as outras equipas - de guardas-prisionais, direcção do estabelecimento, etc.

O trabalho foi desenvolvido com base em observações participantes, entrevistas e a redacção diária de notas de campo.

Os dados obtidos quanto ao tempo passado na prisão mostraram que há um grande investimento na educação e formação dos reclusos, bem como aposta no exercício físico e que os seus efeitos são muito positivos na qualidade e bem-estar dos reclusos. Contudo, este investimento não é suficiente para facultar uma boa reinserção social aquando do fim da pena do recluso. Para tal, seria necessário um trabalho junto dos reclusos centrado na promoção do desenvolvimento pessoal e social que conduzissem a um melhor conhecimento de si próprios, a uma maior capacidade para a resolução de conflitos e a uma superior qualidade nas relações interpessoais.

Palavras – Chave: Reclusão, educação, formação profissional, desenvolvimento pessoal e social, reinserção social

Abstract

Of the 3 modalities planned for the conclusion of the master's degree – project work, internship with professional character and dissertation – the internship was the modality which I chose. The goal of an internship with professional character is to transfer the acquired knowledge in a formal context to the real work environment through the characterization of the institution, the detection of a problem and the intervention for its solution. Internship has a transformer character of reality and, because of this, it presumes a large involvement by who participates in it.

This internship intended to identify needs and to plan eventual interventions in the Estabelecimento Prisional de Paços de Ferreira (EPPF) contributing for an optimization of prisoners' life. The occupation of prisoners' time in the facility was considered as a matter of priority. Indeed, a well planned occupation of time could contribute to a multidimensional appreciation by the prisoners (acquisition of a career; pursuit of studies; sports practice; performative performance, but also personal and social development; particularly development of the ability of conflict resolution and the quality of interpersonal relationships) essential factor for their future social reintegration.

To be able to do this internship it took several visits to the Estabelecimento Prisional de Paços de Ferreira, two days a week, 8 hours by day, for seven months. The developed work was done directly with the team of educators, despite of interacting with all of the other teams – the prison guards, management of the facility, etc.

The work was developed based on direct observations, interviews and daily writing of field notes.

The acquired data based on time spent in the prison showed that there is a large investment on education and formation of prisoners, as well as in physical exercise and that their effects are extremely positive in prisoners' quality and well-being. However this investment is not enough to provide a good social reintegration by the time of the end of their penalty. To do this it would be necessary a work near the prisoners centered in the promotion of personal and social development that lead to a better knowledge of them-selves, to a bigger ability of conflict resolution and a superior quality in interpersonal relationships.

Key-words: Imprisonment, education, professional formation, personal and social development, social reintegration

Índice

INTRODUÇÃO	7
1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO	9
1.1. A reclusão	9
1.1.1. A reclusão e o mundo exterior	14
1.2. As repercussões familiares da reclusão	16
1.2.1. Os impactos da reclusão na organização e dinâmica familiar	16
1.2.2. O impacto da reclusão na economia doméstica e na estrutura familiar	18
1.3. Ressignificação e construção social de novos laços	20
2. ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO	23
3. DESCRIÇÃO DO ESTÁGIO	28
3.1. Justificação do Estágio	28
3.2. Estratégia geral de intervenção	29
3.3. Caracterização da Instituição	31
3.4. Enquadramento sócio-institucional	34
3.5. O contacto com a Instituição	39
Manhã de 2 de Dezembro de 2010	39
15 de Dezembro de 2010	43
10 de Janeiro de 2011	47
24 de Janeiro de 2011	53
2 de Fevereiro de 2011	65
4 de Março de 2011	66
20 de Maio de 2011	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS	83

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	84
---	-----------

ANEXOS	88
---------------------	-----------

Anexo I – Carta de pedido de autorização para observação	89
--	----

Anexo II – Imagem de satélite do EPPF	92
---	----

Anexo III - Guião da entrevista realizada ao Director-Adjunto do EPPF	93
---	----

Anexo IV - Guião da entrevista realizada a um guarda prisional	96
--	----

Anexo V - Entrevista ao guarda prisional do EPPF	99
--	----

Anexo VI - Guião da entrevista realizada a 2 técnicos de educação	103
---	-----

Anexo VII – Entrevista realizada à educadora do EPPF.....	106
---	-----

Anexo VIII - Entrevista realizada a um recluso do EPPF	109
--	-----

Introdução

Este trabalho constitui a peça central e final do Mestrado em Ciências da Educação, área de Educação Intercultural.

Das 3 modalidades previstas para a conclusão do Mestrado – trabalho de projecto, estágio de carácter profissional e tese –, o estágio foi a modalidade pela qual optei. O estágio de carácter profissional visa a transferência de conhecimentos para o ambiente real de trabalho (por exemplo, escolas, agrupamentos, centros de formação e de gestão de recursos humanos, empresas, ONG, IPSS, entre outras instituições educativas/formativas), através da caracterização da instituição, detecção de um problema e intervenção para a sua solução. O estágio inicia-se com a integração do estudante na organização/instituição, e só posteriormente, em função das necessidades e problemas detectados, decidirá qual a intervenção a realizar. Esta detecção de necessidades e problemas é feita sob a orientação de um orientador do estágio, no local, e a supervisão do orientador do Instituto de Educação.

Trata-se de uma formação feita em situação de trabalho, supervisionada, o que potencia vários momentos de aprendizagem.

O carácter transformador de um estágio pressupõe um grande envolvimento de quem nele participa. De acordo com Leite (2003, p. 96) “um “projecto” é uma *ideia* de uma possível transformação do real e a sua concretização”.

Com este estágio pretendeu-se identificar necessidades e planificar eventuais intervenções no Estabelecimento Prisional de Paços de Ferreira (EPPF), de modo a contribuir para a optimização da qualidade de tempo dos reclusos e, assim, contribuir para uma valorização multidimensional, que engloba um melhor conhecimento de si próprio, uma maior capacidade para a resolução de conflitos, uma superior qualidade nas relações interpessoais. Pretendeu-se, assim, contribuir para o decréscimo da violência e criminalidade, frequentemente resultante do tempo vivido na prisão e ajudar a reintegração dos reclusos na sociedade. Em suma, colaborar para que o tempo passado na prisão proporcione auto-conhecimento, evolução e crescimento, factores importantes para uma futura reinserção social dos reclusos. Sendo assim, a problemática do estágio vai do apoio à melhoria da qualidade do tempo de prisão até ao apoio na reinserção social.

Para levar a cabo este estágio foram realizadas visitas ao Estabelecimento Prisional de Paços de Ferreira, dois dias por semana, 8 horas cada dia, ao longo de 7 meses. O trabalho desenvolvido foi feito directamente com a equipa de educadores,

apesar de conhecer e interagir com todas as outras equipas - de guardas-prisionais, direcção do estabelecimento, etc.

O trabalho foi desenvolvido com base em observações participantes, entrevistas e a redacção diária de notas de campo.

Em termos pessoais, tracei os seguintes objectivos gerais: (1) aprofundar a arte de pesquisa; (2) adquirir novas competências; (3) participar em situações educativas e formativas diversificadas. Os objectivos específicos foram (1) adaptar-me à situação de trabalho; (2) analisar e reflectir sobre o meu desempenho enquanto estagiária de forma a melhorá-lo; (3) saber articular a informação e processá-la em termos científicos; e (4), desenvolver competências de análise, investigação e intervenção em contextos de educação e formação.

Este relatório está estruturado em cinco partes. Esta breve Introdução, o Enquadramento Teórico, o Enquadramento Metodológico, a Descrição do Estágio e, por fim as Considerações Finais.

A Introdução tem por objectivo fazer uma breve descrição da problemática que será analisada neste relatório.

O Enquadramento Teórico, servirá para fundamentar alguns temas relacionadas com o meu estágio e identificar os conceitos-chave necessários para compreender o assunto do meu estágio, nomeadamente reclusão, educação e formação.

No Enquadramento Metodológico será feita uma breve apresentação das metodologias que utilizei para realizar o meu estágio, mais concretamente as formas de recolha de informação e de conhecimentos mais importantes.

Na Descrição do Estágio, serão apresentados: (1) a justificação (o diagnóstico), (2) os objectivos e (3) a concretização do Estágio. Será, ainda, feita uma caracterização da instituição de estágio, que servirá para mostrar, de forma sucinta, o que é a instituição, quais as áreas principais onde actua, quais as actividades da área onde estive inserida e, ainda, as actividades que foram desenvolvidas fora do âmbito do estágio mas que acabaram por ter importância para a definição e concretização do mesmo.

Nas Considerações Finais far-se-à um balanço geral de toda a caminhada do estágio, as dificuldades, os problemas e as estratégias e técnicas de superação dos mesmos.

1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1. A Reclusão

A pena de prisão foi adquirindo, a partir do século XIX, uma centralidade relativa como resposta sancionatória ao desvio criminalizado, em confronto com outras formas de punição mais duras e cruéis¹. O facto de ser reconhecida como uma reacção punitiva e de permitir responder melhor às diversas lógicas justificadoras da sanção penal – expiação do mal cometido, dissuasão da prática delinquente, neutralização do infractor e reinserção social do condenado – explica a manutenção dessa relevância no contexto das sociedades modernas e democráticas (apesar de sujeita a críticas recorrentes por desvios face ao ideal-típico humanista que esteve na sua génese).

Na perspectiva dos seus destinatários - os condenados - a pena de prisão tem-se revelado, quase sempre, uma experiência marcante. A segregação social que impõe, a relativa desumanização associada à vida intra-muros e a própria desorganização e fragilização das condições de existência, decorrentes da retirada de contextos de integração familiar e laboral, constituem os traços essenciais dessa experiência, a qual tende a ser representada e vivida de forma negativa pelos condenados (Carmo, 2009, p.6).

O Direito Penal, na actualidade, obedece aos princípios do respeito pela pessoa e liberdade humanas. Aparentemente, alega-se não tanto o castigo dos delinquentes mas a sua recuperação, a fim de integrá-los na sociedade. Nas palavras de Santos (2003)

“Em Portugal, não obstante ainda hoje as finalidades retributivas das penas serem defendidas por alguns autores, a verdade é que, quer a maioria da doutrina portuguesa, quer a legislação, dão especial destaque à finalidade preventiva da pena de prisão. Neste contexto, a ideia de ressocialização, em consequência do desenvolvimento das teorias humanistas do final do século XVIII, tem vindo, progressivamente, a assumir um papel central” (p. 58).

Embora haja preocupação com a ressocialização, esta é afectada pela imagem identitária, geralmente negativa, da maior parte dos reclusos. Tal imagem não só os

¹ Por exemplo, os suplícios, as punições corporais ou a pena de morte por enforcamento. Cf. “Vigiar e Punir” (Foucault, 1988).

torna potenciais reincidente, como os impede de ver a sua vida na prisão como uma oportunidade de transformação pessoal positiva que os prepare para uma vida em liberdade frutífera e responsável. A maior parte dos reclusos vê a sua permanência na prisão como um tempo muitas vezes vivido de forma martirizante onde se tomam decisões sobre o que podem e o que não podem fazer ao mais ínfimo pormenor (notas de campo de 24 de Janeiro de 2011).

Estar preso é uma situação “contra natura”. O Ser Humano não foi concebido para viver num espaço reduzido que o priva do exercício normal das suas funções. É pois natural que em tais condições ele sofra alterações e desenvolva estratégias adaptativas para sobreviver num contexto que lhe é adverso e onde, em princípio, não quereria estar (Gonçalves & Vieira, 1995).

É preciso ter em conta a intensa moldagem identitária que um recluso sofre em contexto prisional, cuja intensidade depende de factores como o tempo de aprisionamento e as condições por que passa nesse período. Nas palavras de Goffman (1974), “o ser humano (...) após passar pelo selectivo processo de recrutamento do sistema penal, entre as pessoas mais pobres, minorias, humildes e sem instrução, (...) é despido da sua aparência usual, ele é identificado, «recebe um número», é tirada a sua fotografia, impressões digitais, distribuídas roupas da instituição, resumindo, um verdadeiro processo de ‘despersonalização’”² (p.26).

Perspectivando a futura reinserção social dos reclusos, existem nas instituições prisionais sectores de ocupação laboral, formação profissional e ensino, que se destinam, entre outros, a minorar os efeitos nefastos decorrentes da reclusão e a ajudar os reclusos a gerir e controlar os conflitos. Porém, de acordo com os profissionais desses sectores, embora a legislação³ a defenda – *“a reinserção social não se faz! A sociedade que nos acusa de não fazermos nada de bom pelos reclusos, é a sociedade que os estereotipa e o exclui quando eles chegam lá fora”* (notas de campo de 20 de Maio de 2011).

Actualmente, há um apelo à intervenção das organizações civis no sistema prisional, nomeadamente às empresas. Para a Direcção Geral dos Serviços Prisionais, dentro dos estabelecimentos, a vertente do trabalho tem sido desenvolvida “quer através da consideração deste sector na política de obras, infra-estruturas e aquisição de equipamentos, quer através da articulação com entidades do sector privado a quem

² Notas de campo de 4 de Março de 2011.

³ Regras Mínimas para o Tratamento dos Reclusos, ponto 80: “Desde o início do cumprimento da pena de um recluso deve ter-se em consideração o seu futuro depois de libertado, sendo estimulado e ajudado a manter ou estabelecer as relações com pessoas ou organizações externas, aptas a promover os melhores interesses da sua família e da sua própria reinserção social.”

passaram a ser prestados serviços pelos reclusos, procurando-se assim diversificar as actividades ocupacionais, adequando-as, sempre que possível, às características da população prisional e à oferta de trabalho”⁴.

O Governo admite a possibilidade de dar incentivos aos empresários para se instalarem nos estabelecimentos prisionais e promete uma redução dos custos de produção. Desconhece-se, contudo, por falta de avaliação, as respostas e implicações deste apelo, nomeadamente na reinserção social. De acordo com um entrevistado, *“nada é feito no âmbito de uma reinserção, as actividades aqui realizadas são apenas para lhes ocupar o tempo...”*, (nota de campo de 4 de Março de 2011).

A par das condições físicas, há que fazer todo um investimento em “acções concretas e planos de actuação no domínio da educação escolar, profissional e cívica, chamando para o sistema sectores-chave do Estado e da sociedade”, afirma o ministro da Justiça, Alberto Costa⁵. Reafirma também que o Governo vai acabar nesta legislatura com o balde higiénico – sistema medieval – nos estabelecimentos prisionais, condição primária para melhorar o modelo de saúde nas prisões, Trata-se de por fim a uma situação intolerável para quem tem que conviver com dejectos acumulados numa balde dentro da cela onde, muitas vezes, são tomadas as refeições.

Relatórios da Provedoria da Justiça de 1996 e 1999, em que as percentagens da população de primários é 54% e de reincidentes é 46%, mostram, ainda que de forma indirecta, a eficácia da prisão. Os dados indicam que continuam a falhar os mecanismos sociais de prevenção e de reinserção social.

No entanto existe um problema que hoje é essencial abordar, a toxicodependência,

De acordo com Cunha (1994),

“no que respeita às drogas, apenas uma pequena proporção das que entram na cadeia se destina à venda e não ao auto-consumo; estes produtos (sobretudo haxixe) penetram pontualmente no estabelecimento em pequenas quantidades, através de visitas e encomendas (foram detectadas drogas no interior de nozes, laranjas, bolos e iogurtes, acontecendo também que o conteúdo dos últimos seja substituído por álcool, cujo consumo é interdito na instituição)” (p.151).

⁴ Retirado, em Março de 2011, do Website http://www.dgsp.mj.pt/frameset_trabalho.html.

⁵ Artigo “Ministro promete fim do balde higiénico nas prisões”, do jornal Destak, de 19 de Fevereiro de 2009, disponível em <http://www.destak.pt/artigos.php?art=22243>.

As lógicas de funcionamento e relações dentro de uma cadeia estão hoje muito relacionadas com o consumo e tráfico de estupefacientes. Como refere Cunha (1994), existe mesmo quem diga que a “droga governa as cadeias”. Não sendo intuito deste relatório analisar este tema, não é possível abordar a problemática do tempo passado em reclusão até à reinserção sem admitir a existência deste problema.

Os contextos de formação nos estabelecimentos prisionais variam de acordo com o contexto em que se insere e o tipo de população a que se destina.

Procura-se aqui, sucintamente, expor o conjunto de possibilidades que o recluso tem no sentido de transformar a sua reclusão num período de tempo útil para preparar o regresso progressivo à sociedade. Aliás, se fizermos a devida confrontação com a legislação sabemos que isto está legalmente definido, só para dar um exemplo, o Plano Individual de Readaptação (PIR) (Anexo em CD-ROM) de cada recluso está definido na lei⁶ desde 1979, sendo portanto obrigatório desde essa data. No entanto, só desde 2008 é que as entidades competentes começaram a obrigar a sua elaboração e a fiscalizar a mesma. De realçar que este plano define todo o percurso e o conjunto de possibilidades e estratégias utilizadas para atenuar as consequências do processo de institucionalização, bem como, corrigir os comportamentos que foram sancionados pela lei, para no final da pena (ou antes), existirem condições que garantam o sucesso da reinserção.

Assim, a legislação define um conjunto de processos que contribuam para esse objectivo, mas ao longo do tempo vão surgindo iniciativas locais e nacionais que visam colmatar falhas da própria legislação. Muitas são desenvolvidas pela sociedade civil em regime de voluntariado, outras por empresas e técnicos especializados pagos de acordo com as necessidades e as possibilidades do momento:

- Regime Aberto Virado para o Interior (RAVI)⁷: permite ao recluso trabalhar no estabelecimento, dentro ou fora de muros, submetido, porém, a uma vigilância descontínua, sendo competente para a colocação de um recluso nesse regime, ou a sua revogação, o director do EP;
- Regime de Visitas Íntimas (RVI): decidido por um conselho técnico que avalia as condições de execução de pena e a estabilidade no contacto com o cônjuge. A visita tem a duração de 3 horas e acontece uma vez por mês, sendo privilégio de reclusos casados ou com união de facto comprovada;

⁶ Proposta de Lei de execução de penas e medidas privativas de liberdade – Proposta de Lei n.º 252/X, ponto 7 da Exposição de Motivos.

⁷ Circular 8/98, ponto V, 5.1

- Saídas Precárias Prolongadas (SPP)⁸: concedidas pelo Juiz do Tribunal de Execução de Penas a reclusos que tenham cumprido 6 meses ou um quarto de pena, e poderão ser concedidas por um máximo de 16 dias por ano, seguidos ou interpolados;
- Saídas de Curta Duração (SCD)⁹: cedida pelo Director do EP, permite ao recluso a saída do estabelecimento por um período máximo de 48 horas;
- Liberdade Condicional (relatório Anexo em CD-ROM);
- Regime Aberto Virado para o Exterior (RAVE)¹⁰: os reclusos escolhidos para ocuparem um emprego fora do estabelecimento prisional devem obedecer a vários critérios. Primeiro têm que ter cumprido pelo menos metade da pena e é necessário que esteja próxima de apreciação a liberdade condicional. Os reclusos são ainda submetidos a uma avaliação de comportamento e é analisada a situação profissional, para perceber se esta será adequada à inserção social do indivíduo.
- Cursos de Formação Profissional: nas áreas de olaria, serralharia, jardinagem e serralharia-mecânica;
- Ocupações laborais¹¹: Sapataria, Artesanato, entre outros;
- Bolsa de Trabalho Prisional (BTP)¹²: Através da bolsa, os Serviços Prisionais divulgam junto da sociedade civil o que tem sido feito pelo sistema prisional em matéria de ocupação laboral de reclusos e, ao mesmo tempo, promovem a sensibilização e a cooperação de agentes sociais e económicos com vista a aumentar e diversificar as ofertas de trabalho.

Se não conhecermos a especificidade do sistema prisional e da sua população diremos que todo este conjunto de actividades é suficiente e que com ele se poderá atingir os objectivos definidos pela lei. No entanto a taxa de sucesso da reinserção é mínima e a diminuição dos comportamentos reprováveis e punidos é muito baixa (Santos, 2003, p. 455-458). Os estabelecimentos prisionais hoje enfrentam outros problemas que já não têm enquadramento na lei actual.

⁸ Artigos 23º, n.º 4, e 24º, n.º1, do Decreto-Lei n.º 782/76, de 29 de Outubro.

⁹ Decreto-Lei nº 49/80, de 22 de Março.

¹⁰ Circular 8/98, ponto II, 2.1

¹¹ <http://www.dgsp.mj.pt/>

¹² <http://www.dgsp.mj.pt/backoffice/Documentos/DocumentosSite/GuiaEntEmpreg.pdf>

É neste contexto que ressalta a importância da equipa de Técnicos Superiores de Reeducação, dos guardas prisionais e de todos os profissionais que diariamente travam contacto com os reclusos, e são neste trabalho alvo do nosso interesse.

Não se pode esquecer que o recluso, enquanto pessoa, é sujeito de direitos, parte na relação jurídica que o liga à administração penitenciária. Deste modo, rememorando a referência de Goffman (1974) sobre a prisão como instituição total e as punições corporais de Foucault (1988), temos de reter que actualmente já existe legislação, neste âmbito, para assegurar que a pena de prisão não é uma pena de banimento.

A reclusão penitenciária não pode ser um espaço de quase não-direito, uma obscura “relação especial de poder”, em que o Estado se desvincula do respeito que deve à dignidade da pessoa e aos seus direitos fundamentais. É importante que isto fique claro: a intenção de socialização, hoje, não se fica por meras declarações de humanismo, mas passa pela contemplação do recluso não como detentor de privilégios perante a administração prisional, mas como portador de direitos que a sua qualidade de cidadão lhe assegura.

Assim, “a pena deve ser promoção da responsabilidade e impulso de emancipação. Porque se assim não for, então estará em causa a sublime dignidade do Homem”.¹³

1.1.1. A reclusão e o mundo exterior

A construção dos estabelecimentos prisionais, até ao terceiro quartel do século XX, era dominada pela ideia do afastamento do tecido urbano, todavia, as tendências mais recentes apontam para a inclusão daqueles no seio das comunidades a que pertencem. Esta ideia de aproximação da prisão à comunidade tem como fundamento o pressuposto de que “todos os esforços devem ser feitos no sentido de assegurar que os regimes prisionais sejam concebidos e geridos de forma a (...) minimizar os efeitos negativos da detenção e as diferenças entre a vida na prisão e a vida em liberdade”¹⁴.

Adoptando uma perspectiva da prisão enquanto sistema aberto, alguns autores têm procurado analisar os processos e lugares estratégicos através e a partir dos quais se processam as trocas entre os reclusos e o meio social envolvente. As autorizações de correspondência, o uso do telefone, os parlatórios e outros lugares

¹³ Assunção Esteves cit. por Barbosa (2004) na contra-capá.

¹⁴ Cfr. Regras Prisionais Europeias, Recomendação (87) 3, de 12 de Fevereiro, do Comité de Ministros do Conselho da Europa.

onde se concretizam as visitas são exemplos que consubstanciam esta representação da “porosidade” do sistema prisional. Uma outra vertente do princípio do contacto do recluso com o mundo exterior recomenda que seja permitido aos reclusos manterem-se “informados regularmente das notícias, lendo jornais, periódicos e outras publicações, recebendo transmissões de rádio e televisão, ou através de outras leituras ou de outros meios similares, conforme autorizado ou controlado pela administração”¹⁵.

Nesta matéria, revelam-se importantes os resultados de estudos sociológicos sobre a configuração e importância das redes sociais de apoio, em particular, as de natureza familiar. Estas redes sociais, face à situação de prisão mobilizam-se no sentido de dispensar apoios diversos, os quais variam consoante os destinatários. Os reclusos beneficiam, sobretudo, de manifestações de apoio de natureza psico-afectiva e moral, materializadas em visitas, contactos telefónicos e correspondência de que são destinatários assim como na oferta de produtos (tabaco, doces, produtos de higiene pessoal).

Uma das maiores dificuldades apontadas para a manutenção dos laços sociais é a distância entre as prisões e a sociedade, resultantes do isolamento da generalidade dos estabelecimentos prisionais face à comunidade onde estão inseridos. Esse isolamento “deveria ser medido (...) pela distância a que os reclusos são colocados da comunidade de origem e, de uma forma menos explícita, pelo grau de pertença que as comunidades locais expressam em relação aos reclusos que delas faziam parte” (Roberts, 1996, p. 231).

Por fim, relativamente às visitas na prisão, constata-se, que as condições para o diálogo conjugal problematizam-se, ao nível da frequência e privacidade¹⁶, gerando insatisfação generalizada. A conversação tende a centrar-se em matérias relativas ao círculo familiar nuclear, focalizando-se mais na parentalidade, na intimidade conjugal e nas rotinas além-muros dos(as) parceiros(as).

¹⁵ Pontos 43 e 45 da Recomendação (87) 3, do Comité de Ministros do Conselho da Europa, de 12n de Fevereiro.

¹⁶ A autorização de visitas conjugais em meio prisional constitui uma das práticas adoptadas para atenuar o impacto negativo da prisão. No caso português, a implementação do regime de visitas íntimas iniciou-se na última década do século passado, estando actualmente circunscrito a quatro estabelecimentos prisionais (sendo um deles o Estabelecimento Prisional de Paços de Ferreira).

1.2. As repercussões familiares da reclusão

Estudos sobre o impacto da prisão na família partem do pressuposto de que o cumprimento de uma pena de prisão, ao implicar a segregação familiar e a privação sexual, conseqüente do afastamento de contextos de relacionamento familiar e de intimidade, a desorganização das condições de existência, a alteração de rotinas do dia-a-dia e a estigmatização social (pessoal e familiar) tem implicações e custos, conceptualizáveis como “prisionização secundária”¹⁷. Portanto, estas implicações não são apenas para o condenado mas também para o seu núcleo familiar. Deste modo, coloca-se a questão particular de saber de que forma a experiência de reclusão afecta o projecto e a vivência conjugal e familiar de condenados que mantêm, nessas circunstâncias, vínculos matrimoniais ou equiparados.

Assim sendo, advoga-se o princípio de que a execução da pena de prisão, induz efeitos perturbadores e desorientadores na coesão conjugal, ao nível da dimensão identitária¹⁸, da dimensão antroponómica¹⁹ e da dimensão relacional²⁰. Esta conjectura encontra o seu fundamento numa abordagem sociológica da conjugalidade enquanto relação social, conceptualizada por Torres (2002).

Contudo, a pena de prisão ainda significa a relegação dos condenados para uma vida social isolada do resto da sociedade e a sua sujeição a privações e frustrações, por períodos de tempo prolongados, com efeitos adversos a nível pessoal.

1.2.1. Os impactos da reclusão na organização e dinâmica familiar

O cumprimento de uma pena de prisão, para além de implicações psicológicas para o recluso, tende igualmente a gerar efeitos colaterais mais vastos. Este impacto consubstancia-se, num primeiro momento na vivência da reclusão como uma “crise familiar”, gerando uma sensação de perda e podendo dar azo a eventuais implicações psicológicas em familiares próximos, confrontados com dificuldades em se adaptarem a tal situação. Subsequentemente, outras conseqüências sobrevêm, afectando de

¹⁷ Segundo Megan Comfort (2003) os familiares de indivíduos a cumprir penas de prisão efectiva assumem um estatuto de quase-condenados, dado experienciarem, no contacto com a instituição prisional aquando de visitas a esses familiares, constrangimentos de autonomia pessoal, de privação de bens e serviços e impactos estigmatizadores que se configuram como uma forma de “prisionização secundária”.

¹⁸ A dimensão identitária diz respeito à imagem pessoal e social na relação com a conjugalidade, e às expectativas e práticas de investimento pessoal.

¹⁹ As condições materiais e os processos da reprodução familiar encontram-se na dimensão antroponómica.

²⁰ O clima afectivo e a intimidade amorosa na conjugalidade vão de encontro à dimensão relacional.

forma mais ou menos intensa a dinâmica familiar através da sobrecarga do cônjuge, de uma regressão económica até ao afastamento físico do casal, que muitas vezes leva ao fim da estrutura familiar.

No caso português denota-se a existência, cada vez mais, de processos judiciais que envolvem “vários arguidos aparentados entre si, assim como se tornou recorrente a reclusão conjunta de vários familiares” (Cunha, 2007, p. 89). A este respeito, torna-se pertinente ressaltar os estudos de Cunha²¹, que evidenciam o facto de sensivelmente metade da população reclusa partilhar uma prisão comum com familiares, integrando várias gerações e famílias relativamente extensas, onde a autoridade é caracterizada pela sua verticalidade e hierarquização, sendo a lealdade definida por este princípio.

Aliás, no seu livro “Entre o Bairro e a Prisão” (2002), aponta o aumento da “homogeneidade social e penal da população reclusa e um inédito emaranhado de teias de parentesco, amizade e vizinhança nas quais essa população se articula” (p. 17). Como possíveis razões para esta situação, são apontados alguns factores que remetem para um processo de colectivização judiciário. Por exemplo, quando são apreendidos estupefacientes pela polícia numa casa, todos os que nela se encontram presentes na altura são detidos conjuntamente e colocados em prisão preventiva. Parentes com cadastro de tráfico ou de antecedentes, ligados directa ou indirectamente ao tráfico pode ser outro dos factores influentes neste processo. Como sublinha Cunha (2002), “deparamo-nos assim com um outro efeito de homogeneização, produzido no interior do campo judicial e desta feita apagando o sujeito” (p.103), pelo que vão surgindo redes de parentesco mais ou menos amplas.

Desta forma, é importante reflectir em torno das redes externas, pois “se são muitos os familiares envolvidos nas malhas judiciárias, são ainda mais os vizinhos que se configuram nelas” (Cunha, 2007, p. 91), onde se confundem redes parentais, redes vicinais e redes de amizade. Destaque-se a vicinalidade como um factor que passa a participar nas dinâmicas da construção da comunidade, concertando assim as relações de proximidade, pelo que os “filhos de casais presos, casais estes com familiares igualmente encarcerados ou já sobrecarregados com o cuidado de várias crianças, vêm-se na circunstância de dever passar temporadas na casa de vizinhos, crescendo lado a lado com os filhos destes” (*ibidem*) e no futuro, ver-se-ão “como se fossem irmãos” (Chaves, 1999, p. 253).

Assim, pode concluir-se que os laços familiares e os laços vicinais diluem-se entre si e nas práticas do dia-a-dia, sejam elas legais ou ilegais, recorre-se à família,

²¹ Estudos realizados no Estabelecimento Prisional de Tires.

mas também aos vizinhos. A vicinalidade e o parentesco contêm uma dimensão de classe, onde as solidariedades se formam das mais diversas formas, envolvendo amigos, parentes e vizinhos, pelo que “por vezes pode ser útil encarar ambas as categorias antes de mais como dois aspectos da noção de laços de proximidade” (Cunha, 2007, p. 94).

Por vezes, a reclusão abrange um leque de tal modo vasto quer de amigos, parentes e vizinhos, que o cárcere acaba por absorver quase que integralmente o círculo próximo de um recluso.

1.2.2. O impacto na economia doméstica e na estrutura familiar

Um dos impactos subjacentes à pena de prisão refere-se aos custos que esta comporta para o agregado familiar do recluso. O cônjuge é das primeiras pessoas a confrontar-se e a ter que suportar estes custos, na medida em que há uma queda no rendimento familiar, assim como um acréscimo nas despesas ou seja, ao encargo do cônjuge ficam novas despesas associadas à reclusão – relacionadas com o patrocínio judiciário, com as visitas e o apoio material prestado ao recluso. Contudo, a intensidade do agravamento da situação económica é variável, sendo que a este respeito, é necessário ter em conta os capitais económico e social iniciais, antes do confronto com a reclusão.

Para manter o equilíbrio doméstico, verifica-se a existência de rendimentos frutos do trabalho e da natureza social com o apoio da rede de suporte familiar. Como refere Segalen (1999), perante o quadro de agravamento financeiro e de reorganização das rotinas ocupacionais pós-prisão do parceiro, são raros os casos em que a parceira consegue, por si só, manter equilibrada a situação financeira do agregado, mesmo exercendo uma actividade assalariada. Como dá conta o testemunho, “...os meus pais pagam (a educação da filha) assim como a nossa alimentação...como os meus pais me ajudam muito, o dinheiro continua a chegar até ao fim do mês”²².

A reclusão agrava o quadro financeiro de existência dos casais, não só devido à diminuição dos rendimentos familiares, consequentes da inactividade obrigatória dos reclusos, mas também, devido às despesas resultantes da situação jurídico-penal e prisional dos mesmos, que são encaradas como custos adicionais pelas

²² Testemunhos usados neste ponto cedidos de um estudo realizado por um guarda prisional durante a sua licenciatura.

companheiras, urgentes à manutenção dos contactos conjugais e ao conforto e bem-estar psico-emocional do recluso.

Por sua vez, este agravamento económico, vem levantar uma outra questão – o impacto da reclusão na estruturação familiar, a manutenção ou a entrada das parceiras no mercado de trabalho assalariado, constitui-se, numa experiência nova nos seus percursos de vida, alargando as suas perspectivas de autonomia e realização pessoal.

No que diz respeito à divisão do trabalho doméstico, digamos, no período “pré-reclusão”, as companheiras lidavam com a maior parte das tarefas necessárias à manutenção do casal e às condições básicas de existência em comum, sejam elas, confecção dos alimentos, a limpeza da casa, o tratamento das roupas, a maioria dos cuidados a prestar aos filhos menores, etc. Os parceiros, esses protagonizavam pequenas tarefas marginais de “ajuda”, a maior parte das quais ligadas à supervisão e convívio com os filhos e à participação nas compras domésticas (Segalen, 1999).

O factor da solidariedade familiar revela-se importante para permitir às parceiras conciliar o exercício da actividade laboral com as responsabilidades familiares, doravante acrescidas. Deste modo, *“a minha sorte é o apoio da minha mãe...às vezes dá banho aos miúdos, dá-lhes comida, quando eu chego é só deitá-los...às vezes com o meu pai, para ir buscar o mais velho à escola...nos momentos de aperto também posso contar com a minha irmã...sem a família, nada seria possível”*.

Ao longo desta situação, podem-se detectar práticas heterogéneas, no que diz respeito à tomada de decisão conjugal em assuntos referentes à vida em comum, pelo que se constatam contradições de género, de algum modo, generalizadas. Desta forma, verifica-se o aumento da tomada de decisão por parte da parceira: *“na maioria das vezes, tendo de tomar as decisões sem ele, apenas falo com a minha mãe e ela ajuda-me a decidir...”*.

Em síntese, o que se constata perante o quadro apresentado, é a existência da sobrecarga ocupacional das parceiras, isto é, a maioria tem de continuar a assegurar as tarefas domésticas e o cuidado dos filhos, e paralelamente, acumula esta sobrecarga ocupacional com o desempenho de uma actividade laboral que se revela, na generalidade, um imperativo de sobrevivência. Por outro lado, o afastamento do parceiro dá espaço para a participação das parceiras nas tomadas de decisões conjugais, proporcionando-lhes maior protagonismo e alguma autonomia relativa, no que concerne à condução e gestão da vida do casal. A heterogeneidade das práticas de tomada de decisão, referida anteriormente não corresponde a alterações estruturais na conjugalidade, configurando-se antes como processos de adaptação às

restrições impostas pela situação jurídico-penal do parceiro e pela sua situação de reclusão.

1.3. Resignificação e construção social de novos laços

Os dados trazidos por Comfort (2003) e Matos e Machado (2007) levam-nos a interrogar mais de perto noções relativas à reintegração e a desconstruir – ou pelo menos complexificar – este conceito. Quando aplicada às relações de proximidade dos reclusos, especialmente relações familiares e conjugais, o sentido habitualmente subentendido na noção de reintegração é o da preservação, não o da ruptura, desses laços sociais. Nos caso das mulheres presas, a prisão cria espaço para uma reavaliação que «negativiza» os laços anteriores. A reclusão é então vista como uma oportunidade para pôr termo a relações percebidas como danosas.

No outro caso, em contraste, relações destrutivas passam a ser encaradas como «positivas» não só porque a distância proporciona às companheiras um novo ponto de vista, mais favorável aos homens presos, mas também porque a prisão em si mesma providencia um ambiente controlado e protegido onde se torna possível para as mulheres lidar – mesmo se apenas temporária e artificialmente – com o comportamento caótico, irresponsável e violento dos respectivos parceiros. É necessário repensar a noção de reintegração naquilo que ela pressupõe acerca da renovação de relações prévias.

Ao nível da esfera relacional, a reclusão pode ser vista como um processo que provoca alterações relacionais com familiares e amigos. A esfera familiar pode ser muito referida, uma vez que o sentimento de culpabilização pode surgir no recluso, fazendo uma associação com base material, visto que o rendimento familiar se viu obrigatoriamente diminuído. Além de que, em relação aos filhos, pode aumentar a intensidade dos laços de parentesco, por sentirem falta dos filhos e sentirem que estão a perder uma parte importante da sua vida, não os podendo acompanhar.

Neste sentido, evidencia-se de que as crianças e jovens, cujos pais/mães tenham sido sujeitos a pena de prisão, tendem a manifestar um leque diversificado de consequências psicológicas e comportamentais. A análise dos discursos sobre a reclusão feminina conduz-nos a destacar das suas experiências a importância da recontextualização e renovação dos seus laços sociais, destacando-se a preocupação com a família, em particular a culpabilidade que sentem em relação aos filhos, quando estes existem.

Em relação aos amigos, é frequente ocorrerem grandes desilusões com amigos do exterior, que deixam de apoiar o condenado a partir do momento em que entram no EP. Há uma diferença bem clara entre familiares e amigos, como retrata Matos (2007) no seu estudo num cárcere feminino “as reclusas vincam bem a diferença entre amigos e familiares, (...) a família dá apoio, apesar de em momentos iniciais da reclusão terem receado que isso não se verificasse, enquanto os amigos deixam com frequência de constituir figuras de suporte (...)” (p. 1049). No entanto, denota-se a referência ao apoio dos amigos, ainda que esses amigos, não sejam aqueles que lhes eram mais próximos.

O que aqui se pretende evidenciar, é que as configurações familiares podem depender menos da intensidade dos “laços de sangue”, do que os recursos que dispõem para estruturarem as suas vidas, independentemente dos modos de vida, legais ou ilegais.

Outro aspecto, onde se deve prender a atenção, vai de encontro ao impacto do estigma social, que se abate sobre a família, decorrente da reclusão de um dos seus elementos. A reclusão é um processo que tem tendência para afectar as redes de sociabilidade familiar e comunitária do agregado familiar, fragilizando e enfraquecendo possíveis suportes tanto materiais, como afectivos decorrentes dessas mesmas redes, problematizando e agravando as condições de integração na vida societária, devido a atitudes e práticas de humilhação, de evitamento e de segregação, onde o alvo é a família do recluso.

Por outro lado, a família pode recorrer a estratégias para lidar com a desacreditação e evitamento decorrentes da condenação penal tendo em vista evitar danos identitários dela resultantes (Goffman, 1988)²³. Todavia, a intensidade deste impacto é variável e oscilante, dependendo de factores como o tipo de crime, a condenação a que o recluso foi submetido, a mediatização que o caso tem, as características sócio-culturais da própria comunidade do condenado e sua família e a incidência das taxas de reclusão na mesma.

Fazendo uma revisão teórica do que neste capítulo foi abordado, quando atendemos aos discursos sobre a reclusão e ruptura das relações conjugais, verifica-se um maior número de rupturas por parte do companheiro quando é a mulher que se encontra reclusa, num processo que se opõe ao que tende a ocorrer no contexto da reclusão masculina. Decorrente deste facto, verifica-se quase exclusivamente um

²³ Goffman descreve diversas estratégias para protecção da identidade pessoal, as quais se caracterizam pela manipulação de informação com o objectivo de encobrir ou eliminar signos de estigma (1988, p. 84-113).

fenómeno: as pseudo-famílias, resultantes dos laços construídos dentro da instituição e que se qualificam de substitutos das unidades familiares de que os reclusos se encontram privados na prisão. Foi considerado sobretudo como mecanismo de suporte emocional, sendo que as motivações surgiam hierarquizadas, focando particularmente o seu conteúdo sócio-económico.

Desta forma, ao longo dos últimos anos, os estudos nesta área de investigação salientam da experiência de reclusão, designadamente a privação de liberdade, a redução de autonomia, a privação de segurança decorrente do convívio forçado com reclusos, a frustração sexual e a privação de relações heterossexuais.

Constata-se assim, apesar de relativizar a perspectiva de que a reclusão prolongada conduz a uma deterioração física, emocional e mental sistemática dos reclusos, que estes efeitos podem interferir com a reinserção social futura dos condenados, condicionando o seu sucesso ao nível das redes sociais, dos contextos laborais e comprometendo a capacidade de desempenho de papéis familiares convencionais.

2. ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

A metodologia utilizada no estágio constitui a ponte teoria/prática, uma vez que o seu suporte é o conhecimento teórico, o qual é utilizado para a implementação de um trabalho de características pragmáticas, concretas e reais. Assim, “a metodologia de projecto é um conjunto de operações explícitas que permitem produzir uma representação antecipada e finalizante de um processo de transformação do real” (Guerra, 1994, p. 17). Ou seja, a metodologia permite-nos antecipar e prever uma mudança.

Trata-se de uma metodologia centrada na resolução de problemas e na resposta às necessidades que foram surgindo ao longo do estágio. Sendo assim, da observação inicialmente mais distanciada passou-se à observação participante, à avaliação diagnóstica e às entrevistas a membros da comunidade do espaço prisional.

Com a entrada na instituição optou-se pela observação-participante uma vez que difere das restantes técnicas, porque “consiste na inserção do observador no grupo observado, o que permite uma análise global e intensiva do objecto de estudo” (Almeida & Pinto, 1982, p. 37).

A observação é o método mais antigo e moderno na recolha de dados. É uma técnica científica que serve um objectivo, é planificada sistematicamente, relaciona-se com um sistema de proposições mais gerais e está sujeita a comprovação de validade e fiabilidade.

A sua utilização tem como vantagens tornar possível a recolha de informação tal como ela ocorre, permitir perceber formas de conduta com pouca importância, substituir outras formas de indagação (formas verbais) e solicitar menos a cooperação activa do sujeito em estudo, quando existe alguma resistência.

Apresenta como principais limitações a impossibilidade de prever as situações, a duração da situação a observar, o facto de a percepção dos fenómenos ser condicionada pela interferência de factores ocultos (tempo; indisciplina) e ocorrência de acontecimentos que dificultam a presença do observador.

Segundo Postic e Ketele (1992), o processo de observação é mais complexo do que o mero acto de se colocar frente ao objecto. Ele não torna apenas presentes e conscientes as sensações, organiza-as segundo as capacidades sensoriais e cognitivas do sujeito.

Ainda de acordo com estes autores, a observação é uma operação de:

- Selecções de dados – de um conjunto quase infinito de dados observáveis elegem-se os que interessam à investigação. Tal depende das hipóteses estabelecidas ou é feito em função do objectivo da investigação;
- Estruturação dos dados – Os dados recolhidos são estruturados (classificados segundo critérios de equivalência determinados antecipadamente) e as suas relações postas em evidência.

É uma forma de relacionamento, principalmente quando entendida como relação, em que o sujeito observado não é um objecto mas um ser relacional que intervém, tem vontade própria, vivencia problemas e está enquadrado por uma situação em que não é o único interveniente.

No que se refere às formas e meios de observação é constatada a existência de várias estratégias, na perspectiva da atitude do observador, do processo de observação e do campo de observação.

Quanto ao processo de observação, utilizou-se a observação naturalista, considerada uma “observação do comportamento dos indivíduos nas circunstâncias da sua vida quotidiana” (Estrela, 1994, cit. De Landsheere, 1979, p.45). É, segundo, Estrela (1994) uma forma de observação sistematizada realizada em meio natural e utilizada desde o século XIX na descrição e quantificação de comportamentos do homem e de outros animais.

Com o desenvolver do trabalho foi-se realizando as restantes observações e em cada uma delas optou-se por realizar entrevistas semi-directivas, atendendo ao facto de este tipo de entrevista se caracterizar por deixar ao/à entrevistado/a um grau de liberdade que parecia adequado. Embora tivesse sido elaborado um guião indicando os temas a abordar durante a entrevista (Anexo V, VII e VIII), o que se pretendia era, tal como refere Terrasêca (1996), “dar forma a uma entrevista em tom de conversa informal, mas com a preocupação de que o seu rumo não menosprezasse nem deixasse esquecidos aspectos considerados, no guião, fundamentais”. A compreensão destes aspectos foi possível devido às características do tipo de entrevista, que “possui um grau de abertura suficiente para (...) não se tornar num instrumento redutor da informação e recolher toda a riqueza que os sujeitos possam pôr nas suas palavras”.

Na acepção de Cohen e Manion (1990) a entrevista, é um diálogo iniciado pelo entrevistador com o propósito específico de obter informação relevante para a investigação, com enfoque no conteúdo especificado pelos objectivos de investigação.

Consoante os fins para que a entrevista é utilizada, verifica-se uma variação da relação *entrevistador – entrevistado*, verificando-se também uma alteração dos métodos e técnicas a utilizar.

As condições sociais necessárias para o decorrer de uma boa investigação:

Relação entrevistador-entrevistado	Quadro espaço-temporal	Relação com a investigação
<ul style="list-style-type: none"> - É preciso estar atento às diferenças de idade, sexo; - As respostas diferem consoante a proximidade ou afastamento do interlocutor; - O entrevistador deve tentar sempre manter uma distância quanto às suas percepções. 	<ul style="list-style-type: none"> - O local deve ser pertinente quanto ao objecto de estudo e responder a determinadas exigências mínimas; - Deve ter-se em conta a disposição espacial entre os interlocutores, o momento escolhido e a duração da entrevista. 	<ul style="list-style-type: none"> - Ao entrevistador cabe a iniciativa do intercâmbio; - O objectivo e o objecto ganham sentido relativamente à sua investigação socialmente definida; - Isto significa que questões relativamente à investigação estão subjacentes à relação entrevistador/entrevistado.

Os métodos e técnicas de investigação referenciadas anteriormente passam pela utilização da entrevista formal (realiza-se um conjunto de perguntas e registam-se as respostas de uma forma normalizada), pela entrevista menos formal (o entrevistador é livre de alterar a sequência das perguntas), pela entrevista completamente informal (o entrevistador utiliza uma lista de temas em vez de um conjunto de perguntas) e pela entrevista não dirigida (o entrevistador tem um papel subordinado).

As entrevistas podem ser divididas em vários tipos:

- Entrevista estruturada: os conteúdos e os procedimentos são organizados antecipadamente, onde se verifica um conjunto de respostas caracterizadas num conjunto limitado de categorias. Caracteriza-se por ser uma situação fechada.
- Entrevista semiestruturada: caracteriza-se por ser uma situação um pouco mais aberta do que a anterior, sendo o tipo mais utilizado na pesquisa qualitativa.

- Entrevista não estruturada: situação aberta, onde se verifica maior flexibilidade e maior liberdade por parte do entrevistador. Permite uma abordagem mais profunda, onde é necessária confiança entre os participantes.
- Entrevista não dirigida: mais utilizada nas entrevistas terapêuticas e psiquiátricas, onde se verifica um controlo mínimo do entrevistador.
- Entrevista dirigida: necessidade de introdução de maior controlo de situação. É necessário ter curiosidade sobre o assunto em causa, ter confiança e agir com naturalidade para se poder o maior sucesso como entrevistador, independentemente da classe que é utilizada.

Este processo, paralelamente com algumas das conversas informais, apresentou-se moroso, mas muito rico, na medida em que foi a partir dele que melhor se compreendeu a problemática e todo o percurso até aí realizado.

Como já foi referido, com este estágio pretendeu-se intervir no Estabelecimento Prisional de Paços de Ferreira (EPPF), de modo a contribuir para a melhoria da qualidade do tempo passado pelos reclusos nesta instituição e, assim, contribuir para uma valorização e capacitação multidimensional, que engloba um melhor conhecimento de si próprio, uma maior capacidade para a resolução de conflitos, uma superior qualidade nas relações interpessoais.

Sendo assim, tornou-se prioritário conhecer o quotidiano da instituição e fazer a caracterização dos reclusos - o lugar que partilham, as relações que desenvolvem (recluso/recluso e recluso/profissionais), a opinião que têm do espaço físico, da identidade pessoal – através de análise documental, observações e entrevistas.

Considerou-se, ainda, importante entrevistar profissionais envolvidos neste espaço - guardas prisionais, membros de diferentes equipas - para conhecer o seu “olhar” sobre “o mundo” prisional. Foram entrevistados: (1) um guarda prisional, sexo masculino, a frequentar o Ensino Superior (Psicologia), na casa dos trinta anos, (2) o director-adjunto, sexo masculino, psicólogo, na casa dos trinta anos, (3) dois técnicos superiores de educação, 1 do sexo masculino (licenciado em Serviço Social) e 1 do sexo feminino (licenciada em Animação Sócio-Cultural), na casa dos trinta anos caracterizados no Cap. 3.4 e (4) um recluso, caracterizado no Cap. 3.2. e Cap. 3.4., na casa dos trinta anos.

Contudo, foram realizadas conversas informais com vários guardas prisionais e toda a equipa de técnicos superiores de educação composta por 5 técnicos (1 do sexo masculino e 4 do sexo feminino) e os 2 professores de educação física, do sexo masculino, um na casa dos 20 anos e outro na casa dos trinta.

A metodologia foi, assim, integrando a pesquisa e análise documental, a avaliação diagnóstica, a observação participante, as entrevistas e as conversas informais.

A análise documental tornou-se exequível graças à pesquisa realizada no Centro de Estudos Judiciários, organismo que presta apoio documental e técnico e informação teórica e científica. A documentação no âmbito da informação e formação jurídica e judiciária foi muito útil para alargar o leque de informação e conhecer de forma aprofundada o contexto da reclusão.

Paralelamente, e com o mesmo fim, procedeu-se a uma pesquisa documental na Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade do Porto, onde se tomou contacto com uma vasta gama de informação e literatura, não só no âmbito do estudo pluridisciplinar do fenómeno criminal - onde há o cruzamento dos saberes sobre o crime, a desviância e os sistemas de controlo social - mas também, no âmbito da família, da reclusão e do impacto da influência da reclusão na família. As leituras realizadas no âmbito da reclusão permitiram ter uma visão alargada, mais abrangente e informada acerca do fenómeno, assente na multiplicidade de olhares e de concepções de diferentes autores.

A investigação não decorreu de forma linear - sofreu avanços e recuos que levantaram questões, fizeram pensar. Se inicialmente se havia identificado como áreas de intervenção a melhoria na qualidade de vida dos reclusos e a reinserção social, a complexidade do primeiro objectivo fez com que a problemática se centrasse sobretudo nas questões da valorização do tempo passado em reclusão até à reinserção social do recluso.

3. DESCRIÇÃO DO ESTÁGIO

3.1. Justificação do Estágio

Cada época criou as suas próprias leis penais, instituindo e usando os mais variados processos punitivos, que vão da violência física (o suplício do corpo, tendo como motivação legal a salvação da alma do condenado), ao uso de institutos penitenciários modernos. O Direito Penal, na actualidade, obedece aos princípios do respeito à pessoa e liberdade humana. Aparentemente, alega-se não tanto o castigo dos delinquentes mas a sua recuperação, a fim de integrá-los na sociedade.

O Direito Penal moderno, não ousa mais dizer que pune os crimes; pretende readaptar delinquentes. O sistema penal passou-se da fase em que o corpo do condenado era o objecto último de aplicação da lei, para a fase em o sofrimento psicológico tinha o privilégio de ser o eleito dessa mesma acção. Parece assim que perpassa nos legisladores o ideário de uma “humanização” do tratamento dos detidos, satisfazendo simultaneamente as instâncias que reclamam o seu afastamento da sociedade mas ao mesmo tempo o seu castigo²⁴.

Actualmente reconhece-se que não basta isolar os indivíduos da sociedade para prevenir a criminalidade. Urge fazer algo por eles, nomeadamente ajudar a que tomem consciência de que existem outras formas de viver em liberdade que não a da delinquência. É a fase de reeducação pelo trabalho, o combate à ociosidade dentro das prisões, a tentativa de instauração de actividades recreativas, numa palavra, a promoção possível de um bem-estar intra-muros que possa ser um primeiro passo de transformações da personalidade e aquisição de competências interpessoais, sociais e de trabalho, capazes de permitir a retoma da liberdade com sucesso.

Segundo Goffman (1986) a instituição total é um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos, separados da sociedade por um período de tempo considerável, leva em conjunto, a uma vida fechada e formalmente administrada.

Dando voz a um actor deste cenário, *“a cadeia deixa muitas marcas numa pessoa”*²⁵; poder-se-ia mencionar-se uma longa lista mas destaca-se pela sua relevância: os problemas sensoriais (o funcionamento normal dos cinco sentidos é alterado devido aos condicionamentos da prisão), as alterações da auto-imagem, os

²⁴ Decreto-Lei nº 48/95 de 15 de Março de 1995.

²⁵ Entrevista, em anexo, realizada a um recluso do EPPF.

problemas de sedentariedade, crises de sexualidade e as perturbações relacionadas com o consumo de estupefacientes (Lopes, 1998).

As marcas deixadas pela prisão são de dimensão exponencial, afectando irreversivelmente o recluso, com repercussões para toda a vida, desestruturando psicológica e socialmente o indivíduo. É sabido que os indivíduos ex-reclusos são simultaneamente depressivos, agressivos, transgressivos, impulsivos e explosivos. Este mal-estar profundo reflecte o seu mal-estar civilizacional agudizado por estruturas diversas das suas personalidades, dos seus grupos sociais, das identidades das suas organizações marginais, dos seus comportamentos, ausentes de perspectivas de um horizonte social, facto que os marca profundamente e consequentemente os desintegra.

Assim, as principais fragilidades subjacentes à instituição prisional prendem-se fundamentalmente com o impacto negativo da mesma na identidade pessoal e social dos reclusos e com o défice que se encontra na função “ressocializadora” dos mesmos.

Cabe à equipe de técnicos, nomeadamente aos licenciados em Ciências da Educação, contribuir para travar a reprodução social, o fatalismo e a naturalização que a acompanha e o estigma que dela resulta e potenciar a função reabilitadora da instituição.

3.2. Estratégia geral de intervenção

Perante o quadro exposto anteriormente, tornou-se urgente proceder a uma identificação e problematização das necessidades prioritárias.

Deste modo, identificou-se *“a falta de ocupação como o pior inimigo”*²⁶ dentro das prisões, espaços onde a inércia impera de forma martirizante e desgastante, propiciando conflitos de diferentes naturezas, o consumo de drogas, as psicopatologias, entre outros. Assim, a pertinente ocupação do tempo, passado nestas instituições, deve ter um fim reabilitador, que propicie a revalorização do indivíduo, quer através de trabalhos comunitários sancionatórios, quer pela escolarização ou momentos lúdicos, como o desporto, que suscitem a competição saudável.

Interessava perceber: (1) de que modo o tempo, passado na instituição prisional, é ocupado, (2) qual o impacto dos investimentos realizados na melhoria da ocupação dos reclusos, (3) se as políticas públicas, bem como a acção das inúmeras instituições privadas são, ou não, suficientes para repararem os inúmeros prejuízos

²⁶ Entrevista, em anexo, realizada a um recluso do EPPF.

humanos que advêm dos espaços de reclusão, exclusão e isolamento, (4) se o Estabelecimento Prisional é encarado como um sistema organizacional aberto e um parceiro interveniente na comunidade social em que se encontra inserido, (5) se a realidade prisional vai, ou não, ao encontro do que está estabelecido na legislação, (6) se as várias modalidades de intervenção da instituição prisional respondem adequadamente às necessidades de formação, de desenvolvimento pessoal, dos reclusos propiciando uma adequada futura reinserção social ou se como afirma um profissional do Estabelecimento Prisional juntando “ *no mesmo espaço um criminoso que cometeu um crime passional, ou preso por não pagar bilhete de comboio, com um violador, um pedófilo, ou autor de crimes graves organizado, acaba por se tornar uma escola do crime*”²⁷ e (7) se, na instituição prisional, se desenvolve um trabalho conjunto com técnicos qualificados, como psicólogos, assistentes sociais, psiquiatras, animadores sócio-culturais e licenciados em Ciências da Educação, os quais têm competências para desenvolver um trabalho de apoio nos processos de intervenção educativa.

Por fim, interessa-nos perceber o que leva uma pessoa, que já esteve presa e que já conhece a realidade de um Estabelecimento Prisional, a cometer novamente um crime, sabendo que isso a pode levar de regresso à prisão

As respostas a estas questões permitirão dar a perceber, junto da opinião pública, se as prisões são, ou não, apenas um depósito de pessoas e se o dinheiro que lá se gasta dá frutos, podendo e devendo constituir-se num parceiro social válido. Se é importante motivar a índole anfitriã da sociedade para se conseguir diluir os preconceitos que estão na base das desigualdades, fundamentando assim uma ideologia da igualdade em termos de direitos.

Em suma, este estágio foi pensado para identificar e contribuir para dar resposta a necessidades existentes no estabelecimento prisional. A pertinência deste trabalho deve-se ao facto de que embora se desenvolvam imensas actividades de carácter lúdico, recreativo e cultural, não se conhece um estudo em que se faça uma avaliação dos efeitos dessas actividades nomeadamente no bem-estar do recluso e na sua reinserção social.

²⁷ Entrevista, em anexo, realizada a um guarda prisional do EPPF.

3.3.Caracterização da Instituição

O EPPF situa-se no lugar de Bouças Novas, nas imediações do nó da auto-estrada A42, no Alto da Serra da Agrela, freguesia da Seroa, com uma área de 6,05 km² e 3 661 habitantes²⁸ e dista cerca de 8 km da Sede de Concelho a que pertence – Paços de Ferreira. Conhecida como “A Porta da Capital do Móvel”, encontra-se um monumento ilustrativo a este facto na rotunda à entrada desta freguesia.

É uma cadeia com características específicas destinada a receber indivíduos do sexo masculino em cumprimento efectivo de pena de prisão e a escola é, no momento, um sector que ocupa um número significativo da população prisional.

Pode ainda dizer-se da apropriação dos espaços que foi realizada que o EPPF, enquanto instituição total, é um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos, separados da sociedade por um período de tempo considerável, leva em conjunto, uma vida fechada e formalmente administrada (Goffman, 1986).

Esta instituição – de tipologia Central²⁹ – foi inaugurada a 28 de Setembro de 1957, sendo destinada a reclusos do sexo masculino, condenados a penas de prisão superior a 6 meses. Actualmente dispõe de mais um edifício, composto por três pavilhões (PC's)³⁰, contíguo com cerca de 7 anos e com capacidade para 300 reclusos. Os pavilhões são autónomos e idênticos, dispondo cada um de 28 camaratas (cada uma equacionada para 3 reclusos) e 16 celas para alojamento, dotadas de ventilação, luminosidade, tomadas de chão e 1 tomada de antena de televisão, sanitários e chuveiros privados.

A portaria do EP está equipada com aparelhagem de câmaras de vigilância, câmaras de vídeo e máquina de RX para as mercadorias, bem como uma cabina de controlo de abertura de portões, seguida de arrecadações, sala de depósito de encomendas, sala de visitas com duas cabinas de revista e apoiada por uma sala de espera e duas casas de banho.

Existe outro edifício que está destinado ao corpo da guarda prisional equipado com camaratas para os guardas, vestiários femininos e masculinos com casas de

²⁸ Informação retirada a 4 de Março de 2011 do website <http://pt.wikipedia.org/wiki/Seroa>.

²⁹ Estabelecimentos prisionais centrais – destinados ao cumprimento de medidas de privativas de liberdade, superiores a seis meses;

Estabelecimentos prisionais regionais – destinados aos cumprimentos de medidas de prisão preventiva e de penas privativas de liberdade até seis meses;

Estabelecimentos prisionais especiais – destinados ao internamento de reclusos que careçam de tratamento específico, incluindo centros de detenção e estabelecimentos para jovens adultos, estabelecimentos para mulheres, hospitais prisionais e hospitais psiquiátricos prisionais.

³⁰ Referidos pelos técnicos como pavilhões complementares.

banho, sala de convívio e bar, arrecadação e garagem. O edifício está afecto aos serviços administrativos e à escola, respectivamente no 1.º e 2.º pisos, com galeria de acesso aos três pavilhões prisionais.

O 1.º piso está dotado de salas com balcões de atendimento, gabinetes para técnicos e outro pessoal, sala de controlo dos computadores e casas de banho feminina e masculina. Ainda nesta zona situam-se 3 gabinetes de revista e 2 gabinetes para advogados.

O 2.º piso dispõe de 4 salas de aula, 1 sala de apoio pedagógico, 1 sala de professores e uma biblioteca, além de 3 salas de trabalho para ocupação e casas de banho de apoio, femininas e masculinas, para além da barbearia, quarto de limpeza e rouparia. O sector disciplinar possui 3 celas com gradeamento intermédio e com cama embutida, urinol, chuveiro e espelho de material inquebrável³¹.

Relativamente ao edifício mais antigo do EP, este alberga 670 reclusos afectos, verificando-se, à semelhança do Relatório do Sistema Prisional de 1998, que 91% da população reclusa cumpre penas superiores a três anos e à luz destes mesmos dados verificou-se um aumento da taxa de reincidência na ordem dos 18%. Este estabelecimento não tem regulamento interno e perante tal condição, um resumo destas regras é lido ao recluso aquando do acolhimento, estando as mesmas disponíveis para consulta na biblioteca.

Esta instituição ocupa uma área de 80 hectares, dispondo ainda de cerca de 200 hectares de terreno à sua volta e tem uma disposição arquitectónica que se assemelha a um “H”, sendo a designação correcta de “ferradura”. Neste caso, duas “ferraduras” encostadas, ou seja, o Estabelecimento é constituído por duas alas laterais ligadas por uma ala transversal, englobando celas individuais e camaratas, distribuídas pelas alas A e B (Anexo II).

O estabelecimento dispõe de diversos serviços tais como: serviços de saúde, de formação profissional, de ocupação laboral, de ensino, actividades sócio-culturais e desportivas (biblioteca, colóquios/celebrações, jornal, teatro, música e actividades desportivas no interior e no exterior da instituição). Os profissionais (médicos, professores, técnicos superiores de educação, etc.) que desempenham as funções acima referidas são seleccionados aquando da abertura de concurso público e respectiva selecção.

Relativamente à Unidade de Saúde do EP sabe-se que dispõe de duas enfermarias com lotação para 20 reclusos, uma zona de internamento (com os quartos, a sala de pequena cirurgia, gabinete de medicação e cela de segurança),

³¹ Relatório dos Serviços Prisionais, 2003.

sendo a equipa médica constituída por um cirurgião, um médico dentista, um médico psiquiatra, um médico estomatologista, um médico infeccilogista, três clínicos gerais, dois psicólogos clínicos, doze enfermeiros que asseguram o serviço de enfermagem permanente. É na zona do gabinete de enfermagem que se encontram os 4 quartos das visitas íntimas, com casas de banho completas.

Anualmente, realiza-se um rastreio da tuberculose e procede-se à vacinação sistemática dos reclusos e dos funcionários contra a Hepatite B; no âmbito do tratamento da toxicodependência, existem três programas de substituição: metadona, subutex e de abstinência. Dispõe ainda de casas de banho privativas nos quartos e nas enfermarias, estruturas de apoio de sala de espera com casa de banho e sistema de chamada para consultas, bem como farmácia e o gabinete de esterilização. Note-se que os serviços de limpeza e de distribuição de refeições na unidade de saúde são realizados por quatro reclusos.

A formação profissional existe nas áreas de marcenaria, informática, serralharia civil, serralharia mecânica, cerâmica artesanal, jardinagem, pintura de construção civil e electricidade de instalações³².

Quanto à ocupação laboral³³ dos reclusos, dispõe de marcenaria, sala de trabalho em talha e embutidos, sala de polimento apetrechada com cortina de água, secção de artesanato, sapataria para confecção de sapatos à peça, serralharia (onde se efectuam a maior parte das reparações necessárias no EP), secção de electricidade, zona de canalização e oficina de mecânica-auto (manutenção dos carros do estabelecimento). Noutra zona do estabelecimento, junto à capela, situam-se 2 salas para tapetes de Arraiolos, uma onde se limam peças turbo para uma empresa automóvel, salas de formação em teatro e fotografia (com laboratório) e a alfaiataria onde se realiza a confecção de calças, casacos, lençóis, entre outros.

Possui um núcleo escolar³⁴ (com 20 professores), com instalações próprias, que assegura o funcionamento do 1.º, 2.º e 3.º Ciclos do ensino básico recorrente, o ensino secundário recorrente e o apoio ao ensino superior/universitário (alunos autopropostos e ensino à distância). Existem 8 salas na antiga zona escolar e 3 salas de aula na nova zona escolar, remodelada, com uma sala de professores.

³² A formação profissional é assegurada por protocolos com a CPJ, o IEF, PROSALIS e ADERE/PERFIL.

³³ Articulação com a EFACEC.

³⁴ Articulação com os Serviços Regionais do Ministério da Educação – Centro de Área Educativa do Tâmega, com a Escola Básica 2, 3 e a Escola Secundária de Paços de Ferreira.

Quanto ao desporto, o EP dispõe de infra-estruturas como o campo polidesportivo, uma pista de atletismo, ginásio e contempla diversas modalidades onde se realizam competições internas e campeonatos nacionais prisionais nestas áreas³⁵.

Por último, das actividades sócio-culturais faz parte a biblioteca (realizando com bastante frequência Encontros de Literatura, acções de animação da leitura, concursos literários, passagem de filmes e documentários), eventos como colóquios e celebrações sempre relacionados com a actualidade social, o jornal bimestral “O Acto”, o grupo de teatro e a existência do grupo musical “Contratempo”.

3.4. Enquadramento sócio-institucional

Como explicita Cunha (1994), citando Goffman, “os campos de vida recriados na prisão não anulam, nem substituem, os exteriores, permanecendo estes como referentes para os internados”. Tal é o caso da “família, residência e profissão” que “continuam no exterior e o que no encarceramento se lhes sucede não possui o mesmo significado (...), não define pertenças, nem produz identidades de modo equivalente” (p.3-4).

Partilhando esta ideia, um recluso afiançou *“eu não tenho de mudar nada agora, tenho muitos anos para estar aqui, muito tempo para pensar, aqui não vivo, agora só quando voltar lá para fora!”* (nota de campo de 4 de Março de 2011), isto porque a prisão, como pude verificar, não é verdadeiramente “totalizante”. Não o é, também, “porque a reclusão representa um intervalo na vida dos indivíduos e é vivida como tal, como uma suspensão ou um parêntese no seu percurso, como um tempo de outra natureza” (Cunha, 1994, p. 3). Mesmo que não existam outras segmentações, vigora a fragmentação no tempo, associada à descontinuidade no espaço (e “exterior” equivale também a “anterior”³⁶).

Os técnicos superiores de educação³⁷ do EPPF – denominados preceptores após o 25 de Abril e de educadores na actualidade – têm, cada um, a seu cargo cerca de 120 reclusos, desempenhando, sucintamente, funções a um nível burocrático, atendimento aos diversos reclusos, encaminhamento dos reclusos para

³⁵ Articulação com a Câmara Municipal de Paços de Ferreira (disponibilização do Pavilhão Municipal), Futebol Clube do Porto, Boavista Futebol Clube, Futebol Clube de Paços de Ferreira e Futebol Clube de Freamunde.

³⁶ Espaço e tempo confundem-se em formulações locais, muito ouvidas, como estas: “O tempo real não é este, é lá fora”; “já não sei se o mundo real é este ou o que estava antes” (Cunha, 1994, p. 3).

³⁷ Podem aparecer neste relatório referenciados apenas como ‘técnicos’.

formação/trabalho/escola, e estão à frente de uma dada área, desenvolvendo actividades nesse campo.

Tendo sempre em conta a população com a qual trabalham e o meio fechado onde esta se encontra, esta equipa diligencia-se sobre a falta de ocupação existente, contudo o EP *“não consegue dar resposta a todos porque é uma população muita extensa e não são muitas as funções a desempenhar, para além disso são poucos os protocolos que têm realizado”* (nota de campo de 10 de Janeiro de 2011). Há também o caso dos que não querem fazer parte de qualquer tipo de actividade e nesse caso, estão naquilo a que é chamado o regime fechado³⁸. Assim, a pertinente ocupação do tempo passado naquela instituição, mesmo que os técnicos reconheçam que em nada vem auxiliar a reinserção social do recluso, deve propiciar a revalorização deste último, quer através de trabalhos dentro ou fora do EP, quer pela escolarização ou momentos lúdicos, como o desporto, que suscitem a competição saudável.

É esta equipa multidisciplinar que trata de toda a parte burocrática durante a reclusão do indivíduo (preenchimento de fichas de avaliação (Anexo em CD-ROM) e acolhimento (Anexo em CD-ROM), tratam dos cartões de utente, preenchem as fichas de acompanhamento (Anexo em CD-ROM) e os PIR's³⁹, actualizam todos os dados do recluso no Sistema de Informação Prisional (SIP), fazem parte das reuniões do Conselho Técnico e fazem relatórios que têm de ser enviados ao tribunal), recebem os vários pedidos de atendimento (desde “Propostas de actividades de Colocação: actividades sócio-culturais, desportivas e de tempo livre”, pedidos para visitas íntimas, entre outras), até ao atendimento em si. As áreas dinamizadas por cada técnico são as mais diversas desde a comemoração de datas importantes (Dia Mundial da Saúde, Dia Mundial do Meio Ambiente e da Ecologia, Festa do S. João, Festa de Natal, etc.), o artesanato, o voluntariado e a animação sócio-cultural.

O apreendimento de todas as informações supra citadas decorreram depois da entrada no EPPF, onde foi realizada uma visita às instalações dos vários serviços, inicialmente com o Director-adjunto e que continuou com a Coordenadora dos Serviços de Reeducação, de conversas informais como via de colheita e de produção

³⁸ Passam 23 horas por dia na cela, não auferindo nenhum montante, consequente da falta de ocupação.

³⁹ Relativamente ao PIR, a opinião é unânime, como refere um profissional da equipa técnica *“considerá-lo-ia uma ótima ferramenta de trabalho se fossem 50/60 reclusos por cada técnico. Esse seria o número ideal para se ter de facto uma ideia completa acerca de cada processo e de todos os factos importantes no decorrer da reclusão do indivíduo, o que não acontece porque infelizmente são tantos que nem temos oportunidade de sermos nós a chamá-los ao nosso gabinete para conversarmos, avaliar esta ou aquela questão; vamos seguindo e preenchendo o Plano, porque são os reclusos que fazem os pedidos para poderem vir ao seu respectivo técnico.”*

de informação e através da observação participante realizada como veículo de descoberta do universo em questão.

Desta forma, pelo tempo decorrido e pelas situações proporcionadas nas actividades de contacto pode afirmar-se que as palavras e as imagens multiplicam-se e enchem o quotidiano de cada indivíduo de forma diferente. Nesse ambiente de relativismo e perda de sentido, a ideia da *estranheza* e do questionamento de tudo, da ordem e da vida quotidiana, ganham cada vez mais força, e é neste ponto que, através do desempenho profissional dos técnicos, considero que os reclusos devem encontrar um técnico que não está *no* lado, mas *ao* lado deles, ou seja, que ao longo do tempo de reclusão trabalhe na qualidade do tempo que estes passam enclausurados.

Por um processo semelhante, o modo como os reclusos me acolheram era tributário da sua tentativa de recompor uma identidade positiva e de recapturar a pertença a uma ordem social “legítima” em que se reviam. Neste caso, a minha exterioridade ao universo prisional (que começava pela incapacidade de fazer determinados tipos de atendimento ou pela mera presença que era recente), bem como as várias marcas da distância social que me separavam da maioria dos reclusos, reflectia a natureza das relações sociais internas, pelo que a minha relação com o universo em causa, bem como a posição que nele ocupava, participava das suas lógicas sociais internas e contribuía para revelá-las.

Com o decorrer do tempo as actividades desenvolveram-se abrindo um trilho de oportunidades e conhecimentos:

“(...) a Dra. L. sorriu, pegou num processo que (eu não tinha reparado) que estava em cima da secretária e disse-me «*há um recluso entrado [que tinha chegado ao EP] e tenho de fazer a Ficha de Acolhimento e a Ficha de Avaliação dele, queres ser tu a fazer?*».. Gaguejei e no meio de sorrisos disse-lhe que gostava de o fazer (...)”

(Notas de campo de 4 de Março de 2011),

“Mais uma vez, foi uma tarde em que pude exercer verdadeiras funções enquanto técnica, nem sempre sabia o que fazer quando “metia” leis e burocracias, mas tinha o apoio na sala da Dra. D. e passei a tarde entre o atendimento de 2 reclusos e o preenchimento de outros tantos processos.”

(Notas de campo de 20 de Maio de 2011).

Aqui, gerir as distâncias foi sempre o problema mais premente, sobretudo aquando do primeiro contacto com um recluso, foi inevitável, *“suei, doeu a barriga, não sei o que mais senti mas sabia que a confiança que a Dra. L. me transmitia em diversos momentos me levou rapidamente à tentativa de me acalmar e agir da forma mais profissional possível”* (Notas de campo de 4 de Março de 2011). Mas, percebi posteriormente, no meio de tantas histórias, que não era o contacto que me deixava assim; eram as palavras, as descrições pormenorizadas de factos das suas vidas, de acontecimentos marcantes a qualquer indivíduo fosse dentro ou fora de um EP, na verdade, a questão é que ali estava aberta à escuta, a pequenas confidências que me fizeram ter diversas reacções,

“Fiquei calada, a minha cara deve ter mudado de cor mil vezes, a história mexeu comigo de tal forma que fiquei com dores de estômago o resto da tarde.”

(Notas de campo de 24 de Janeiro de 2011).

Desta feita, as informações que foram chegando sobre as más condições, a sobrelotação, a falta de reinserção social, os aromas de corrupção profissional (ligados à entrada no EP de estupefacientes, por exemplo) e outras imperfeições prisionais fizeram-me crer, que pelo tipo de trabalho a realizar no EP que admitiam interessar-me, e através de uma abertura e postura ética exemplar, entendi “como um obséquio, ou como uma espécie de ritual propiciatório do contacto” (Cunha, 1994, p. 9).

Foi esta abertura, permitida por perguntas vagas e abertas, durante as horas de permanência na instituição, que me faria entender como a educação nesta equipa é o problema apontado como comum à maioria dos reclusos, ou seja *“é precisamente no campo educativo que surgem as primeiras falhas com cada recluso, de alguma forma foram excluídos pelas más notas, pelos amigos na escola ou pela baixa posição social, reprovam consecutivamente de ano o que obriga a saírem da escola prematuramente (...)”* (nota de campo de 24 de Janeiro de 2011).

Os contactos com reclusos para atendimento, ou preenchimento de fichas, permitiam ter acesso ao processo de cada um e traçar um breve perfil (apesar de ter sido avisada que os dados não seriam totalmente fiáveis porque provinham apenas do diálogo com o recluso), tomando conhecimento de elementos como o estado civil, os antecedentes criminais e acima de tudo confirmar as histórias de abandono prematuro e insucesso escolar:

“Tinha frequentado a escola até ao 8.º ano e da última vez que esteve preso, também no EPPF, frequentou a escola onde se inscreveu em algumas unidades, mas que nunca chegou a terminar.”

“Retenho aqui da avaliação realizada que foi excluído de uma escola logo no 5.º ano, a partir daí começou a fumar haxixe, na adolescência começou a consumir drogas mais pesadas e começaram os primeiros roubos, tendo aos 18 anos cumprido pena suspensa na escola-prisão de Leiria.”

(Nota de campo de 4 de Março de 2011).

Pode afirma-se, decorrente do trabalho realizado e da informação recolhida, que a população estudantil neste EP não sofre qualquer discriminação em relação à idade, nacionalidade, etnia ou tipo de crime cometido. Como tive oportunidade de referir, são alunos que nunca frequentaram a escola ou há vários anos a abandonaram e que, na sua maioria, têm dela más recordações – recordações de inferioridade, humilhação e um grande sentimento de incapacidade. Muitos são oriundos de bairros degradados, de famílias desestruturadas, do mundo da droga e da anarquia, sem quaisquer hábitos de trabalho e resistentes, portanto, ao cumprimento de regras. São alunos que optam por frequentar a escola para terem o tempo ocupado e acesso a um espaço que consideram mais “livre” e agradável, ou até mesmo para conseguirem alguns privilégios no que se refere às medidas de flexibilização das penas. A grande maioria da população escolar tem problemas de toxicodependência, sendo por isso alunos bastante desmotivados, com um baixo nível de auto-estima, sem perspectivas de futuro, logo sem objectivos definidos e mesmo sem qualquer projecto de vida, facto que se reflecte no seu aproveitamento, assiduidade e postura.

Para procurar resolver este problema, a escola sugeriu que o subsídio atribuído mensalmente aos alunos fosse contabilizado pelo registo de faltas e, visando um melhor funcionamento da escola, sugeriu-se um ajustamento entre os horários do EP e os da escola no respeitante a horários de banho, distribuição de medicação, acesso às celas depois do almoço e abertura das celas no período da tarde.

Por fim, as características destes alunos, a especificidade do funcionamento do EP e o papel desempenhado pela escola na formação integral do indivíduo, indispensável à sua reintegração social, levam a que, apesar de legalmente prevista, não se considere desejável e aconselhável a frequência em regime não presencial, salvo excepções devidamente analisadas e justificadas.

3.5. O contacto com a Instituição

De forma a descrever as minhas impressões ao longo dos contactos com a instituição servir-me-ei de algumas das notas de campo. A lembrar que elas provêm de uma observação naturalista no Estabelecimento Prisional de Paços de Ferreira e assentam no tempo partilhado com reclusos, guardas prisionais, equipa de educadores, professores e director-adjunto.

Manhã de 2 de Dezembro de 2010

Mediações do Estabelecimento Prisional

(A viagem entre o Porto e Paços de Ferreira foi realizada com duas antigas colegas da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto que estão a investigar nesta área para a sua tese de mestrado)

Depois de sair do autocarro atravessei a estrada e entrei na saída da estrada principal que estava bem sinalizada por uma placa onde indicava “Estabelecimento Prisional”.

Entre a placa que me afasta da estrada principal, onde circulam os carros agora do meu lado esquerdo, e o EP que se encontra uns 200 metros à minha frente só existe jardim de ambos os lados bem verde e com algumas árvores. Volto a olhar em volta, para trás apenas o verde do campo desse lado da estrada e do outro lado, o terreno enlameado e a bomba de Gasolina. Nem a rotunda perto da paragem onde havia descido do autocarro consigo alcançar por causa da pequena curva que faz junto à Churrascaria. Não fosse o barulho dos carros que passam, naquele momento apenas ouço o chilrear dos pássaros. Olho de novo em frente e reparo que atrás de mim os dois “suportes” que tinha visto eram a base de “cancelas” que agora vejo também à minha frente suspensas no ar; são listadas em vermelho e branco e parecem ser muito velhas, talvez sem uso, afinal as que ficaram atrás de mim já nem existem, só restam mesmo os dois suportes (um de cada lado da estrada de acesso ao EP) com cerca de meio metro de altura e com as mesmas cor de lista mas sem a “cancela” em si ou seja, atrás o “resquício” do que havia sido uma “cancela”, à minha frente uma “cancela” elevada no ar.

Encontro-me de frente para o EP, páro e observo o edifício à minha frente; mesmo ao centro uma porta de onde verifico, posteriormente, entram e saem

funcionários... Do lado esquerdo dessa porta, um portão, de onde calculo que entram e saem viaturas, também ele branco e com vidros espelhados. Em cada extremo do edifício existe uma torre de controlo (no total 4) e entre cada uma delas um muro alto, branco, que leva por cima uma rede até junto da torre de controlo. Na parte de baixo e na parte superior da rede existe arame farpado tal como se vê nos filmes daquele “enroladinho” que me leva por instantes a pensar que estão ali precisamente para impedir que se tenha acesso às extremidades da rede e servirem-se disso como ponto de fuga. Mais, a rede que circunda o edifício, tem ao longo dos muros, de 30 em 30 centímetros (no máximo!) barras de ferro, largas, para suportarem a rede e servirem igualmente de entrave a possíveis evasões dos reclusos.

Cada torre de controlo possui vidros espelhados em toda a volta – que como o próprio nome indica – não deixam ver o que se encontra, nem quem se encontra do lado de dentro. Em volta, estas torres, possuem também holofotes. Ao longe já havia reparado mas volto a confirmar nesta altura, todos as janelas do edifício possuem grades, verdadeiros “quadrinhos” que apenas permitem passar a luz.

Todo o edifício é branco e há mesmo no seu centro, junto à porta de entrada, uma câmara de vigilância na direcção de quem se aproxima do EP. Logo ali estão imensos carros estacionados sem que exista especificamente um parque para o efeito mas que se vão dividindo por entre – a pouca – sombra que se faz sentir pelas árvores. Também ali, uma placa com uma largura de cerca de 2,5m por 1,5 de altura diz “Cadeia Central” e apresenta por cima, numa dimensão enorme, o símbolo da República. Ao lado o nome das ruas está identificado; a estrada que percorremos quando saímos da estrada principal até ao EP é a “Avenida da Cadeia Central do Norte” e do lado direito a rua inclinada que nos leva à parte nova do Estabelecimento Prisional é a “Rua de São João de Deus”.

Subimos essa rua e sentamo-nos a comer sentadas no edifício onde estão os móveis em exposição, também aqui as janelas possuem grades como no interior do EP. Enquanto comíamos em silêncio, ouve-se um som que me fez lembrar o dos supermercados “tintintim Funcionária X chamada à recepção, Funcionária X chamada à recepção”. Percebi que usam esse sistema para fazerem ouvir por todo o EP algum aviso mas numa segunda vez que se repetiu a mensagem percebi que as palavras proferidas não eram perceptíveis a não ser para quem se encontrava dentro do EP. Logo de seguida, ouve-se o barulho do que parecia ser uma sirene. Perguntei à Cláudia as horas e ela indicou-me meio-dia e meia em ponto, e nos instantes a

seguir foi um corrupio de guardas (fardados e com a indicação nas costas de “Guarda Prisional”) a entrar e a sair do EP, provavelmente para troca de turnos.

Decidimos assim dirigimo-nos para o pavilhão novo do EP. Pelo caminho observamos, no terreno ao lado do pavilhão antigo, vários molhes de lenha junto de um tractor, ao lado um pequeno terreno, aí uns 4 m² de terra semeada e galinhas numa capoeira, tudo isto entre uma pequena vedação. Quando desci para esse pequeno terreno vedado e me aproximei da zona das galinhas, olhei para o EP (naquele momento o que estava à minha frente era o lado direito do edifício) e disse logo ao resto do grupo apontando em frente *“ali é o pátio estão a ver? Tem cestos de basquete, conseguem ver?”*. Elas concordaram. Parecia um pequeno espaço limitado por muros onde só se conseguiam ver os cestos dada à altura a que estavam colocados. A esta hora, a entrada e saída de Guardas Prisionais também estava a decorrer neste novo pavilhão; na zona do parque de estacionamento (este pavilhão já tinha parque delimitado) entravam e saíam bastantes carros. Aproximei-me da porta para ver se existia alguma placa referente à inauguração do edifício, para ter uma noção da data de existência do mesmo mas não tinha nada. Nisto, chegou uma carrinha de caixa aberta que dizia de lado, nas portas, “Câmara Municipal de Paços de Ferreira”. o condutor era um funcionário da Câmara certamente, ao lado um Guarda Prisional e atrás 3 reclusos. Voltei a aproximar-me da entrada, foi uma reacção instantânea mas queria perceber até que ponto, estando nós apenas a observar, poderíamos aproximar-nos ou não de indivíduos a cumprir pena. Os três reclusos deixaram a viatura, juntaram-se imediatamente à porta de entrada do edifício e assim que o Guarda se aproximou e lhes abriu a porta, entraram sem quase reparar nas três raparigas “curiosas” que estavam naquele momento em pé perto da porta do pavilhão novo. Depois de ter lido “O silêncio das grades” percebi logo que estes três reclusos estavam certamente a fazer trabalho para a Câmara Municipal, o que acontece em casos de bom comportamento ou mais de metade da pena cumprida e crimes de menor gravidade. O facto de nem olharem para nós, que éramos sem dúvida estranhas ali, levou-me logo a juntar o que já havia lido no livro e o que via agora à minha frente; não são estúpidos ao ponto de arriscarem perder “regalias” que conquistaram. Estes trabalhos são remunerados e olharem poderia certamente provocar alguma repreensão por parte do Guarda que a um ou dois metros de nós fez de conta que nem estávamos lá.

Ouçó um grupo de homens falarem, era mais um grupo de guardas prisionais a saírem e não estando de serviço (calculei que não estavam porque tal como a Polícia e a GNR quando estão sem chapéu/boina – não sei o nome correcto -, mesmo que

fardados é porque já não estão na hora de serviço) aproximei-me mais uma vez. Recordo-me que olhei rapidamente para o rosto de todos, mas decidi falar com um guarda – disse eu mais tarde ao resto do grupo, escolhi aquele porque tinha um ar mais simpático –, e perguntei-lhe quantos anos tinha cada um dos edifícios ao que ele me respondeu *“o antigo uiii já existe desde a década de 50, este é que só tem 7 anos”*, e logo a seguir perguntou-me ele *“mas porque estão aqui, vêem estagiar?”*, eu disse-lhe que andávamos apenas a ver as imediações do EP, mesmo a nível residencial e de comércio para termos uma ideia do que existe antes da autorização para entrarmos.

“Mas vêem estagiar em quê?”, continuou o Guarda Prisional F., respondi-lhe que íamos começar por conhecer o “Grupo das Educadoras”, o que eram afinal, aonde estavam, que funções desempenhavam e o Guarda interrompendo perguntou *“mas qual grupo? O deste pavilhão ou o do pavilhão antigo?”*. Disse-lhe a verdade, que nem sabia que havia dois grupos de Educadoras, um por pavilhão, pensava que seria um grupo para o EP em geral, mas percebi ali que não era assim. Despedimo-nos e desejou-nos boa sorte.

Quando íamos embora vimos um carro celular aproximar-se – tal como era descrito no livro “O Silêncio das Grades” (Barbosa, 2004) – cor creme, com as luzes em cima, sem nenhuma janela e apenas com a porta de entrada/saída dos reclusos. Esperamos para ver como funcionava a entrada no EP, olhamos e o portão abriu-se mas depois desse ainda havia outro portão ou seja, a carrinho entrava no portão, este fechava, e depois deste estar fechado é que se abria o outro portão branco igual ao de fora (exceptuando o facto deste não ter espelhos como o primeiro portão). De facto, com tantos cuidados percebemos logo que o sistema de segurança era bastante apertado.

Antes de sairmos da Avenida da Cadeia Central do Norte ainda paramos uma vez mais para verificar como paira um silêncio semelhante ao do campo naquela zona. Do lado de fora a relva imensa que preenche a frente do EP dá um ar de campo que vai de encontro à zona onde estamos, quase sem habitações e as existentes justificam-se por esse mesmo facto: há imensos terrenos sem construção alguma naquela área e a calma que ali paira atrai os moradores.

Fomos até à Churrascaria, já era tarde e a fome apertava, mas pouco tempo depois tínhamos também ao nosso lado um grupo de quatro Guardas Prisionais a almoçar. Falamos com a funcionária e percebemos que é ali que recorrem todos os

dias muitos dos funcionários do EP *“porque a diária é barata, e aqui como é fácil de ver, não há muita coisa!”*.

15 de Dezembro de 2010

Estabelecimento Prisional de Paços de Ferreira

Depois de agendada a reunião com o director-adjunto, Dr. J. A. Silveira, do EPPF para as 14h00, dirigi-me pela primeira vez ao interior do EP.

Embora meia perdida, foi uma óptima coincidência ter encontrado logo na frente do edifício um dos professores dos cursos EFA daquele estabelecimento, que foi mestrando na instituição onde me licenciiei (FPCEUP). Logo se chegou à conversa sobre qual a função específica dele ali, que me disse que estava a leccionar a parte de Cidadania nos Cursos EFA, *“vão-se dando aqui algumas coisas, os alunos também têm algumas limitações, é uma matéria levezinha...”*.

Assim que percebeu que também ia entrar no EP para uma reunião acompanhou-me na entrada e deixou-me junto ao balcão onde se faz a identificação das visitas (foi pedido o BI e aponte no livro de visitas), despedindo-se posteriormente para ir dar a aula às 14h00 embora, como afirma o próprio *“aqui nem tudo é rígido, as aulas podem começar mais tarde, acabar é que não! (risos)”*.

Expliquei ao que ia e um guarda prisional indicou a sala de espera para aguardar pelo director-adjunto que ainda não havia chegado do almoço. Reparei que junto à sala de visitas haviam duas salas pequenas que indicavam na porta serem de “Gabinetes de Revista”, lá dentro apenas uma caixa de luvas e um pequeno degrau em madeira. Lembrei-me logo de ouvir há uns anos o Zé Carlos, um colega de licenciatura, que já era guarda prisional no EPPF, dizer que nessa semana tinha revistado uma mulher que estava de visita e encontrou-lhe droga escondida dentro da vagina. Logo, quando vi aquelas luvas e aquele degrauzinho, com muita imaginação ou não imaginei o colega a dar uso a uma das luvinhas e a senhora no dito degrau...

Depois de alguns minutos o guarda que tinha indicado a sala de espera chamou-me e voltei ao balcão de entrada onde fizeram a revista aos bens; o telemóvel e um carregador ficaram numa caixa guardados, passei por um detector e a mala que levava foram revistadas pelo guarda que me havia chamado e a guarda que estava de serviço dentro do Balcão. Como eles próprios disseram, adiantaram a revista assim quando o Director-adjunto chegasse, podia logo entrar.

Algum tempo depois, o Dr. J. Silveira chegou da sua hora de almoço e entrei logo com ele. Saímos numa porta que dava para um pátio; à nossa esquerda a nova escola que (aproveitando as férias escolares) estava em obras, em frente – da porta que entramos, depois de atravessar o pátio – diversos serviços como o gabinete dele, da directora, de contabilidade, etc. Aproveitou para me dizer, que tal como já sabia, era uma instituição em H, à nossa frente do lado esquerdo a Ala A e do lado direito a B.

Entramos e fomos directos ao seu gabinete, pediu desculpa pela desarrumação. Apresentei-me, o Dr. J. Silveira falou um pouco dele: disse ser Director-adjunto do EPPF há cerca de 2 anos, embora estivesse na instituição há 12 anos – desde a altura do seu estágio. É psicólogo de formação (estudou na UM) e tinha sido, até à data, coordenador do gabinete de educadores. Coloquei a questão do porquê do termo “educadores” uma vez que à partida já tínhamos conhecimento deste gabinete ser constituído por uma equipa multidisciplinar e este explico que desde o 25 de Abril aquele grupo de técnicos era conhecido como *“preceptores”*, sendo actualmente denominados de *“educadores”* mas sem nenhum motivo particular, porque o nome correcto por que são reconhecidos é *“técnicos superiores de reeducação”*.

Falei da dificuldade em contactar, até à entrada do Dr. Silveira como Director-adjunto, alguém que tivesse disponibilidade para nos receber, ao que o director-adjunto afirmou logo *“sabe que entrar nestas instituições fechadas é sempre complicado...”*.

Foi salientada a imensa vontade de realizar as actividades de contacto naquele espaço, não muito abordado, de facto, na nossa área, assim:

- 1) Pretendia conhecer o estabelecimento e o seu funcionamento;
- 2) Através de observação participante perceber como era constituída e que papéis/funções desempenhava a equipa técnica;
- 3) Por fim, conhecendo esta equipa multidisciplinar, perceber que actividades de carácter sócio-educativo são ali realizadas.

Falou-se também na possibilidade de se realizarem entrevistas ao nível da Direcção do EP (ao qual o Dr. Silveira se predispões logo), da equipa técnica (indicou logo a Dra. L. que entretanto entrara no gabinete e se apresentara como a nova coordenadora da equipa técnica de reeducação) e aos guardas prisionais.

Depois de se discutir prazos, fixando 10 de Junho como a data limite da minha presença na instituição, as actividades de contacto que ficaram em 3 dias completos por semana e a entrevista com a Dra. L. para o mês de Janeiro, fomos conhecer um pouco daqueles gabinetes em volta do gabinete do Dr. Silveira.

Então em frente tínhamos o gabinete da Dra. Elisabete – directora do EP – que não estava no momento, de seguida fomos conhecer um gabinete, não me recordo do nome, onde várias funcionárias tratam de todos os processos dos reclusos. O Dr. Silveira retirou um ao acaso do armário junto à parede e como mostrou, cada capa contém um número por fora que identifica o recluso; na 1.^a folha uma fotografia do mesmo e os seus respectivos dados, incluindo causas da reclusão e anos de pena a cumprir, depois eram vários os separadores uma vez que cada capa contém todo o historial do recluso. Em frente a este gabinete era o espaço da contabilidade onde se encontrava também o professor de Educação Física do EP a conversar com uma funcionária. Seguimos em frente e fomos ao Gabinete de Apoio à Educação que se encontrava fechado porque a funcionária estava de férias, mas onde nos explicou que são feitos todos os cartões para as visitas dos reclusos: cada visitante tem de preencher um formulário e anexar duas fotografias tipo-passe; se for familiar é-lhe atribuída uma letra, se for um amigo é atribuído um número. É desta forma, através do número ou da letra que fica o registo à entrada (onde os meus pertences foram revistados e deixei o telemóvel) de quem visitou e que recluso. Neste gabinete são guardados também todos os processos que estão encerrados.

As três portas seguintes eram de Atendimento sendo que na última como indicou uma técnica superior de reeducação *“o número cento e tal”* (não me lembro ao certo o número de identificação do recluso) estava em exame. O Dr. Silveira abriu a porta e perguntou como estava a correr, comentou já cá fora que aquele aluno não se andava a *“safar”* muito bem na Física e na Química e referiu o caso de um recluso que chegou a aparecer na televisão por ser um dos melhores alunos da FEUP em tempos.

Explicou que podem tirar cursos superiores através do ensino à distância, da Universidade Aberta, quando lhes é permitido vão às faculdades fazer os exames, o que não era o caso do aluno que estava a fazer o exame no EP, assim *“ou eles vão até aos exames, ou os exames vêm até eles, como é o caso deste rapaz...”*.

A ideia de tratarem os reclusos por números, já depois da referência às visitas de familiares e amigos identificados por números e letras, deixou-me a pensar nos efeitos de tal facto. Esta ideia de tratar alguém que tinha um nome cá fora e passa a ser chamado e reconhecido como *“mais um número”*, remete para o que Goffman

(1974) afirma ao dizer que “o ser humano (...) após passar pelo selectivo processo de recrutamento do sistema penal, entre as pessoas mais pobres, minorias, humildes e sem instrução, (...) é despido da sua aparência usual, ele é identificado, «recebe um número», é tirada a sua fotografia, impressões digitais, distribuídas roupas da instituição, resumindo, um verdadeiro processo de ‘despersonalização’”.

Chegamos por último ao gabinete onde se encontra a equipa de Técnicos Superiores de Reeducação. De frente o gabinete que ocupa a coordenadora, Dra. L., e de cada lado dois gabinetes com três técnicos cada que dividem o espaço da sala.

Percebe-se que o ambiente entre os funcionários é de ânimo leve, que há uma boa relação até pela forma como o Dr. Silveira diz à Dra. L. – que tinha incenso a queimar no seu gabinete – “*então já metes-te a arder aquela coisa que faz rir?*”.

Fui apresentada a duas técnicas, uma das quais licenciada em Ciência da Educação (a Dra. B.) na FPCEUP (Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto) e vi que naqueles gabinetes se faz um pouco de tudo; uma técnica preparava a impressão dos *flyers* que havia feito sobre a festa de Natal que decorrerá no EP na próxima semana (23 Dezembro), depois vi novamente dossiers com informação sobre os reclusos. São estas técnicas que procedem aos apontamentos de atitudes de louvor e trabalhos exercidos e reconhecidos e numa mesma folha as respectivas faltas que os reclusos em alguma altura tenham cometido. Aqueles dossiers provinham de uma base de dados que o Dr. Silveira enquanto psicólogo daquele gabinete havia feito mas, como o próprio indicou, entretanto foi criada uma base de dados a nível nacional para essas informações.

De seguida, fiquei com a Dra. L., que me levou de volta à entrada do EP e se despediu para me receber no mês de Janeiro.

Logo na saída pensei em dois pontos que ressaltaram: ter referido que iria fazer uso de uma “observação participante” não foi uma boa opção, apesar do Dr. Silveira também ter indicado às técnicas apenas “*esta menina vêm cá fazer observação*”, a reacção da Dra. B., “*observar-me? A mim? Não! A todos nós!*”, fez-me logo perceber que teria de usar outro termo, antes “estou aqui para apreender convosco...”, ou algo mais *soft*.

Um segundo ponto foi a forma como fui olhada. Já havia reflectido no primeiro relatório sobre o factor da “estranheza” ser uma característica nestas instituições de carácter fechado. De facto, ao “passear” com o Director-adjunto do EP observei os guardas prisionais e os restantes funcionários a cumprimentar, a sorrir, como que a

receberem-me porque percebiam que era nova ali. Esta questão será de elevada importância a reflectir aquando da elaboração da tese relativamente a essa “estranheza” já referida anteriormente.

10 de Janeiro de 2011

EPPF

Cheguei ao EP por volta das 08h45min, deste modo tive de aguardar na sala de espera pela Dra. L. que ainda não havia chegado.

Foi a mesma que algum tempo depois foi ao meu encontro para que deixasse o telemóvel na entrada e fosse revistada. Entramos rapidamente e enquanto nos dirigíamos para o seu gabinete pediu desculpa pelo atraso e pediu que lhe explicasse o que pretendia ao certo com as minhas idas àquela instituição porque no último encontro *“tinha ficado tudo muito no ar, como foi com o Dr. J. Silveira que esteve mais”*. Expliquei-lhe que as actividades de contacto incidiam sobretudo em 3 pontos fundamentais: conhecer a instituição e o seu funcionamento, perceber quem é a equipa multidisciplinar dos técnicos superiores de reeducação, o que fazem/desenvolvem, de que forma intervêm nas actividades desenvolvidas no EP e por fim tentar perceber onde, enquanto mestranda em Ciências da Educação me poderia enquadrar e desenvolver um estágio.

Pediu então que agendasse as nossas actividades de contacto, marcamos até ao dia 6 de Junho (último dia antes de ela ir de férias), deixando por marcar a última ida ao EP, que ficará ao encargo do Dr. Silveira. Aproveitou para perguntar se tinha perguntas a fazer, dúvidas a esclarecer e lentamente lá lhe fui colocando algumas questões. Fiquei a saber logo naquele primeiro contacto que aquele gabinete:

- É responsável pela dinamização de datas importantes/comemorativas dentro do EP;
- Os 5 técnicos existentes têm a população reclusa (mais de mil indivíduos) dividida entre si, uma média de 120 reclusos por técnico;
- Está de momento a tratar da implementação dos PIR's (processo individual do recluso);
- Presta apoio das mais diferenciadas formas, que com o tempo fui e irei apreendendo.

Aproveitou, enquanto arrumava um monte de papéis iguais da secretária, para explicar que as “Propostas de actividades de Colocação: actividades sócio-culturais, desportivas e de tempo livre”, são umas folhas que estão disponíveis nas respectivas alas e que os reclusos pedem ao guarda responsável que lhes dê para que preencham sempre que estão interessados em inscreverem-se em alguma actividade promovida pelo EP, inclusive alguma actividade profissional. Aproveitei aqui para perceber afinal que actividades estão disponíveis, quem as pode exercer, como são escolhidos para essa função, etc.

Os reclusos são remunerados pela frequência nas aulas de formação, pelo trabalho na lavandaria, ou outra função, basta quererem trabalhar e preencherem a ficha para tal, o EP é que não consegue dar resposta a todos porque é uma população muita extensa e não são muitas as funções a desempenhar, para além disso são poucos os protocolos que têm realizados. Também há o caso dos que não querem fazer nada, nem a nível profissional nem a nível sócio-cultural e nesse caso não se pode obrigar, estão naquilo a que é chamado o regime fechado; permanecem o dia todo na cela à excepção da hora das refeições, do banho e do intervalo em alguns casos.

Depois, mostrou o que era o Cartão de Utente que cada recluso possui, com fotografia e um chip incorporado que lhes permite gravar dez números para os quais queiram ligar, sejam fixos ou móveis, sendo que no caso dos números móveis têm de ser devidamente identificados e comprovados o detentor de cada um. Possuem cabines telefónicas nas respectivas alas e para ligar têm de carregar o telefone tal como o “credifone” utilizado cá fora. Os carregamentos são feitos com o dinheiro que recebem dos trabalhos realizados, dos familiares que por vezes lhes levam e ainda há o caso dos que não trabalham nem têm apoio familiar cá fora, nesse ponto recorrem ao gabinete de reeducação para fazerem as chamadas através dos telefones das técnicas.

De seguida, explicou que há o gabinete dela, enquanto coordenadora dos Técnicos de Reeducação, há o gabinete encarregue pela dinamização e parte de voluntariado, com a Dra. B. e o Dr. M. e por fim com a Dra. D. e a Dra. L., num gabinete onde não me lembro qual é a respectiva área.

A verdade é que a tarde passou a voar, a Dra. L. apesar de ter o telefone a tocar dialogou imenso comigo, tratou de todas as questões que tinha a revolver da forma mais natural possível apesar da minha presença e convidou-me a acompanhá-la sempre que ia fazer algo que considerava ser do meu interesse. Reconheço que fiquei

surpreendida, não tinha concebido nenhuma imagem da coordenadora uma vez que no último encontro mal ouvi a sua voz, mas hoje quando fazia a viagem para casa no autocarro vinha muito satisfeita por ter encontrado uma coordenadora directa, educada e que, sem eu falar – confesso que não tomava muita iniciativa para falar com medo de interromper algo importante –, explicava tudo o que fazia, para que servia este ou aquele papel... Acho que senti muito esta abertura porque veio contrariar todo o tempo de espera por parte deste estabelecimento fechado.

Duas coisas se repetiram durante a tarde:

- A Dra. L. perguntava sempre a cada recluso se a minha presença o incomodava ou se poderia permanecer na sala; ao longo de tantas horas e com a entrada de tantos reclusos, houve sempre a mesma reacção: nenhum se opôs nem se mostrou minimamente inibido com a minha presença;
- Quando ligava para alguém ou falava pessoalmente - outro técnico ou guarda prisional - tratava os reclusos sempre pelo número, mas pessoalmente, tratava-os sempre pelo nome próprio.

O tempo passou a voar, mas logo entrou o recluso que estava a fazer exame quando chegámos ao gabinete da Dra. L.. Estava nisto desde as 9h30 da manhã, na sala de apoio ao lado, para conclusão do 9.º ano e passou pelo gabinete porque tinha a informação que havia sido chamado pela coordenadora dos serviços de reeducação.

Antes de sair pediu à Dra. L. se lhe podia passar uma justificação para entregar à professora uma vez que tinha aula de formação às 13h30 mas o seu exame se tinha alongado. Esta informou-o que neste caso não era necessário, bastava avisar a professora que esteve no gabinete com ela.

Depois da saída do recluso do gabinete, a coordenadora informou-me que ele é voluntário no trabalho que têm desenvolvido para a festa de Natal, que tirou um curso na Suíça, e tem jeito para o artesanato, e a directora – como receberam peças de vestuário novas e calçado – vai presenteá-lo, e a outros, pelo seu empenho. É-lhe então pedido o número que veste e que calça.

A Dra. L. esclarece-me que é ela que passa estas justificações, sendo que os reclusos têm um número limite de faltas para poderem ser qualificados no final das formações e para receberem a respectiva remuneração. Quando faltam é por terem dores de dentes, de cabeça ou terem de ir a tribunal, por exemplo.

De seguida, recebe de uma funcionária um vale postal em nome de um recluso que queria enviar dinheiro para a família, mas havia sido negado pela Directora que lhe pede uma avaliação do caso. Os vales dos CTT, com quantias monetárias a enviar do recluso para a família ou alguém que tenha no exterior, são entregues à Dra. L. a maioria dos casos, como a própria refere *“eu é que dou autorização porque conheço as causas do envio do dinheiro. Por exemplo, é para um filho, ou para um advogado ou muitas vezes nem enviam, porque precisam de juntar dinheiro para uma prótese dentária por exemplo”*.

Pelo meio dos seus telefonemas vou tirando umas notas. Observo num armário várias capas. A Dra. L. esclarece que possuem um protocolo com o IEFP para formação, nas áreas de olaria, serralharia, jardinagem e serralharia-mecânica. E aproveita para comentar, entre risos, *“para além da coordenação do gabinete de reeducação ainda tenho a meu cargo a coordenação de toda a formação que existe neste EPI”*.

Ouve-se bater à porta e a Dra. L. parece adivinhar quem lá vem. O recluso V. aparenta ter 50 e muitos anos. Muito bem-parecido, muito bem-falante, chega do exterior; tinha ido realizar o exame de acesso ao Ensino Superior através dos Maiores de 23. A Dra. L. quis saber como tudo correu. Ele diz-lhe que está bem-disposto, tirando o facto de terem chegado 30 minutos atrasados à prova, de terem pedido ao guarda que ficasse à porta e de o colocarem sentado na secretária da professora em frente aos indivíduos que realizavam a mesma prova. A Dra. L. com uma cara incrédula pergunta-lhe se não havia mais cadeiras, se a sala estava cheia, mas o Sr. V. diz-lhe a sorrir *“oh Dra. sabe como é! O recluso tem de ficar de frente para todos poderem ver, controlar e saber que é diferente”*. Acho que de tanto espanto a Dra. L. nem respondeu e ficou a olhar para ele, séria e com um ar meio abalroado que disfarçou longos segundos depois com *“e então, relativamente aos conteúdos programáticos como foi?”*, ao que ele lhe respondeu que havia estudado mas achava, no seu íntimo, que não ia ser seleccionado porque eram muitos candidatos para poucas vagas e certamente haveria naquela sala pessoas melhor preparadas.

Despedem-se e o Sr. V. segue para a sua Ala.

Logo a seguir entra no gabinete o Dra. Silveira. A Dra. L. pergunta-lhe num tom que confirmo, nessa altura, ser de total espanto, *“sabes o que fizeram ao V. no exame?”* e o Dr. Silveira todo despachado responde *“sim, chegou meia hora atrasado, o guarda teve de ficar à porta e sentaram-no de frente para todos os outros!”*. Ela olha para mim e diz-me ainda com um ar meio abalado *“de facto não consigo lidar com as*

coisas assim de forma tão simples...” e só lhe consegui esboçar um sorriso, não sei se de conforto ou de estupidez mas estava ainda a assimilar o que tinha ouvido...

O Dr. Silveira vinha entregar-lhe uns papéis, mas aproveitou e perguntou-me *“então já conheceu o Sr. V.?”*, disse-lhe que sim e ele olhando para a Dra. L. *“então chega aí o processo do V., aqui a menina acabou de conhecer a figura típica deste EP e de todos neste país!”*. Aproveitei, e a sorrir, perguntei-lhe *“figura típica? Hmmm mas afinal o que é uma figura típica num EP?”*.

O Dr. Silveira sai sem explicar e eu comentei o que tinha achado, à 1.^a vista, do Sr. V.

A Dra. L. disse-me, com o processo na mão, *“viste então como ele fala e se comporta? Pois é, está preso há anos... Sai e volta a entrar... Sai e volta a entrar... Não tem nada, nem ninguém lá fora, até estávamos com medo de fuga nesta ida dele para realizar o exame, até por causa daquele caso de fuga no EP de Caxias, viste na TV? Ele de facto impressiona, por isso é que é preso sucessivamente por crime de burla...”*.

Falamos de vários assuntos, até da festa que estava a pensar organizar sobre o Ambiente e a Dra. L., pediu-me para lhe dar umas ideias, se pudesse.

Batem de novo à porta. Desta vez entra o R., o recluso que tinha enviado o postal com dinheiro para uma tia, mas que a funcionário uma hora antes tinha entregue à Dra. L., como atrás refiro. Vai de precária, entre 23 e 26 de Janeiro, e queria que este dinheiro fosse para a tia lhe comprar umas roupas novas para ele ter o que vestir nos 3 dias que ia “passear”. A Dra. L. teve uma longa conversa com ele, pedia-lhe para pensarem juntos se não seria melhor ele próprio levar aquele dinheiro quando saísse, assim ele próprio poderia comprar as roupas ao seu gosto... O R. não ficou muito convencido e afirmou logo *“se ainda perder tempo a ir às compras então é que não aproveito nada!”*. A Dra. L. insistiu, num tom de brincadeira disse-lhe que a tia podia comprar-lhe umas calças à boca-de-sino ou algo que nem lhe servisse e ir às compras, ver gente também lhe iria fazer muito bem... Novamente o R. disse-lhe, *“sou novo, mas já não tenho paciência para muita gente... Só quero roupa nova para não andar com esta roupa que é aqui da prisão, porque nem quero dinheiro pó Natal, não tenho paciência...”*. Por fim, o R. perguntou-lhe, directamente *“mas então vai enviar esse dinheiro à minha tia ou não?”*. A Dra. L. disse-lhe que iria enviar novamente o assunto para a Sra. Directora explicando que, no parecer dela, não fazia sentido que a tia lhe fosse fazer compras, ainda por cima sendo esta a sua primeira precária!

O R. saiu aborrecido e a Dra. L. explicou-me que tem tido uma relação muito complicada com este recluso desde que entrou nesta instituição. Nessa altura, o R. estava totalmente dependente do consumo de droga e que se obrigou a tomar uma postura muito rígida com ele, sobretudo porque ele não estava receptivo ao tratamento.

Com o caso da precária do R. entendo, e mais tarde esclareço este assunto com a Dra. L. que esta equipa de educadores não actua ao nível da reinserção social, o que ela acha muito mau porque esta equipa já conhece os reclusos e poderia auxiliá-los melhor do que a ERS (Equipa de Reinserção Social) que embora contacte os vizinhos e a GNR local, para saber se o recluso tem condições para sair por uns dias, sabe pouco do indivíduo em si.

Este gabinete pela sua multidisciplinaridade é o que melhor conhece cada recluso dentro do EP, afirma a Dra. L., sendo assim discorda que seja uma ERS a tratar da reinserção dos reclusos e não a equipa que os acompanham, ao longo dos anos, dentro da instituição.

Pelo meio, aproveitei para lhe perguntar se estava naquele EP há muito tempo. Respondeu-me, logo, que a sua postura, aquando da sua entrada há 5 anos, era que se devia manter uma relação distante com os reclusos. Mas muito tinha mudado, *“podes observar que não é assim... Isto nem devia de se dizer, mas ainda em Dezembro o F. saiu... Era jovem, já cá estava quando entrei, foi uma infelicidade pontual, de homicídio. Era muito, muito bom nas artes e uma pessoa muito prestável para tudo. Para teres uma ideia quando tínhamos uma festa para organizar pensávamos logo «vamos chamar o F.!» (risos)”*.

Afirma que, nalguns casos, a reinserção até funciona bem, como no caso do F. por exemplo. Mas isto também aconteceu porque, desde Dezembro, ligou à Dra. L. duas ou três vezes para confidenciar como se sentia sozinho... *“Estou com uma amiga, com a minha namorada mas parece que não tenho tema de conversa! Em todos os assuntos vou sempre parar a coisas relacionadas com a prisão”*.

Perguntei-lhe, delicadamente, se esse tipo de contacto seria “saudável”. Respondeu-me que era de evitar, o que conseguia, quase sempre, mas naquele caso tinha sido diferente, nem se conseguiu despedir. Sabe que, com o tempo, se vão desligando um do outro, mas é no tempo em que o vai apoiando à distância que o ajuda de alguma forma, *“nos outros casos, é preciso mesmo sorte, não mantemos mais nenhum contacto com eles!”*.

Antes de terminar a minha tarde no EP a Dra. L. levou-me a uma sala para falar com um recluso bastante jovem, que estava a pintar uma tela enorme e muito bonita para ser apresentada na festa de Natal, e que depois ia para o parlatório porque esse espaço “*é muito cinzento e triste*”, como afirmou o recluso. Trocaram algumas ideias sobre actividades que poderiam realizar. Depois a Dra. L. fez questão de trocar umas palavras a sós comigo, perguntando como me sentia, se tinha gostado, se o tempo ali passado tinha ido de encontro ao que esperava...

Tratando-se de uma observação participante, observo muitas respostas sem serem colocadas questões que estavam na entrevista a ser realizada, tais como:

- Utilização dos PIR's é um óptimo plano, mas de difícil realização porque uma técnica com 120 reclusos “a seu cargo” não consegue preencher, de um dia para o outro, este plano, nem num curto espaço de tempo;
- Dentro do EP não há nenhuma equipa, nem nenhuma actividade que tenha em vista a reinserção social dos reclusos. As actividades desenvolvidas são sobretudo para ocupar o seu tempo, que sem actividades desta natureza é totalmente vazio. A reinserção é feita depois e seguida por outra equipa (ERS);
- Relativamente às redes familiares que têm cá fora, é a equipa de reeducação que os contacta frequentemente e traça o seu perfil ao longo da reclusão do indivíduo, para o poder ajudar da melhor forma. Assim, quando estes saem – mesmo antes da liberdade – numa precária, já têm cá fora algum familiar ou amigo que é aprovado pela equipa de IRS como apoio ao recluso na saída deste do EP;
- Por fim, quem faz o quê? Qualquer recluso pode concorrer aos lugares disponíveis no EP nos mais diferentes sítios, sendo posteriormente avaliado o seu pedido e conseguindo uma vaga nessa função, uma vez que a sobrecarga de “funcionários reclusos” é grande, neste EP.

24 de Janeiro de 2011

EPPF

Cheguei como de costume antes da hora ao EP e entrei para a revista habitual... Hoje foi o primeiro dia que tive a sensação de que começo a conhecer um pouquinho das rotinas “da casa” e já fiz os procedimentos habituais sem ter que

chamar ninguém; entregar o telemóvel, revista e ir até ao gabinete da Dr. L., caminhando livremente pelas instalações.

A Dra. L. já estava no gabinete quando cheguei. Perguntou-me se teria alguma actividade específica pensada para hoje e eu disse-lhe que o trabalho, para além das entrevistas que serão agendadas com o Dr. J. Silveira e com um guarda prisional, iria, dentro do possível, dada a escassez do tempo, passar pela interacção com os técnicos e apreender quais as suas funções, quais os seus procedimentos e quais as suas intenções pedagógicas, de integração e de reeducação.

Ela concordou e comentou ser uma pena haver pouco tempo para estas actividades. Saltou logo da cadeira e disse *“bem, queres falar com o professor de Educação Física? Está no gabinete do Dr. M. e assim tens oportunidade de falar um pouco com ele...”*. Mais uma vez tive um profissional totalmente acessível, descontraído e que tratou logo de se apresentar e ter uma conversa que se viria a alongar por quase duas horas...

O professor S. F. apresentou-se, eu também o fiz e como a Dra. L., quando perguntou se ele estava disposto a conversar comigo, disse que eu era de Ciências da Educação, começou logo por falar do percurso dele. Trabalha no EPPF há 12 anos, mas nem sempre exerceu essa função; inicialmente era guarda prisional, mais tarde é que se licenciou em Desporto e pediu a reavaliação do seu estatuto profissional à instituição. Apesar de ocupar uma das secretárias do gabinete onde estão o Dr. M. e a Dra. B. diz ser reconhecido profissionalmente como Técnico Superior de Educação (os outros são técnicos superiores de reeducação), sendo esta uma categoria profissional mais abrangente que lhe permite concorrer a mais áreas.

Questionei-o acerca da principal preocupação no seu quotidiano profissional e respondeu que as preocupações dele, se trabalhasse cá fora, seriam exactamente as mesmas; as questões de saúde tal como a obesidade é um problema dado que muitos reclusos não fazem nada e o regime fechado para os que não trabalham, veio piorar esta situação, *“afinal só saem da cela uma hora por dia, se forem tratar da higiene ou apanhar um pouco de ar, nem dá para virem ter comigo à pista ou irem até ao ginásio”*.

No gabinete vai preenchendo formulários que a DGSP lhe vai enviando para saber que actividades vão sendo realizadas e qual o número de indivíduos envolvidos, cria grelhas que constam dos dossiers que guarda na estante respeitante a cada ano civil, com todos os registos de actividades, inscrições feitas (com dados do

participante), torneios, etc., e, tal como mostrou, cada dossier está organizado e separado pelas diferentes áreas de desporto praticadas.

Em Janeiro de cada ano trata de fazer uma planificação das actividades a serem praticadas para o ano todo e em Dezembro, mês da entrega dos troféus, não há jogos, nem torneios. Durante o ano são várias as actividades praticadas, desde atletismo, futsal, remo indoor, jogos de mesa (xadrez, damas, ténis de mesa), *“também praticavam lançamento do peso na parte dos campos em terra, mas como agora foi tudo alterado e o chão é sintético, tive de banir essa prática. À sexta-feira é dia de yoga com um professor voluntário, que é espectacular”*.

O professor S. demonstrou ser uma pessoa bastante activa, um bom comunicador mas salientou-se o brilho nos olhos quando disse, *“não estás a ver os troféus todos que estão ali? [apontando para um armário atrás de mim] Eles são campeões em várias áreas, chegam sempre aos regionais de futsal e também no atletismo tive muitos campeões daqui! Este EP deve ser o que mais prémios arrecada!”*.

Pelo meio, visto que as entrevistas que tenho preparadas são semi-estruturadas, (ou semi-directivas, de acordo com Quivy et al, 1992) – i.e., permitindo que o entrevistado tenha alguma liberdade para desenvolver as respostas segundo a direcção que considere adequada e permite explorar, de uma forma flexível e aprofundada, os aspectos que considere mais relevantes. A conversa divagou um pouco quando fui questionada pelo professor sobre as minhas práticas desportivas actuais. Falamos de futebol e do FCP, porque tinha na parede afixada uma fotografia tirada com um jogador desta equipa junto da equipa da selecção de futsal do EPPF e falámos sobre a prática da passadeira (eu disse que corria todos os dias numa), que afirmou ser a sua maior inimiga e dos amantes do desporto, porque o contacto com o ambiente é muito importante.

Quando questionado sobre o acompanhamento aos reclusos explicou que não há um processo específico, - nem ele vai ter com eles aquando da sua chegada nem o contrário se verifica -, acontece tudo naturalmente. Uns inscrevem-se nos torneios que ele organiza, quer entre equipas de reclusos daquele EP, quer em torneios com equipas do exterior, outros começam a frequentar o ginásio e vão trocando impressões com o tempo e ainda há o caso de ser o professor a estimular algum recluso a participar nesta ou naquela actividade porque percebeu que talvez lhe fizesse bem por algum motivo que ele aponta caso a caso. Falou dum indivíduo que saiu recentemente com 72 anos, tinha sido agricultor a vida toda o que, com o avançar

da idade, lhe provocou vários problemas de coluna e nas articulações por trabalhar com as ferramentas típicas do campo. Incentivou-o a fazer umas caminhadas em volta da pista de atletismo, todos os dias um bocadinho, acompanhadas de alguns alongamentos. Continuou dizendo que, *“havia dias que estava na pista com o pessoal do atletismo e lá o ia vendo a caminhar e a fazer os exercícios, mas depois quis ir para o ginásio, revelou-se uma surpresa, adorou a máquina de remo indoor e ainda participou num torneio de equipa de remo indoor, que houve entre EP’s. Quando soube que ia sair quis falar comigo e pediu-me conselhos sobre exercícios que queria continuar a fazer e pediu-me também que lhe indicasse onde poderia comprar uma máquina de remo indoor para ter em casa, porque não ia deixar de praticar”*.

Falámos sobre a questão do desporto em reclusos com idade mais avançada e soube que existem alguns torneios, promovidos por este professor, exclusivamente para *“o grupo dos idosos”*, designação esta que constava da grelha de actividades que tinha visto inicialmente. As modalidades praticadas são as mesmas, mas para cativar os reclusos desta faixa etária desenvolve actividades para que se mantenham activos fisicamente e assim evitem problemas de saúde mais prováveis de surgir com a entrada na velhice.

Se percebi que há uma grande preocupação com a saúde, percebi que há também uma preocupação muito grande, por parte do professor, relativa às questões pedagógicas. Como disse o professor S., *“a pedagogia é muito importante, sabes bem disso na área de onde vens! E no desporto tento que ela exista em casos tão simples como: quando algum recluso está de castigo ou tem mau comportamento e vem ao treino, eu mantenho o castigo e não o deixo treinar; se temos jogos no exterior, eles sabem que faço questão que os que mais se esforçam, melhor se comportam, mais empenho têm demonstrado tanto no desporto como em outras áreas – porque aqui no gabinete vamos trocando impressões –, vão numa carrinha do EP das normais, com vidros, para que tenham oportunidade de aproveitar o “passeio” e contemplem as paisagens, as pessoas, os quotidianos que ficam cá fora durante anos, enquanto os outros vão em carrinhos daquelas que vocês sabem, todas fechadas, sem vidro nenhum”*.

As equipas do exterior, que vão jogar com a equipa de reclusos, fazem-no voluntariamente, são elas que organizam os jogos e não o professor porque se não seria ainda mais essa burocracia para tratar. Estes campeonatos internos, ou externos (acontece por vezes ser a equipa de reclusos a deslocar-se a um campo no exterior, normalmente em Paços de Ferreira) são as actividades de carácter sócio-educativo

que são mais realizadas, que mais cativa os reclusos pela interacção com indivíduos do exterior e porque permite irem falando e conhecendo pessoas novas.

O futsal revelou-se, ao longo da conversa, ser a actividade mais realizada e valorizada pelos reclusos. É a mais realizada porque têm o apoio, nesta modalidade, da DGSP (que organiza os campeonatos entre EP's), as finais realizam-se habitualmente no EP de Leiria (destinada a jovens delinquentes) e como existe uma selecção desta modalidade no EPPF, muitos concorrem para integrar a equipa.

Durante a conversa entrou no gabinete o outro professor de Educação Física. Fiquei a saber que o professor S. estava, agora, com os reclusos do edifício principal porque até à entrada deste professor dividia-se entre este edifício e os PC's (pavilhões complementares – a parte nova do EP). Em conversa, os dois disseram que a relação com os reclusos é de extrema segurança, *“temos aqui os maiores casos deste país, assassinos, traficantes, os maiores delinquentes e por isso esta cadeia central é de alta segurança, acabamos por estar aqui dentro mais seguros com eles, porque estamos sempre a ser vigiados, do que lá fora!”* e *“a relação entre técnico/professor e recluso está diluída, quero dizer que é muito de igual para igual, tal como se desse aulas no exterior, tenho de os cativar para o desporto, para hábitos sãos, tenho de impor disciplina e manter uma relação agradável, que em muitos casos cresce porque acabamos por conhecer mais este ou aquele indivíduo”*.

O professor S. perguntou se, quando íamos numa rua escura por exemplo, ou numa zona que é perigosa não sentíamos algum medo, algum receio. Como respondi que sim afiançou, *“como pode ver a questão da segurança é um sentimento e aqui com tantos guardas e com a relação que se mantém com eles estamos mais do que seguros!”*

Fiquei a saber que trabalham dois reclusos no ginásio e quatro na sala onde está o material; estes tratam do aluguer de equipamentos, de bolas, de jogos de mesa, etc., e o horário destes dois espaços é igual ao tempo que eles estão fora das celas, *“para poderem usufruir todos dos equipamentos desportivos.”* Contudo, aponta um decréscimo muito elevado do número de reclusos nas actividades desportivas porque é reduzida a população que desenvolve actividades profissionais e com a nova lei do regime fechado, só os restantes têm tempo e acesso ao desporto...

Entretanto, saiu o professor de Educação Física dos PC's e entrou no gabinete o Dr. M.. Foi o professor que para finalizar inquiriu, *“já conheceu outras instituições durante a licenciatura? Mesmo sem serem EP's?”*, respondi-lhe que sim, que tive

seminários que tinham em vista o contacto com alguma instituição para que fossem interagindo com a realidade, ao que ele retorquiu *“mas nunca viu um assim pois não? Com tão más condições, já viram até o agrafador tenho de dividir com o Dr. M., aquele professor que estava aqui já chegou há 2 meses e ainda nem computador tem para poder trabalhar...”*. Optei por sorrir porque, entretanto, começaram os dois – o professor S. e o Dr. M. – a apontar mais alguns “problemazinhos” que a instituição tinha...

Depois da longa e produtiva conversa com o professor S., este saiu para dar uma aula e fiquei com o Dr. M. antes de ir para o gabinete da Dra. L., que aí trabalhava.

O Dr. M., responsável pela parte do artesanato no EP, - que o próprio confessa não gostar (mas tem de aceitar por imposição da nova direcção), - é licenciado em Serviço Social, Mestre em Psicologia – na FPCEUP – na área do Comportamento Desviante e professor universitário (a meio tempo) no ISSSP.

Começou por mostrar, no seu computador, como funcionava o SIP (Sistema de Informação Prisional) e continuou dizendo que os técnicos de reeducação são responsáveis por toda a parte burocrática durante a reclusão do indivíduo, tendo de preencher os dados do recluso no SIP de forma a estarem sempre actualizados.

Já tinha ouvido a Dra. L. falar do Conselho Técnico com um recluso, a semana passada, mas o Dr. M. explicou que qualquer técnico de reeducação faz parte do Conselho Técnico do EP e que vão a estas reuniões quando é tratado algum assunto relativo a alguns “dos seus reclusos”. Este conselho é constituído pelos técnicos de reeducação, por técnicos da ERS, pela directora e/ou director-adjunto, que tomam decisões conjuntas sobre diversos assuntos relativos a um recluso, como as precárias, por exemplo. Afirmou também que faz parte do trabalho burocrático do técnico fazer os relatórios necessários sobre um recluso, para os entregar no tribunal.

Relativamente ao processo de acolhimento de cada recluso explicou que não há propriamente um acolhimento no EPPF - como esta é uma prisão de condenados o acolhimento já foi feito por outra equipa no estabelecimento onde estiveram em preventiva - à excepção de reclusos que vêm de outros países como foi o caso esta semana de um recluso que veio de Espanha; como não haviam dados no SIP a equipa técnica de reeducação fez o acolhimento.

De qualquer forma, é preenchida a Ficha de Acolhimento que a DGSP tem para todos os EP's, embora o Dr. M. use uma feita por si, semelhante mas que, do seu

ponto de vista, é mais completa e funcional. O preenchimento desta ficha decorre num período que não é o desejável pelos técnicos - com efeito o elevado número de reclusos por técnico faz com que se prolongue mais do que desejável a chamada dos reclusos ao gabinete de reeducação para que este documento seja preenchido.

A ficha de acolhimento contempla diferentes áreas: os dados pessoais, dados relativos à situação presente, situação jurídico/penal actual, outros dados de natureza jurídico/prisional, estado de saúde, pretensão de visitas, situação familiar, situação escolar, trabalho e formação profissional, habitação, situação militar/militarizado, perspectivas de integração neste estabelecimento prisional e por fim uma apreciação global.

Vi de seguida, no computador do Dr. M., várias fichas que a DGSP criou e que são utilizadas pelos técnicos de reeducação em todos os EP's. Estas, posteriormente, com a devida autorização do Dr. J. Silveira, foram-me facultadas pela Dr. L., para analisar e poder anexar ao relatório de estágio.

Para além da documentação que é preenchida, explicou-me que os reclusos, depois de darem entrada têm 72 horas para se dirigirem aos serviços de enfermaria e serem examinados por um médico, onde também é criado um processo sobre o indivíduo.

Na opinião deste técnico o PIR seria uma óptima ferramenta de trabalho se fossem 50/60 reclusos por cada técnico, *“esse seria o número ideal para se ter de facto uma ideia completa acerca de cada processo e de todos os factos importantes no decorrer da reclusão do indivíduo, o que não acontece porque infelizmente são tantos que nem temos oportunidade de sermos nós a chamá-los ao nosso gabinete para conversarmos, avaliar esta ou aquela questão; vamos seguindo e preenchendo o Plano, porque são os reclusos que fazem os pedidos para poderem vir ao seu respectivo técnico.”* Reconheceu, ainda, que as competências sociais não são muito trabalhadas com os reclusos ao longo da sua pena de prisão.

Falamos das Ciências da Educação, e falou um pouco acerca dos professores que fazem parte da FPCEUP nomeadamente do Professor Stoer que *“quando eu lá andava era o ícone da sua área”*.

No decorrer da abordagem feita sobre as Ciências da Educação afirmou: *“é um processo de negociação constante trabalhar aqui, ou se tenta chegar a um acordo com a ERS que avalia a sua rede social para uma saída precária, ou se tenta negociar junto das entidades superiores do EP (Directora, Director-adjunto), tenta-se muitas*

vezes negociar com as escolas e faculdades que os reclusos querem frequentar e negocea-se desde a questão de o exame ser feito nas instalações do EP ou ter de ser impreterivelmente na escola, negocea-se a questão de terem que ser acompanhados por um guarda prisional mesmo que este fique à porta porque muitos são os locais que proíbem a entrada destes profissionais [dá o exemplo da FEUP, onde o T. estudou Engenharia Química e foi o melhor aluno do curso mas como era um recluso perigoso tinha de estar sempre sob vigilância e algemado]”.

Do que aprendemos na faculdade – conceitos e teorias - considera que a maior falha se situa ao nível da ética, uma vez que *“os reclusos quando querem falar com o seu respectivo técnico encontram um gabinete com outros técnicos presentes e outros funcionários a entrar e a sair, impedindo que haja de facto privacidade para o recluso. À que ter em conta os deveres dos reclusos que estão aqui para cumprir pena, mas também têm os seus direitos, que têm e devem ser reconhecidos!*

Referiu ainda que *“é precisamente no campo educativo que surgem as primeiras falhas com cada recluso, de alguma forma foram excluídos pelas más notas, pelos amigos na escola ou pela baixa posição social, reprovam consecutivamente de ano o que obriga a saírem da escola prematuramente e a procurarem um emprego normalmente de salário médio/baixo”.* Percebi que chegam à prisão porque cá fora a educação falhou, ou na escola – educação formal -, ou em casa, estando muitas vezes isentos de qualquer apoio familiar, de uma rede social que lhes sirva de base ao seu desenvolvimento.

Considera que é necessária uma grande sensibilidade para se trabalhar nesta área e a sua formação, sem réstia de dúvida, foi importantíssima para isso; veio do IDT, assim sendo já trazia consigo vários conhecimentos ao nível das drogas e do consumo, o que ajudou a lidar com vários casos de reclusos que estão naquele EP, quer pelo consumo, quer pelo tráfico.

Como o próprio afirma, para quem percebe da área, sabe que, no processo de tratamento das drogas faz parte a recaída e do seu ponto de vista uma recaída pode ser positiva, uma vez que desencadeia processos que permitem ao toxicodependente lidar com o seu problema. Como na prisão o processo não é visto dessa forma, os reclusos são castigados, o seu trabalho consiste em estimular este processo de modo a permitir, ao recluso, desenvolver os seus próprios procedimentos de reabilitação. Apesar de os reclusos terem de ser punidos pelos crimes que cometem, é da opinião que da parte dos técnicos deve haver mais empatia, deve criar-se uma relação que

permita entender diversos factores na vida dos diferentes indivíduos para os ajudar da melhor forma possível.

Sendo o EPPF um dos 4 estabelecimentos abrangidos pelas visitas íntimas, é da opinião que são de extrema importância, sobretudo em caso de penas de longa duração (10, 20 anos). A tão longa ausência de relação de intimidade além de estimular uma actividade sexual ligada a hábitos homossexuais, pode causar problemas psíquicos, dificilmente superáveis aquando da saída.

As visitas íntimas decorrem num quarto existente para o efeito; os guardas que tomam conta dessa divisão foram escolhidos “a dedo” porque, neste campo, tem de ser alguém com sensibilidade e educação, porque *“existem guardas que consideram os reclusos animais que têm que penar pelo mal que fizeram e para este efeito não poderia ser qualquer um”*. Relativamente às visitas, podem tê-las os reclusos que estejam presos há mais de 3 anos, casados, em união de facto comprovada por testemunhas ou que inicie namoro e o oficialize enquanto está enclausurado, *“como foi o caso há uns tempos de um rapazito que conheceu uma rapariga através da revista Maria, ela começou a vir às visitas e depois foram casar-se ao cartório aqui de Paços de Ferreira”*. As visitas acontecem uma vez por mês e para a ocasião as companheiras têm de trazer lençóis e tudo o que esteja ligado às questões de higiene. Neste EP, a implementação das visitas íntimas decorre de uma forma ótima, os guardas têm um perfil adequado para este tipo de situação e os reclusos aderem e comportam-se de forma a evitar castigos que lhes retire a possibilidade deste contacto íntimo com as respectivas companheiras.

É função dos técnicos autorizar o processo das visitas íntimas se o recluso cumpre os requisitos impostos. De acordo com o professor S., os técnicos e sobretudo os juizes, têm demasiado poder sobre a vida dos reclusos; tomam-se decisões sobre o que podem e o que não podem fazer ao mais ínfimo pormenor, há demasiada burocracia que do seu ponto de vista não tem qualquer ligação à reclusão mas sim a esse poder, a esse controlo que esta instituição total⁴⁰ (Goffman, 1986) ainda mantém sobre o recluso.

⁴⁰ A sociedade procura modos para disciplinar os indivíduos, ditos como não socializáveis, com esse intuito surgiram as instituições totais que segundo Goffman, se caracterizam por serem estabelecimentos fechados que funcionam em regime de internato, onde um grupo relativamente numeroso de internados vive em tempo integral e em contra partida uma equipa dirigente exerce a administração da vida na instituição.

Depois das conversas nesse gabinete com o prof. S. e o Dr. M. voltei ao gabinete da Dra. L.

Esta perguntou-me como tinha corrido e contei-lhe das conversas, das questões que se levantaram (consideradas *“muito pertinentes!”*, pelo Dr. M.), do que tinha apreendido, neste ou naquele caso. Sorri e disse que ficava contente por estar a gostar e que, para ela, isso era importante.

De seguida entrou um recluso na sala alegando que a técnica dele não estava e era urgente o pedido que lhe tinha feito de manhã. A Dra. L. manteve uma postura séria, foi procurar algures na secretária uns papéis e perguntou-lhe se vinha por causa do cartão de utente. O recluso respondeu-lhe que sim que, já tinha estado antes no EPPF mas que os números de telefone que estavam gravados no seu cartão eram do outro período de reclusão e não estavam actualizados.

A Dra. L. foi actualizando os números no seu computador e foi fazendo perguntas ao recluso que, ainda não conhecia muito bem pois estava no EP apenas há 2 meses e pela 1.^a vez não perguntou se a minha presença no gabinete seria pertinente ou não. O recluso também não se arreliou e respondia olhando para as duas. Contou que estava preso pela 3.^a vez; da primeira vez foi preso porque ter sido apanhado a conduzir sem carta de condução, 3 vezes: quando saiu não tinha nada *“e tinha de fazer pela vida”*, porque a sua mãe já tinha as irmãs para sustentar e foi vender droga para o Cerco. Fazia 60 a 80 contos por dia, *“quando me apanharam eu já tinha comprado o meu apartamento e tinha-o mobilado todo, estava lá com a minha namorada!”*. De seguida, disse, olhando para a Dra. L., que ia agora a julgamento e nem sabia bem porquê... *“Eu tentei endireitar-me mas fui a uma festa daquelas de gente importante, que até se usa uma pulseira para poder entrar, e à saída eu já não estava muito bem, vi a Merche Romero a entrar no carro e fui a correr mas só lhe roubei a carteira e arranquei com o carro, não foi bem carjacking!”*, usando um tom convincente, mas *“depois bati com o carro e apanharam-me perto da Maia, mas ainda por cima apanharam-me com 10 gr de heroína, por isso nem sei bem qual é o motivo porque me foram buscar a casa da minha mãe, no dia 2 de Janeiro, se soubesse nem tinha lá ido almoçar!”* (risos do recluso).

A Dra. L. perguntou-lhe se era assim tão simples vender droga como quem parece vender chocolates. O recluso respondeu-lhe, *“mas ó Dra. se não for eu, é outro qualquer! E eu ganhava mesmo 60 ou 80 contos por dia! E agora estou atinadinho, saí ontem do castigo, por causa dos telemóveis que me apanharam, durou 33 dias, e vou*

inscrever-me no RVCC pa começar em Setembro, até dá um dinheirinho aquilo e deixei de consumir e de fumar!”.

Olhei para a mão, porque tinha reparado que trazia um isqueiro quando entrou, e continuei a ouvi-lo atentamente...

Pedi para fazer uma chamada telefónica, porque os números novos colocados no cartão de utente não estavam activados (os números e os respectivos donos ainda teriam de ser confirmados) e a Dra. L. disse-lhe logo *“sabe, se eu fosse sua técnica, dizia-lhe logo que não, mas reparei na sua ficha que faz anos hoje. Para quem quer ligar?”* e de seguida marcou o número da telefonista para contactar a mãe do recluso.

Falaram alguns minutos e foi impossível não estar atenta quando pediu à mãe que lhe enviasse dinheiro para poder comprar as coisas do costume, *“as coisas de higiene e o tabaquito, como sempre mãe!”*. No final a Dra. L. despediu-se com o habitual aperto de mão e perguntou se podia colocar uma última questão, *“o que é isso nos teus braços?”*.

O jovem que festejou hoje 27 anos, estava de t-shirt, tinha os braços completamente cheios de cortes cicatrizados, não havia um pedaço mais amplo de pele sem um corte... Contou-nos que estava de castigo em Custóias, há 2 meses atrás, e o filho lhe tinha morrido ao nascer no hospital e não o deixaram sair para ver o corpo, nem ir ao funeral por isso *“como estava capaz de matar alguém com tanta revolta que tinha, deu-me uma coisa na cabeça e antes de magoar alguém preferi magoar-me a mim...”*.

Fiquei calada, a minha cara deve ter mudado de cor mil vezes, a história mexeu comigo de tal forma que fiquei com dores de estômago o resto da tarde.

Ficámos sozinhas e eu disse à Dra. L. que realmente havia histórias que mexiam comigo e só tinha estado no EP algumas horas. Retorquiu que é muito complicado esquecer determinadas histórias e percursos de vida que se conhecem ali dentro, é difícil encontrar um recluso próximo da faixa etária da sua filha (29 anos) e não ficar abalada, por um ou outro motivo, *“sou muito ingénua ainda sabes? Penso muito nisso...”*. Perguntei-lhe se achava que isso a prejudicava no trabalho e continuou dizendo, *“lembras-te, quando chegaste hoje, de me teres perguntado como correu a festa deles de Natal? Correu tudo muito bem, tão bem que fiquei com pena do grupo que tinha de desmontar o palco onde o grupo de teatro tinha actuado... iam chegar mais tarde ao lanche e acabavam por perder um pouco da festa... Fui falar com superiores para os deixarem desmontar mais tarde ou mesmo na manhã seguinte*

mas negaram o pedido... Um recluso ouviu e discretamente aproximou-se dizendo, «desculpe Dra. mas ainda bem que vão desmontar agora o palco, sabe que se aí ficasse não lhe dava uma hora para desaparecer inteirinho e encontrarem amanhã muitas celas com prateleiras novas»”. Ri-me e perguntei-lhe “a sério?” e ela abanou a cabeça dizendo “pois é, nem lembro de como as coisas têm que funcionar aqui dentro às vezes... Já quando entrei há 5 anos dei uma festa e na sala do lanche só ficou uma cortina, roubaram-nas todas e levaram-nas para a cela...”. Fiquei confusa e tentei esclarecer “mas então se roubam as coisas, colocam nas celas, à vista de todos e são logo punidos, porque continuam a roubar coisas deste género?”, ao que ela peremptoriamente respondeu, “então não viste o que acabou de sair daqui? «33 dias de castigo não são nada!», «já não consumo nem fumo!» e estava a pedir dinheiro à mãe para tabaco! Muitos não se importam com o que quer que seja, para estes a reclusão ainda não os fez aprender nada...”.

Mais uma tarde chegou ao fim, despedi-me, e deixei o EP, para apanhar o autocarro como de costume.

Hoje salientam-se diversas notas, provenientes das produtivas conversas que consegui ter:

- A referência às práticas pedagógicas que são adoptadas pelo responsável das actividades desportivas;
- A importância das actividades sócio-culturais, do ponto de vista do prof. de Educação Física e do contacto com indivíduos do exterior na prática desportiva;
- O processo de acolhimento do recluso por parte da equipa técnica;
- As constantes situações de “negociação” que o técnico superior de readaptação tem de fazer;
- Ser técnico superior de readaptação passa por constantes situações de “negociação”;
- O funcionamento das ‘visitas íntimas’ e a quem se aplica;
- A questão da importância do cumprimento da ética profissional em relação a esta população;
- A questão da prática dos direitos e deveres desta população, entre outros.

2 de Fevereiro de 2011

EPPF

Assim que cheguei ao EP, pela manhã, tive a oportunidade de preencher PIR's (Plano Individual do Reclusos), a pedido de uma das técnicas, e de a auxiliar nesta tarefa porque amanhã irá decorrer uma reunião do Conselho Técnico e eram muitos os PIR's que tinham de ser preenchidos e actualizados. Fiquei a saber que existem dentro do EPPF, 3 processos por cada recluso: junto da equipa de reeducação, na enfermaria e junto da ERS. Os processos têm de ser analisados e estruturados por elas, para apresentação ao Conselho Técnico.

Tive oportunidade de esclarecer em que consistiam as precárias, as RAVI (regime aberto virado para o interior) e posteriormente as RAVE (regime aberto virado para o exterior) - acontecem por esta ordem. A técnica aproveitou para me contar, *“lembras-te daqueles homens que vimos a enfardar a palha na semana passada, nos campos da lado de fora do EP? Eram reclusos que estão em RAVI”*, que lhes permite trabalhar em regime aberto para o EP, ou nas suas imediações, sem estarem sob a vigilância de algum guarda.

Contou-me também que na cozinha existem 4 reclusos cozinheiros e os restantes são contratados e que todas as funções estão asseguradas pelos reclusos: a manutenção na oficina das carrinhas e carros do EP; o serviço de pichelaria numa das luzes do palco que são necessárias para uma peça de teatro a decorrer nos próximos dias, etc. Só quando um recluso não sabe ou não possa fazer o trabalho é que contratam alguém do exterior. Há assim uma rentabilização máxima de funções a dividir pelos reclusos, criando-lhes ocupações, todas remuneradas, e ao mesmo tempo é poupado o dinheiro do EP.

Encontrei novamente o professor S., que falou da minha licenciatura e do que pretendia com a minha presença no EP. Manifestou a sua pena pela curta estadia e falou sobre algumas actividades em que poderia participar durante o resto do ano lectivo.

Voltei ao gabinete e o Dr. M. convidou-me a conhecer o espaço do artesanato – espaço este, como indicado anteriormente, da responsabilidade deste técnico.

Adorei as peças que vi, passei umas 2h naquele espaço e tive oportunidade de ir falando com vários reclusos, inclusive o Sr. A. (o homem que tinha visto com um fato-macaco bege que diz IDT). Vi verdadeiras obras de arte, que os próprios reclusos têm muito gosto em preservar, usando-as em exposições, mas nunca em feiras de

venda porque consideram ter um valor incalculável. Nessa altura, o Dr. M. perguntou ao Sr. A. qual o preço que daria a uma peça fantástica que estava exposta – uma igreja com um S. José lá dentro –, e este disse-lhe *“punha à venda a dizer mil euros, mas se viesse alguém com os mil euros aí dizia que afinal eram 3 mil, porque ela não sai daqui!”*.

Este recluso está preso há 13 anos, esteve 10 anos num EP perto de Lisboa, mas depois fugiu e quando o apanharam há 3 anos voltou, desta vez para o EPPF. Contou que fazia aquilo não pelo dinheiro (ele próprio é que define o valor das peças), mas porque ganhou muito gosto por aquela arte e ocupava assim os seus dias, desde há muito tempo. Aproveitei para lhe perguntar se as pessoas que ali via a talharem, a esculpirem, a lixarem, etc., eram profissionais ou aprendiam aquela arte lá dentro. O Sr. A. explicou-me que alguns já percebiam daquilo, mas com as formações que iam tendo e as ajudas que davam uns aos outros vão aprendendo... Se um é melhor a talhar e outro recluso quer que ele faça essa parte num trabalho seu, pode mesmo “contratá-lo”, pagando-lhe por esse serviço...

A Dra. B. já havia falado, antes de ir de férias, no caso do Sr. A., que considerava ser vítima de puro moralismo por parte da ERS. Ele próprio percebe tanto de legislação e dos seus direitos (afiançou o Dr. M.) que comentou como era injusto ver outros colegas que tinham até algumas notas de mau comportamento verem a precária ser-lhes alongada e a dele não passar dos 4 dias. Já havia escrito uma carta para a DGSP a dar conta do seu caso, uma carta para a SIC e disse à sua técnica da ERS *“de forma muito educada, que ela fizesse o favor de me excluir dos reclusos dela e de me chamar, porque eu também fazia questão de a excluir a ela!”*.

Por fim, a Dra. L. pediu-me que lhe entregasse, aquando do término do meu estágio, o relatório que irei apresentar ao IE.

4 de Março de 2011

EPPF

Hoje cruzei-me durante a revista com o Director-adjunto, o Dr. J. Silveira, que fez questão de esperar e entrar comigo. Aproveitei para o questionar quanto à possível entrevista a realizar quando ele tivesse disponibilidade e também a um guarda prisional, como havíamos falado aquando da primeira visita.

Perguntou-me como estavam a decorrer as actividades, se estava a achar proveitoso e, de seguida, disse-me que *“a questão da entrevista com os guardas é para tratar com a L., eu estou muito ocupado, até deixo o meu telefone fora do descanso para ninguém me incomodar, com tanto trabalho, peça-lhe para tratar disso”*.

Decidi não adiar muito mais e quando entrei no gabinete a Dra. L. cumprimentou-me, com o seu jeito sempre afável, e perguntou logo como eu estava. Sorri e seguidamente disse-lhe que tinha entrado com o Dr. J. Silveira, falei da entrevista a um guarda prisional e do seu pedido para ser ela a tratar disso...

Pegou no telefone e ligou para o Chefe S. (guarda prisional, responsável por uma das alas do EP) mas este não atendeu. Levantou-se e disse *“fique pelo gabinete se não se importar que vou procurá-lo e pedir que arranje um guarda disponível para o seu trabalho”* (sorrindo). Agradei e pedi-lhe desculpa pelo incómodo, mas já ia no corredor a “todo o vapor”.

Fui até ao gabinete onde estava o Dr. M., o Prof. S. e na outra secretária a R. com quem já me havia cruzado, estagiária no EP há um ano, aluna proveniente do mestrado integrado em Psicologia da FPCEUP.

O Dr. M. comentou logo *“isto hoje tá caótico menina!”*, e de seguida disse à R. *“com a B. de férias tu hoje é que podias fazer o atendimento dos reclusos dela!”*. Saí do gabinete, a Dra. L. já estava de volta e disse-me que o Chefe S. já tinha falado com um guarda e daí a uma hora ou duas este vinha ter comigo. Acompanhei-a ao seu gabinete e comentei como havia confiança no trabalho das próprias estagiárias. Tinha percebido que o Dr. M. tinha falado num tom sério para a R. e a Dra. L. contou que de facto, como ela tinha estado lá o ano todo a estagiar, nestes últimos tempos estavam a confiar-lhe algum trabalho de “secretária” para ganhar alguma prática. Sorri e disse-lhe que achava mesmo muito positivo darem este tipo de funções a estudantes que de facto estão ali para aprender com quem realmente tem experiência e conhecimento na área... Nem tive tempo de terminar a Dra. L. sorriu, pegou num processo que (eu não tinha reparado) estava em cima da secretária e disse-me *“há um recluso novo [que tinha chegado ao EP] e tenho de fazer a Ficha de Acolhimento e a Ficha de Avaliação dele, queres ser tu a fazer?”*. Gaguejei e, no meio de sorrisos, disse-lhe que gostava de fazer mas tinha dúvidas, quanto ao que tinha de fazer. Por exemplo, que tipo de linguagem utilizar nas Fichas? Coloquei-lhe as questões todas e ela aquietou-me dizendo que se não quisesse estava completamente à vontade. Retorqui dizendo que achava ótima a oportunidade/experiência que me estava a confiar, só não queria falhar e pedi-lhe que me facultasse os documentos em branco para reler os campos a

preencher (já os tinha lido em casa quando mos facultou para anexar ao relatório final).

Enquanto eu pegava no relatório e disse-me para aproveitar o máximo que pudesse porque ele vinha de uma zona especial. Perguntei-lhe “*zona especial?*”, e a Dra. L. falou-me pela primeira vez da Secção de Segurança. O guarda que iria entrevistar não era dessa zona mas contou que a Secção de Segurança estava ao fundo do EP e era da total responsabilidade da DGSP porque vinham todos os casos problemáticos do país, “*os maiores assassinos, psicopatas, de todo o género...*”, para ali. Aquele espaço “*é como nos verdadeiros filmes americanos, as visitas realizam-se com um vidro entre o recluso e o visitante, estão fechados em celas separadas com regime de alta segurança e as celas são construídas com um material diferente. O psiquiatra está sempre presente e aqui da equipa técnica apenas um se desloca àquela zona: o J. Silveira.*”

Perguntei-lhe se eram enviados para lá mediante o crime que cometiam. Explicou que não era preciso terem cometido crimes graves; bastantes reclusos não têm penas nem crimes muito graves mas sofrem de perturbações gravíssimas que colocam em risco a segurança da população reclusa e são igualmente enviados para essa zona para cumprirem pena.

Perguntou-me se eu sabia que os reclusos, naquele EP, não usavam as roupas deles. Pedi que me explicasse melhor e entendi que usam tudo o que é deles à excepção das calças; as calças com que chegam ficam numa arrecadação para levantarem quando saem e enquanto cumprem a pena todos usam calças de ganga iguais, feitas dentro do EP. Apesar de não me saber dizer o porquê deste motivo, comentou que “*esta regra sempre esteve implementada cá, mas hoje em dia não se sentem diferentes, todas as pessoas lá fora as usam e acabam por ter também as deles cá dentro...*”. De acordo com Goffman (1974) “o ser humano (...) após passar pelo selectivo processo de recrutamento do sistema penal, é despido da sua aparência usual, é identificado, «recebe um número», é tirada a sua fotografia, impressões digitais, distribuídas roupas da instituição, resumindo, um verdadeiro processo de ‘despersonalização’”.

Comecei a folhear o relatório que tinha na mão e algumas páginas depois bateram à porta. Como era um guarda e nunca tinha ido ao gabinete nenhum, calculei que fosse o “homem” da entrevista.

A Dra. L. levou-nos para uma das salas de atendimento e sentamo-nos, frente a frente, para começar uma conversa que viria a durar mais de duas horas.

Tive então o prazer de conhecer o guarda L., com quem me tinha cruzado à porta. Lembrava-me do seu rosto porque o tinha visto à conversa com o Dr. M., algures sobre a conclusão da sua licenciatura. Contou-me que já tinha estado há muito tempo atrás a estudar Psicologia na FPCEUP, ainda nas instalações do Campo Alegre, mas depois surgiu a oportunidade de ingressar na tropa e de seguida na GNR. As tarefas eram as mais variadas, *“muito diferentes das funções de um guarda prisional que cumpre rotineiramente as suas funções”*, como afirma próprio.

Os estudos académicos foram ficando de parte e dedicou-se posteriormente à formação, de 2 meses, de guarda prisional. Esteve a exercer funções no EPL e, depois, veio para Paços de Ferreira.

Sendo natural, vivendo actualmente e frequentando o Ensino Superior, de Vila Real, está a terminar a licenciatura em Psicologia, que tinha ficado para trás há alguns anos.

Começou por dizer que os guardas têm funções diferentes, tendo em conta o sítio onde se encontram: as alas (A e B), a secção disciplinar (onde estão os reclusos a cumprir castigo e onde exerce funções) ou a secção de segurança.

Esteve vários anos como guarda na zona onde está a maior parte da população reclusa (os reclusos de regime aberto e regime fechado, nas alas A e B) e o acolhimento era feito de forma simples, *“cumprimos o que está afixado, temos de explicar o horário de funcionamento do EP (abertura e fecho das celas, horas das refeições, etc.), as regras para se adaptarem ao refeitório, essas coisas, mas depois também lhes dizemos para darem uma volta e verem se conhecem alguém que esteja nas celas para dividirem o espaço ou ficarem numa cela próxima”*.

Confirmou que este tipo de atitude é uma decisão que os guardas na maioria tomam, assim. Tendo em conta a ala para onde o recluso é enviado tentam que este fique pelo menos *“junto de alguns conhecidos, para não andar aí tão perdido”*.

Actualmente, diz que trabalha num local onde os colegas não o invejam - a secção disciplinar. Nesta secção trabalham 3 guardas, por turno. Considera que neste local tudo é mais difícil de lidar, os reclusos *“cumprem castigos, estão lá fechados o que leva a uma constante tensão, sentem uma incapacidade de se mexerem, olham*

para as paredes e para a porta da cela não vêem nada do lado de dentro, a porta não tem um puxador, estão ali assim...”

Quando os reclusos se encontram na secção disciplinar (denominado pelos técnicos quase sempre como o ‘castigo’), *“têm 1h por dia para saírem da cela e fazerem um telefonema, comerem, irem ao pátio, o que entenderem, mas muitas vezes fazemos com que os horários se cruzem com os de outros reclusos que conhecem, para aliviarem um pouco da tensão que estão a passar no momento”*.

Defende que ser guarda, naquele local, é o trabalho mais complicado. Conta-nos que teve de se moldar bastante para saber gerir melhor todos os conflitos e emoções que se vivem, não só entre os reclusos mas também entre guardas e reclusos, porque são ao mesmo tempo *“os maiores inimigos de uns e os maiores amigos de outros, pelo tempo de convivência que passamos juntos”*. Esclareceu-me que, quando trabalhava nas alas, como eram muitos e mantinha uma relação mais distante tratava os reclusos pelos números, mas nesta secção tratava todos os reclusos pelo nome, uma vez que era uma população mais reduzida e que do seu ponto de vista, deveria amenizar-se o ambiente dos que se encontram num processo que considera ser *“uma luta constante de sentimentos, emoções, algo muitos complicado de gerir para aqueles homens”*.

Afirma que têm de fazer cumprir a ordem e o funcionamento do EP, deambulam pelas instalações durante o horário de trabalho mas, muitas vezes, quando um recluso tem oportunidade de ficar sozinho com um guarda (como lhe acontece muitas vezes) conta imensas histórias, *“somos muitas vezes confidentes, mas eles observam-nos muito, sabem bem com quem podem ou não falar!”*. Na sequência deste assunto afirmou, sem acanhamento, que se esforçava por ser um homem decente e que nunca havia feito nada de forma corrupta. Mas nem todos os guardas eram assim. Vários seriam os exemplos que poderia dar e contou que *“um recluso a semana passada virou-se para um colega meu e pediu-lhe, para contactar a técnica dele, para fazer um telefonema por causa do filho, mas ele lá lhe respondeu «não me chateies, tenho mais que fazer, do que te aturar!» e logo a seguir o recluso partiu tudo, tudinho! Partiu a mesa que estava na cela de cimento, arrancou a sanita, tudo, não sobrou nada... E podia ter tido o cuidado de lhe dizer o mesmo mas com outros modos, «sabes bem que estás de castigo e hoje não podes ligar» ou «agora vou fazer isto mas assim que puder vou tratar disso...», mas não, respondeu-lhe assim, o que acontece por parte de muitos guardas”*.

Ainda quanto à relação que consegue estabelecer com os reclusos contou que, em tempos, porque se considera *“muito observador”*, pediu a um recluso, que, em grupo, era muito agressivo e afirmava *“que arrancava a cabeça àquele guarda e fazia do piorio a outro...”*, que contasse a história de vida dele para utilizar, com a sua autorização, numa cadeira que tinha na faculdade. Não escolheu este recluso ao acaso, afirma que todos se conhecem ali dentro, *“é uma verdadeira sociedade organizada, mas eu sabia que ele a sós era completamente diferente”*.

Na gíria da prisão, como vi várias vezes referido em diferentes obras lidas neste âmbito, o recluso que é visto muitos vezes a sós na conversa com um guarda é tido pelos outros reclusos como o “chibo”. Em conversas que tinham tido a sós, numa ou noutra situação, sabia, e veio a comprovar depois da leitura daquela esplêndida história, que *“por detrás de um indivíduo que pode dizer mil e uma coisas estão pessoas, indivíduos que têm famílias, filhos e apesar de terem que cumprir pena pelo crime que cometeram não deixam de ter uma história de vida fora daquelas paredes”*.

Devo dizer que desde o início da conversa percebi que não tinham mandado para a entrevista um “guarda qualquer”... Percebi que tinha, à minha frente, um homem da minha área de estudos, com sensibilidade e maneira de trabalhar equilibradas, não era “um guarda qualquer” como dizia o Dr. M. quando falou destes profissionais no desempenho de funções relacionadas com as ‘visitas íntimas’ por exemplo.

Como este técnico tinha afirmado nessa conversa, eles próprios sabem quem são os guardas com perfil mais direccionado para esta ou aquela actividade/função e para esta conversa também não foi ao acaso que escolheram aquele guarda, calculo eu.

O guarda L. contou algumas histórias, algumas peripécias e ressalta, deste pequeno desvio de conversa, que os guardas prisionais aprendem bastante com os reclusos. Explica que *“todas as artimanhas que os reclusos têm para convencer uma directora, ou um juiz, que não fizeram determinada coisa, mesmo quando eu estou fartinho de ouvir pela boca dele a verdade, faz-nos com o tempo apreender as formas de falar, de enrolar um pouco as pessoas e entre os guardas a luta pela subida de posto e um trabalho melhor é uma constante. Há vários grupinhos entre nós, como noutras profissões, mas acima de tudo aprendemos a viver nesta sociedade organizada, com eles”*.

Foi da máxima sinceridade, no meu entender, quando disse, *“acho mesmo que neste espaço existem demasiados guardas frustrados, eu próprio tive de me mentalizar que era guarda aqui e dos portões para fora, sou apenas o L.... Querem um exemplo? Tenho um colega pequenino, tem pouco mais de 1metro e meio e qualquer recluso que se meta com ele e seja alto está tramado, ele não perdoa nadinha... Se for um baixo já não é tão rigoroso, deixa escapar pequenas coisas... Eu até brinco com ele e digo-lhe, trepa por eles acima! (risos), mas não lhe passa... E vocês acham que é coincidência? Há aqui um sintoma, algo demasiado visível que se prende com um problema por parte deste colega...”*.

Falamos também do facto de estar a concluir uma formação profissional em Turismo e trabalhar, nessa área, com passeios de barco no Douro; ter uma namorada que o ajuda em diversos trabalhos e era sua professora mas mais importante, foi a conversa tida sobre a reinserção social, ou melhor sobre a sua inexistência no EP, uma vez que afiança *“que nada feito é no âmbito de uma reinserção, as actividades aqui realizadas são apenas para lhes ocupar o tempo...”*.

Falou, ainda, de reclusos conhecidos como o “Siga” e o caso “Pidá” - este último muito recente - e falado na cidade do Porto e o primeiro, um indivíduo com mais de 50 anos, que cometeu, desde muito novo, os mais diversos crimes na zona do Porto e assume no EP um estatuto superior numa hierarquia que os reclusos assumem entre si, uma vez que estes lhe levam as refeições à cela, lhe fornecem tabaco, mas como não há nada que comprove um mal visível nessas atitudes, não podem fazer nada.

Por fim, quando falamos das Ciências da Educação, afirma que considera crucial a existência de profissionais da nossa área a trabalhar com os próprios guardas, que realizem com eles formações, *“não em mediação de conflitos, mas uma formação nas coisas mais simples e que mais carecem neste espaço”*, uma formação na forma de falarem com os reclusos, de exercerem as suas funções, de lidarem com as suas emoções, formações que passem pela ideia de respeito pelo outro mesmo quando este é um recluso.

Batem à porta do gabinete, a Dra. L. vem perguntar-me se quero receber o recluso e preencher com ele o seu processo; agradeço ao guarda a disponibilidade e o à vontade com que falou e me tratou.

Saí do gabinete e vi algumas portas à frente a Dra. L. com o processo na mão e o recluso ao seu lado. Aproximei-me e ela disse-lhe: *“aqui tem a Dra. Isabel, é esta*

técnica que lhe irá fazer a sua ficha de avaliação e acolhimento. [Olhando para mim] Se precisares de alguma coisa, estou no meu gabinete!”, e afastou-se...

Suei, doeu-me a barriga, não sei o que mais senti mas a confiança que a Dra. L. me transmitia em diversos momentos levou-me rapidamente a tentar acalmar-me e a agir da forma o mais profissional possível (se é que já sei o que isso é...).

Entrei, pedi que se sentasse e apresentei-me. Perguntei, de seguida, ao J. (olhando para o processo para confirmar o nome) se sabia o que estava ali a fazer e em que consistia o preenchimento daquelas fichas e respondeu que sabia, mais ou menos, que era para dar os dados... Tentei explicar-lhe que mais do que os dados pessoais, que já constam da 1.^a página do processo, pretendia, através de uma breve conversa, conhece-lo, falar do seu percurso de vida até esta altura, falar um pouco da escola, do trabalho, da família, de tudo um pouco para chegarmos ao motivo que o colocou ali dentro.

Primeiro preenchi a ficha de avaliação, depois a de acolhimento e tentei manter uma conversa que não se ficasse pela sucessiva pergunta-resposta, o que se calhar teria sido mais fácil, porque tentar manter um diálogo foi de facto a luta ao longo dos cerca de 50 minutos que passei com o recluso...

Saltei os dados pessoais (já tinha essa dica da Dra. L., porque depois bastava copiá-los da 1.^a folha onde eles já constam junto da fotografia), embora tenha olhado superficialmente sobre a folha para reter o seu nome, a idade e reparei ainda que nos dados relativos à filiação só aparecia o nome da mãe. Comecei por perceber a situação jurídico-penal do J. e estava condenado a uma pena de 7 anos por crime de roubo e tentativa de homicídio qualificado, disse-me que tinha vários antecedentes criminais e estava com vários processos pendentes... Comecei com a parte fácil das fichas, só colocar umas cruzes nos locais certos e, depois, passei ao enquadramento sócio-familiar e comunitário. Contou-me, sucintamente, que antes de ser preso vivia sozinho num apartamento em Miramar, que tinha deixado de falar com a mãe há 2 meses quando esta lhe ligou e ele estava de castigo (de preventiva) em Custódias e o chamou à atenção para o facto de estar sempre de castigo. Enervou-se e disse-lhe que para o chatear já tinha os guardas, não queria falar mais com ela e desligou o telefone. Considera a mãe e o padrasto um apoio e uma rede familiar que sabe que pode contar, mas de momento, só fala com o irmão; com a mãe não quer falar, embora pense nisso, às vezes, quando está na cela, o padrasto apoia-o mas sempre lhe disse que à prisão nunca o iria ver, o apoio tinha de ser dado era quando ele estivesse lá fora e o irmão é o ombro amigo de momento. Tinha um nível de vida

bastante elevado mas também *“pataca ganha, pataca gasta, ia tudo para a droga, em 6 meses juntei ali 150 mil euros, estava bem, então não estava?”*. Ficou à espera de uma resposta minha, disse-lhe que a minha opinião não ia bem de encontro ao que ele pensava e perguntei *“de que vale ter 150 mil ou 500 mil se depois está fechado e não pode aproveitar um único cêntimo para viver a sua vida?”*... Calou-se durante muito tempo e respondeu muito directamente às perguntas que ia colocando...

Tinha frequentado a escola até ao 8.º ano, a última vez que estive preso, também no EPPF, frequentou a escola, onde se inscreveu em algumas unidades mas nunca chegou a terminar.

Para dar um exemplo da dificuldade do diálogo, relativamente ao percurso profissional, exemplifico em baixo:

“- Então relativamente ao seu percurso profissional J., o que já fez ao longo da sua vida?

- Muita coisa.

- Muita coisa, ainda bem! Mas diga-me lá uma...

- Sei lá, muita coisa!

- Hmmm, já vi que não está para grandes conversas...

- Então oh Dra. já fiz muita coisa!!

- Já foste trolha? Já foste padeiro?

- Eu? Eu não!

- Então foste o quê?

- (muito rapidamente) Fotógrafo!”

Como percebeu que sem querer me começava a responder, cruzou os braços e repetiu que já tinha feito muita coisa... Pousei a caneta, optei por falar durante algum tempo e depois disse-me que tinha trabalhado em restauração, numa fábrica onde faziam sanitas, etc.

Quando lhe perguntei como era, pedi que pensasse como se apresentaria a mim, afinal tínhamo-nos visto pela primeira vez há instantes, não seria difícil apontar algumas características suas, mas respondeu sempre *“não sei Dra, o normal, sou normal...”*. Por mais voltas que desse e tentasse dialogar, não o consegui. Disse-lhe que se não quisesse responder, deixava em branco. A postura meia agressiva que comecei a notar pela sua forma de responder e também pela linguagem corporal, recordou-me como ouvi muitos técnicos dizerem que é muito importante impor na relação técnico-reclusos respeito desde o início para que as coisas funcionem e como

já parecia que estava a entrar na onda do “gozo”, deixei em branco e ignorei sucessivamente sempre que me dava uma resposta do género... Foi o caso quando me disse, a rir, quando lhe perguntei como ocupava os tempos livres, em meio aberto, *“então? A roubar (risos)”*.

Da avaliação realizada retenho que foi excluído de uma escola logo no 5.º ano e que, a partir daí começou a fumar haxixe. Na adolescência começou a consumir drogas mais pesadas e começaram os primeiros roubos, tendo aos 18 anos cumprido pena suspensa na escola-prisão de Leiria.

Depois de cumprir esta pena voltou a consumir drogas pesadas (cocaína, heroína) mas decidiu, posteriormente, fazer um tratamento no CAT de Coimbra, onde cumprira parte de uma pena de 7 anos e veio terminá-la no EPPF. Esteve 3 anos e meio sem consumir mas teve uma recaída, inscrevendo-se, por 3 vezes, com o apoio de uma namorada, num Centro, mas sem nunca ter frequentado um único tratamento. Esta relação terminou, afastou-se também dos amigos e a quantidade de roubos foram aumentando, agindo por todo o país. Foi apanhado (quando cumpriu a 2.ª pena) no Entroncamento depois do roubo de uma viatura e um assalto a uma ourivesaria, *“mas fui burro, não me lembrei que o carro tinha GPS e pouco depois apanharam-me, ainda por cima com o material todo da ourivesaria...”*.

Mais grave foi o crime que o trouxe para a 3.ª pena de prisão; ia assaltar uma loja mas um homem surgiu do apartamento que havia por cima, de pijama e de espingarda na mão, *“quando vi aquilo não tive hipótese, guinei o carro para lhe dar uma panada”*.

Fazia parte da minha apreciação entender se havia, no momento da entrada, algum tipo de arrependimento, de culpabilização, por parte do recluso. Não foi difícil concluir que de momento ainda não estava arrependido do que tinha feito, recorrendo várias vezes à desculpabilização, *“não sei se feliz ou infelizmente ele está vivo... Esqueci-me de pôr a máscara e se não fosse ele a reconhecer-me em tribunal estava sossegado da vida, não estava aqui! O meu colega safou-se, ninguém sabe quem estava comigo... Tinha de me desenrascar e quando o vi de espingarda na mão tinha de ser, por isso é que fui de carro para cima dele”*.

Por fim, como item de “motivação para a mudança” o J. justificou peremptoriamente, *“eu não tenho de mudar nada agora, tenho muitos anos para estar aqui, muito tempo para pensar, aqui não vivo, agora só quando voltar lá para fora! Já pedi transferência para o EP de Coimbra, não gosto disto! Há muito controlo e gosto*

de fumar o meu charrinho descansado, não estou para trabalhar num sítio como este, trabalhar é depois, quando voltar à vida!”.

Conversei uns minutos depois de fechar o processo (sei que naquela altura conselhos não valiam de muito) e pedi-lhe que me explicasse directamente, o que ia fazer o resto da vida se desde os 18 até aos 30 (idade actual) tinha passado a maior parte do tempo dentro da prisão... Voltou a repetir que tinha tempo para pensar nisso mais tarde, e nem ia cumprir os 7 anos, daqui a 4, no máximo, já estaria lá fora por isso depois preocupava-se com a transformação para uma vida melhor...

Despedi-me, chamei a guarda ao fundo do corredor que acompanhou o recluso e fui ao gabinete da Dra. L. para que visse como tinha preenchido o processo do recluso e para lhe falar um pouco da nossa conversa, para ter assim um “feedback” de quem já preencheu muitas fichas daquelas... Infelizmente não estava e não voltou ao gabinete nos dez minutos que faltavam para deixar o EP e apanhar o autocarro. Pedi ao Dr. M. que lhe entregasse o processo e fiquei curiosa e bastante ansiosa pela próxima conversa, onde quero perceber do ponto de vista de alguém entendido, como decorreu a sessão com o recluso.

Hoje, além desta experiência enriquecedora, apreendi diversos pontos:

- Em primeiro lugar, a entrevista com o Director-adjunto vai ser certamente impossível de realizar, na medida em que nas duas situações em que falei com ele afirmou sempre estar “ocupado”;
- Da entrevista com o guarda consegui reter que:
 - Há uma “luta constante” pela subida de posto, ou de mudança de funções, para algo melhor;
 - Para além da equipa de reeducação e do prof. S., também o guarda reafirma que nada é feito dentro do EP tendo em vista a reinserção dos reclusos;
 - Os procedimentos com os reclusos são sempre os mesmos, mas como tudo na vida, a relação que se cria entre guardas e reclusos difere de indivíduo para indivíduo;
 - A forma como comunicam torna-se fundamental num espaço cheio de tensões;

- Técnicos da nossa área seriam da maior relevância não só para os reclusos, porque já existem equipas que trabalham com estes, mas na formação para a cidadania destes profissionais que têm lidar com indivíduos que cumprem um castigo, uma pena, mas não deixam de ter direito à dignidade e (passando a redundância) aos seus próprios direitos.
- Da experiência com o recluso recém entrado no EP:
 - Senti uma grande dificuldade em estabelecer um diálogo; mesmo não tendo de ser uma conversa harmoniosa, revelou-se bastante difícil fugir das típicas perguntas-respostas;
 - Tive, por várias vezes, a sensação de estar perdida quando ele me fazia a mim perguntas, como se me testasse. Não sabia bem se devia cortar e ignorar ou abordar a questão (muitas vezes) sem sentido, qual a posição mais correcta a tomar...
 - Em consequência disto, retirei de tudo o que fui ouvindo nas últimas semanas, que cada indivíduo é único, cada técnico também o é, cada um reage à sua maneira, o importante é ter em conta a educação com que falamos, o respeito que mantemos e fazemos manter nas relações com os reclusos, e nesse ponto sei que não me saí assim tão mal... Afinal, como se costuma dizer “a primeira vez é sempre a mais difícil!”.

20 de Maio de 2011

EPPF

Assim que entrei vi logo os gabinetes muito calmos, todos os técnicos estavam sentados em frente ao respectivo computador e não entravam nem saíam reclusos constantemente.

Bati à porta e fui conversar um pouco com a Dra. L.; pedi que marcasse uma data para a entrevista com o Director-adjunto e uma data para terminar o estágio nas instalações do EP. Foi super atenciosa como sempre, contou que estava atrapalhadíssima, a DGSP tinha enviado no dia anterior ao fim da tarde um pedido para que cada técnico lhes enviasse hoje 15 PIR's preenchidos, para se fazerem cumprir os objectivos. Consequentemente, nem atendimentos poderiam fazer, porque tinham de preencher no computador os PIR's pedidos por aquela entidade. Achou uma ótima ideia aproveitar esta data para conversar com o Dr. J. Silveira já que os

gabinetes estavam calminhos e ligou, confirmando que poderia ir até ao seu gabinete conversar um pouco. Havia afirmado há dias que já não acreditava na realização desta entrevista, pelo vistos enganei-me (e ainda bem!)....

Já conhecia bem aquele caminho e quando cheguei ao gabinete, toquei à campainha, o Dr. J. Silveira abriu a porta, sentei-me à sua frente e comentou o facto dos técnicos hoje estarem “pelos cabelos” com tanto trabalho, afirmando que a DGSP de vez em quando lhes arranja uns “presentes” assim, de um dia para o outro.

Lembrou que assumiu o cargo de Director-adjunto há dois anos e meio e explicou que a sua função é essencialmente o tratamento penitenciário, incidindo na coordenação dos gabinetes de saúde e de educação. Continuou dizendo que a um nível superior nesta instituição existe também a Directora, como uma figura que superintende tudo, dá a cara por tudo e por todos, faz a supervisão e orientação dos funcionários, é no fundo a representante da instituição. Existe ainda uma substituta e adjunta da directora que sempre que esta última está no exterior em compromissos do EP, a substitui assumindo todas as funções. Assim, esta divisão de tarefas entre a Directora do EP, a substituta e Directora-adjunta e ele, com o cargo de Director-adjunto, tornam-se fulcrais, uma vez que *“é sempre necessário e muito importante ter uma pessoa a dar a cara pela instituição, daí que ela precise de apoio para tratar das coisas, (...), é tudo hierarquizado, pelo que a Directora tem de ter um braço direito”*.

Relativamente aos processos pelos quais os reclusos passam à entrada no EP afirma que pela lei o recluso deve ser atendido nas primeiras 24h por todos os serviços (pelos Serviços de Reeducação, Serviços Clínicos) e pela Directora mas o que acontece é um pouco diferente; os reclusos são recebidos pela segurança e são estes vigias que lhe atribuem um n.º e vêem o que o recluso tem, o seu espólio.

Houve alterações, a partir de 1 de Julho de 2009, entrou em vigor um novo manual de procedimentos para os serviços clínicos e cada EP faz as adaptações que entender do manual.

No EPPF, os reclusos continuaram a ser recebidos pelos guardas-prisionais que lhes atribuem o número, verificam o espólio e, obrigatoriamente, durante as primeiras 72 horas são encaminhados por estes aos serviços clínicos onde lhes é realizada uma triagem por enfermeiros, apenas em caso de necessidade é chamado o médico. Ao nível dos serviços clínicos, para além dos enfermeiros, possuem um psiquiatra, um infeccilogista e um clínico geral.

Uma vez que integrou a equipa técnica de reeducação durante vários anos como psicólogo, assegura que o procedimento educacional com os reclusos é longo e complicado... Quando os reclusos chegam aqui têm problemas de diferentes naturezas, *“não se pode esquecer que quando aqui chegam estão no fim da linha, falhou a escola, a sociedade, tudo”*. Continua explicando que não podemos nunca repreender a sociedade por causa destes homens, as opções são de cada um independentemente do contexto, afinal há outras pessoas que vivem nas mesmas condições e não seguiram a vida do crime.

Mas é importante reflectir sobre alguns pontos, *“se tudo falhou, como é que podemos fazer milagres? Se a escola falhou, a sociedade falhou, a família falhou, passam a querer que façamos milagres, exigem tudo de nós e pressionam cada vez mais”*.

Esta é uma cadeia de condenados, bem diferente de uma cadeia de preventivos onde o seu impacto sobre os reclusos faz com que estes sejam *“muito mais reactivos, estão naquela de serem presos ou não, recorrem segunda vez para diminuírem ou adquirir um novo resultado no julgamento, enquanto numa instituição como esta, de condenados, já têm objectivos, já foram julgados, já sabem a pena que têm a cumprir”*.

Neste ponto, o PIR apresenta-se, do seu ponto de vista, como um óptimo instrumento de trabalho, essencial para o trabalho individual com o preso. No entanto, reconhece que para já não há recursos humanos (não se pode trabalhar com 120 ou 150 reclusos como lhe aconteceu), pelo que ainda não está tudo organizado, como é hoje o caso, *“nós fazemos porque somos obrigados, porque senão os objectivos não são cumpridos”*.

Apesar de acreditar nesta ferramenta, assegura que só funcionará perfeitamente quando tiverem mais técnicos na instituição.

No seguimento da conversa, diz-me que os trabalhos realizados no EP, qualquer que sejam, são realizados com vista à reinserção social dos reclusos, mas quando saem a sociedade é a primeira a excluí-los. Infelizmente, *“a reinserção social não se faz! A sociedade que nos acusa de não fazermos nada de bom pelos reclusos, é a sociedade que os estereotipa e o exclui quando eles chegam lá fora”*.

Acontece indivíduos saírem de precária e ligarem para a instituição ou apresentarem-se à porta para voltarem a entrar antes de gozarem os dias a que têm direito, só este ano, conta, que já se deram dois casos e com um indivíduo, duas

vezes. Justifica que estes se sentem desapoitados, as pessoas olham de lado, em casa têm discussões e preferem voltar porque se sentem melhor dentro do EP.

Associada a esta ideia perguntei-lhe (como a Dra. L. não me soube responder à uns dias atrás) se a % de reclusos reincidentes era muito grande, ao que afirmou que era um facto, o número de reclusos reincidentes lá dentro eram a maioria dos casos. Na sua antiga função, recorda quando lia alguns processos de reincidentes que cometiam pequenos delitos apenas para voltarem, era uma questão de tempo porque *“a vida lá fora já não lhes disse nada”*.

Continuou explicando que tem conhecimento das hierarquias que existem dentro deste meio, um recluso que é preso mais vezes, ou comete um crime mais grave atinge determinado estatuto lá dentro. Deste modo, quanto mais crimes ou quanto pior sejam, maior é o seu reconhecimento dentro de um EP *“e lá fora já não há nada disso”*, são apenas vistos como ex-reclusos, *“aqui quanto piores, são os maiores! É de facto um efeito perverso...”*.

E, como tinha referido anteriormente, a falta de reinserção social não ajuda, *“há casos em que lhes dão [a ERS] 30 ou 40 euros depois de 15 anos cá dentro e lhes dizem «agora desenrasquem-se!»”*.

O tempo parece sempre escasso, mas o olhar constante para o relógio que tinha no pulso faz-me perceber que não me poderia alongar muito mais...

Falamos, uma vez que ainda não tínhamos abordado o assunto com qualquer outra pessoa no EP, sobre o programa “Um dia na prisão”.

O Dr. J. Silveira conhecia-o muito bem afirmando, *“assisti e acompanhei todo o seu crescimento mas morreu à nascença!”*. Fez várias formações e um guarda-chefe do EPPF também, foi a várias reuniões, mas a DGSP colocou em marcha a reforma dos serviços e em Paços de Ferreira nunca chegou a existir, porque a data da sua implementação coincidiu com uma fase de mudanças, *“onde o EP passou a ser de condenados e como havia muita gente perigosa não se fez, não era viável”*.

O projecto nasceu em Leiria, mas antes disto foi feito um reconhecimento das instituições, passando a sua implementação do EPPF para Santa Cruz do Bispo, uma vez que este foi considerado perigoso, com reclusos que cumprem grandes penas.

Considera-se suspeito a falar de um projecto onde esteve deveras implicado mas afirma que este é um projecto preventivo, *“ muito útil para os miúdos que estão*

naquela fase do vai não vai...”, embora na sua opinião o nome esteja errado, “teria mais efeito se fosse ‘24 horas na prisão’, mas legalmente não era possível”.

Afirma que é uma pessoa descrente do sistema depois de tantos anos, mas encara o projecto como algo muito bom, embora precisasse de alguns ajustes, *“o facto de conversarem com reclusos e passarem o dia na prisão não é uma experiência que tenha algum efeito em jovens que já se tenham iniciado no crime, a verdadeira prisão começa às 7h da tarde, quando as celas se fecham e têm de ficar ali, sem poderem sair, até às 8h da manhã do dia seguinte... Isso sim, mais do que palavras que não resultaram, faria perceber o que os poderia esperar se não se endireitassem e lhes mostrava o que é de facto um dia – com 24 horas – na prisão”.*

Levou esta ideia para as reuniões, tentou que fosse aceite, mas a sua ideia não vingou e conclui dizendo *“ainda bem que não veio para cá, porque não há muito tempo”.*

Agradei o tempo passado comigo e saí do gabinete voltando à conversa com a Dra. L. no seu gabinete... Perguntou-me se tinha corrido bem e aproveitou para fazer uma breve pausa no preenchimento dos PIR's para conversar. Aproveitei logo para lhe contar como tinha corrido o meu 1.º atendimento e perguntar-lhe se tinha lido o que eu havia preenchido no processo do recluso em questão. Disse-me logo que não tinha lido, nem pensava nisso porque *“deve estar muito bem com certeza Isabel!”.*

Como continuavam atarefados, perguntei-lhe se não tinham algo em que pudesse ajudar, afinal eles estavam ocupadíssimos e não queria de modo algum perturbá-los e muito menos ficar a observar simplesmente o que faziam. Sorriu, agradeceu e trouxe-me algumas folhas de papel que verifiquei serem pedidos dos reclusos e diferentes processos relativos a estes mesmos indivíduos; perguntou-me se poderia fazer-lhes o atendimento e como eram vários ficava acompanhada, ocupando o lugar da Dra. Lu. que teve que sair mais cedo. Explicou-me, como pude ver nos pedidos, que o atendimento se tratava de travar uma breve conversa com cada um de forma a entender o que pretendiam quando escreviam *“preciso de falar com a minha técnica, Dr. L., por causa de um assunto urgente e pessoal”*, por exemplo. Em baixo, depois do que eles escreveram, escrevia eu uma nota dando conta do pedido e aproveitava para terminar de preencher as fichas de avaliação e acolhimento dos processos que ainda estavam em falta.

Mais uma vez, foi uma tarde em que pude exercer verdadeiras funções enquanto técnica, nem sempre sabia o que fazer quando “metia” leis e burocracias,

mas tinha o apoio na sala da Dra. D. e passei a tarde entre o atendimento de 2 reclusos e o preenchimento de outros tantos processos.

Uma tarde exaustiva, cheia de sensações e histórias que ficam na memória e, sem dúvida, me fazem pensar e crescer mais um pouquinho... Penso, quando deixo o EP, que cada hora de viagem dentro do autocarro nestas tardes de calor intenso deixam de ser tão aborrecidas quando dentro de mim tenho aquela estranha, mas deleitosa, sensação de dever cumprido...

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo optado por fazer um estágio, escolhi fazê-lo no Estabelecimento Prisional de Paços de Ferreira por me interessar pela problemática da reclusão.

De entre as diferentes necessidades do EPPF, a que pareceu mais crucial foi a natureza e qualidade do tempo passado na prisão e as suas repercussões no bem-estar do recluso e na sua reinserção social.

Para analisar este tema recorri à observação, entrevistas, pesquisa documental e conversas informais.

Os dados obtidos quanto ao tempo passado na prisão mostraram que há um grande investimento na educação e formação dos reclusos, bem como aposta no exercício físico e que os seus efeitos são muito positivos na qualidade e bem-estar dos reclusos. Contudo, este investimento não é suficiente para facultar uma boa reinserção social aquando do fim da pena do recluso. Para tal, seria necessário um trabalho junto dos reclusos centrado na promoção do desenvolvimento pessoal e social que conduzisse a um melhor conhecimento de si próprios, a uma maior capacidade para a resolução de conflitos e a uma superior qualidade nas relações interpessoais. Tal trabalho, a ser desenvolvido pela equipa de Educação, nomeadamente pelos técnicos de Psicologia e de Ciências da Educação, deveria envolver toda a comunidade prisional na medida em que se sabe que a activação no desenvolvimento pessoal e social apenas dá frutos em ambientes em que imperem níveis elevados de moralidade, de sabedoria, em suma de justiça.

Embora o estágio tenha constituído um momento extremamente rico de aprendizagem, em que os objectivos pessoais foram praticamente todos alcançados, teve também alguns aspectos limitativos na minha intervenção. Um deles diz respeito à dimensão da instituição, ao número de técnicos e de equipas que nela trabalham e ao número dos reclusos que nela se encontram.

Adquirir um conhecimento fundamentado do trabalho nela desenvolvido só por si envolveu praticamente todo o tempo previsto para o estágio. Esta é talvez a principal razão para um tratamento mais superficial do que gostaria de ter feito da questão da natureza da ocupação do tempo em instituições prisionais.

Em trabalhos futuros esta questão deverá ser re-analisada e a proposta de uma intervenção multidimensional que facilite a reinserção social dos reclusos, devidamente fundamentada, operacionalizada e avaliada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Almeida, J.; Pinto, J. (1982). *A Investigação nas Ciências Sociais*. Lisboa: Presença.

Barbosa, P. (2004). O Silêncio das Grades. *Histórias de vida numa prisão de mulheres*. Portugal, Prime Books.

Carmo, I. (2009). *O impacto da prisão na conjugalidade*. Tese de Mestrado, ISCTE, Lisboa, Portugal.

Chaves, M. (1999). *Casal Ventoso: Da Gandaia ao Narcotráfico*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

Cohen, L.; Manion, L. (1990). *Métodos de investigación educativa*. Madrid: La Muralla.

Comfort, M. L. (2003). "In the Tube at San Quentin". The 'Secondary Prisonization' of women visiting inmates", *Journal of Contemporary Ethnography*, Vol. 32 (1), pp. 77-107.

Cunha, M. I. (2002). *Entre o Bairro e a Prisão: Tráfico e Trajectos*. Lisboa: Editora Fim de Século.

Cunha, M. I. (2007). *Vicinalidade e parentesco: limites, categorias e práticas*. Universidade do Minho: IDEMEC.

Estrela, A. (1994). *Teoria e prática de observação de classes. Uma estratégia de formação de professores* (4ª ed.). Porto: Porto Editora.

Foucault, M. (1988). *Vigiar e punir - História das violências nas prisões*. Petrópolis, Vozes.

Goffman, E. (1974). *Manicónios, Prisões e Conventos*. São Paulo: Perspectiva.

Goffman, E. (1986). *Estigma*. New York: Simon/ Schuster.

Gonçalves, R.; Vieira, H. (1995). Sobrepovoamento, stress e estratégias de confronto em meio prisional. In *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, 5, pp. 173-207.

Guerra, I. (1994). *Introdução à Metodologia de Projecto* (doc. int.), CET, Lisboa.

Leite, C. (2003). Uma cultura de projectos – porquê? in *Para uma escola curricularmente inteligente*, Porto: Edições ASA, pp.94-112.

Leite, C.; Rodrigues, L.; Fernandes, P. (2006). A auto-avaliação das escolas e a melhoria da qualidade da educação – um olhar reflexivo a partir de uma situação. *Revista de estudos curriculares*, 4 (1), Braga: Associação Portuguesa de Estudos Curriculares, pp. 21-45.

Lopes, F. M. (1998). *As Nossas Prisões II: Relatório especial do Provedor de Justiça à Assembleia da República*. Lisboa: Provedoria de Justiça – Divisão de Documentação.

Matos, R.; Machado, C. (2007). Reclusão e laços sociais: discursos no feminino. *Análise Social*, Vol. XLII (185), pp. 1041-1054.

Postic, M.; De Ketelle, J. M. (1992). *Observar las situaciones educativas*. Madrid: Narcea.

Regras Mínimas para o Tratamento de Reclusos. *Resolução 663 C (XXIV) do Conselho Económico e Social – Resolução adoptada a 31 de Agosto de 1955*. Retirado em Dezembro 9, 2008 de http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/legislacao-pfdc/docs_sistem-prisional/regras_minimas.pdf

Roberts, J. (1996). The Relationship Between the Community and the Prison, in Matthews, Roger; Francis, Peter (org.). *Prisons 2000: An internacional Perspective on the Current State and Future of Imprisonment*. Houndmills Macmillan Press.

Santos, B. S. (2003). *A Reinserção Social dos Reclusos - Um contributo para o debate sobre a reforma do sistema prisional*. Observatório Permanente da Justiça Portuguesa, Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra.

Segalen, M. (1999). *Sociologia da Família*. Lisboa: Edições Terramar.

Terrasêca, M. (1996). O Instrumento de Pesquisa: a entrevista. In *Referenciais Subjacentes à Estruturação das Práticas Docentes – Análise dos Discursos dos/as professores/as*. Porto: FPCEUP, pp. 63, 90-96.

Torres, A. C. (2002). *Casamento em Portugal. Uma análise sociológica*. Oeiras, Celta Editora.

Legislação:

Artigos retirados do Web site da Direcção-Geral da Reinserção Social – Ministério da Justiça, a 20 de Novembro de 2010:

- “Penas e Medidas na Comunidade”

http://www.dgrs.mj.pt/c/porta/layout?p_l_id=PUB.1001.18

- “Protocolos e Parcerias”

http://www.dgrs.mj.pt/c/porta/layout?p_l_id=PUB.1001.21

Artigos retirados do Web site, <http://www.dgsp.mj.pt/>, da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais – Ministério da Justiça, a 20 de Novembro de 2010:

- “Ensino”;

- “Formação”;

- “Modalidades de Formação Aplicáveis ao Contexto Prisional”;

- “Rumos de Futuro - da prisão para a inclusão”;

- “Projectos a decorrer nos estabelecimentos prisionais no âmbito do sub-programa sectorial GRUNDTVING do programa comunitário aprendizagem ao longo da vida”;

- “Outras Informações: Projecto Empreendedorismo para a Reinserção Social de Reclusos/as nomeado para prémio Boas Práticas no Sector Público”;

- “Trabalho”.

Decreto-Lei n.º 265/79, de 1 de Agosto, Execução das Medidas Privativas de Liberdade.

Decreto-Lei n.º 268/81, de 16 de Setembro

- Artigo 2.º – “Autonomia administrativa”.

Despacho conjunto n.º 451/99, Diário da República II Série N.º 127, 1-6-1999, Ministérios da Justiça e da Educação.

Portaria n.º 518/2007 – Decreto-Lei n.º 127/2007, de 27 de Abril

- Artigo 1.º – “Estrutura Nuclear do Gabinete para a Resolução Alternativa de Litígios”;
- Artigo 2.º – “Direcção de Serviços de Apoio aos Meios de Resolução Alternativa de Litígios”.

“Relatórios produzidos pela Provedoria da Justiça em 1996 e 1999”, retirado, a 18 de Novembro de 2008, do Web site:

<http://www.mj.gov.pt/sections/o-ministerio/instituto-de-reinsercao>

ANEXOS

ANEXO I

CARTA DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA OBSERVAÇÃO

Universidade de Lisboa
Instituto de Educação
Alameda da Universidade
1649-013 Lisboa

Exmo.(a). Senhor(a) Director(a):

No presente ano lectivo, no âmbito do Mestrado em Ciências da Educação, gostaria de solicitar a sua valiosa contribuição e a sua autorização para realizar a actividade de estágio na instituição que dirige. O trabalho é centrado na observação e participação nas actividades educacionais no referido estabelecimento.

A sua cooperação é fundamental para que o trabalho possa decorrer com a maior brevidade possível dado que a meados de Junho terá de estar concluído.

Tendo em conta, enquanto profissionais, o contexto e as questões de ética, assim que nos for dada autorização para nos dirigirmos às Vossas instalações, será entregue uma carta formal, redigida pela Coordenadora do Mestrado, se assim considerarem necessário.

Agradeço desde já a sua colaboração colocando-me ao seu dispor para eventuais esclarecimentos ou troca de informações.

Subscrevo-me com a mais elevada consideração.

Isabel Ramos

ANEXO II

IMAGEM DE SATÉLITE DO ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE PAÇOS DE FERREIRA



ANEXO III

GUIÃO DA ENTREVISTA REALIZADA AO DIRECTOR-ADJUNTO DO EPPF

I – Tema: Caracterização do sistema prisional no EPPF, sob o ponto de vista do director-adjunto.

II – Objectivos gerais:

- 1.º Obter elementos para uma caracterização do EPPF sob o ponto de vista do director-adjunto;
- 2.º Recolher dados para a orientação da observação no EPPF;
- 3.º Recolher dados para uma caracterização da opinião do director-adjunto sobre aspectos das relações interpessoais.

III- Objectivos específicos e estratégias:

A – Legitimação da entrevista e motivação:

- 1- Informar, nas suas linhas gerais, do trabalho de investigação: observação e participação nas actividades educacionais desenvolvidas no EPPF;
- 2- Pedir a ajuda do director-adjunto, pois o seu contributo é imprescindível para o êxito do trabalho;
- 3- Colocar o director-adjunto na situação de membro da equipa de investigação, embora com um estatuto especial: gradualmente, irá tendo conhecimento, mais pormenorizado, dos passos principais da investigação; na parte final do trabalho, ser-lhe-á fornecido o “feedback” da sua acção durante o período de observação.

B – O EPPF em geral:

- 1- Pedir a impressão geral do EPPF nos aspectos que considerar relevantes.

C – Os reclusos e a sua reinserção social:

- 1- Pedir a caracterização do EP em termos populacionais;

- 2- Verificar que objectivos estabelecidos existem com vista à reinserção dos reclusos;
- 3- Conhecer métodos e meios de acção no que toca à reinserção social.

D – Aspectos relacionais e de indisciplina:

- 1 – Pedir para indicar os “casos” de reclusos (em termos do que é positivo e negativo), tanto no plano de aprendizagem, como no da disciplina;
- 2 – Solicita a indicação de problemas, aspectos, situações ou casos que gostaria que fossem observados.

ANEXO IV

GUIÃO DA ENTREVISTA REALIZADA A UM GUARDA PRISONAL

I – Tema: Caracterização do sistema prisional no EPPF, sob o ponto de vista de um guarda prisional.

II – Objectivos gerais:

- 1.º Obter elementos para uma caracterização do EPPF sob o ponto de vista do guarda prisional;
- 2.º Recolher dados para a orientação da observação no EPPF;
- 3.º Recolher dados para uma caracterização da opinião do guarda prisional sobre aspectos das relações interpessoais.

III- Objectivos específicos e estratégias:

A – Legitimação da entrevista e motivação:

- 4- Informar, nas suas linhas gerais, do trabalho de investigação: observação e participação nas actividades educacionais desenvolvidas no EPPF;
- 5- Pedir a ajuda do guarda prisional, pois o seu contributo é imprescindível para o êxito do trabalho;
- 6- Colocar o guarda prisional na situação de membro da equipa de investigação, embora com um estatuto especial: gradualmente, irá tendo conhecimento, mais pormenorizado, dos passos principais da investigação; na parte final do trabalho, ser-lhe-á fornecido o “feedback” da sua acção durante o período de observação.

B – O EPPF em geral:

- 2- Pedir a impressão geral do EPPF nos aspectos que considerar relevantes.

C – Os reclusos e a sua reinserção social:

- 4- Pedir a caracterização do EP em termos populacionais;
- 5- Verificar que objectivos estabelecidos existem com vista à reinserção dos reclusos;
- 6- Conhecer métodos e meios de acção no que toca à reinserção social.

D – Aspectos relacionais e de indisciplina:

- 1 – Pedir para indicar os “casos” de reclusos (em termos do que é positivo e negativo), tanto no plano de aprendizagem, como no da disciplina;
- 2 – Solicita a indicação de problemas, aspectos, situações ou casos que gostaria que fossem observados.

ANEXO V

ENTREVISTA AO GUARDA PRISIONAL R. M. DO EPPF

1- O que te levou a escolher esta profissão?

Nunca pensei ser Guarda Prisional, é daquelas profissões que nenhum miúdo sonha ser quando for grande. Inicialmente foi uma oportunidade que surgiu, não sabia muito bem o que era nem o que se fazia, mas achei estimulante e um desafio. Apesar de não se conhecer o meio prisional, esta é uma área que desperta sempre muita curiosidade. Basta ver a quantidade de filmes que existem sobre este universo. O facto de lidar com pessoas, principalmente difíceis, foi também um atractivo na opção que tomei.

2- Que tipo de relação tem com os reclusos?

No meu caso tento ser o mais profissional possível, manter uma distância que me permita ficar imune às pressões e conflitos resultantes da convivência prisional. Não é fácil, se pensarmos que vou lidar com alguns reclusos durante cinco, dez, quinze ou mais anos... É inevitável que alguma relação surja, positiva ou negativamente. Um bom mecanismo de defesa, é tratar todos da mesma maneira, evitar juízos de valor, ou discriminação mediante tipologia do crime por que está recluso, assim como o nosso código deontológico a isso obriga. O que também não é fácil, não estamos ali para condenar ninguém, porém, tratar de igual forma um criminoso cujo crime é menos aceite pela sociedade, como um pedófilo ou um violador, e um criminoso que cometeu um crime passional ou menos grave, exige um bocado de nós. De resto, no dia-a-dia prisional, e devido às lacunas do sistema, tentamos conciliar o nosso papel de guarda, e em primeira instância de educador, enfermeiro, psicólogo, família e advogado.

3- Já foi alguma vez ameaçado?

Não muitas vezes, e as primeiras causam algum choque, depois acabamos por nos habituar e aprendemos a lidar com elas. Algumas não têm fundamento, outras exigem que accionemos os mecanismos de persuasão que dispomos.

4- Que tipo de ameaças te fizeram?

As mais frequentes são feitas indirectamente, sempre associadas ao “quando nos encontrarmos lá fora...”. Mas em noventa e nove por cento dos casos são seguidas de pedidos de desculpa.

5- Sentes-te seguro no teu local de trabalho?

Trabalhamos num local com uma carga emotiva muito pesada, muitas pressões e ânimos exaltados. Mas a nossa presença é quase sempre respeitada, somos nós a quem os reclusos recorrem sempre que precisam de alguma coisa. A maior insegurança prende-se essencialmente com o receio de doenças, grande parte da população prisional padece de doenças infecto-contagiosas, sida, hepatite, tuberculose, etc. Tentamos sempre ter o máximo dos cuidados com isso, e cumprir as medidas para nos protegermos.

6- Sentes-te bem com as condições que te são dadas no estabelecimento em que trabalhas?

No estabelecimento onde trabalho actualmente, sim, é um estabelecimento recente e construído segundo as mais recentes normas europeias. Existem algumas lacunas, mas nada que se compare a outros sítios por onde passei, nomeadamente, E.P. Coimbra ou E.P. Lisboa. Estes eram edifícios muito antigos, e sem grandes condições, nem para os guardas nem para os reclusos. Ainda existem estabelecimentos em que os reclusos não têm sequer casa de banho nas celas usam um balde!

7- Que características definem um bom guarda prisional?

Bom senso. Principalmente bom senso. Depois outras características importantes como saber dialogar, mediar conflitos, ser empático, profissional, imparcial, justo, autoritário ou flexível quando necessário, saber relacionar-se mantendo uma distância profissional.

8- Onde falham os serviços prisionais?

Penso que uma das principais falhas do sistema prisional é não haver separação de reclusos, não só entre preventivos e condenados, onde já foram dados os primeiros passos, mas também entre reclusos condenados por diferentes tipos de crimes. Não é produtivo para a sua reeducação juntar no mesmo espaço um criminoso que cometeu um

crime passional, ou preso por não pagar bilhete de comboio, com um violador, um pedófilo, ou autor de crimes graves organizados. Acaba por se tornar uma escola do crime. Também há falta de trabalho, falta alguma disciplina e obrigatoriedade de adoptar mais hábitos de vida saudáveis.

9- Achas que os reclusos têm todas as condições para uma boa integração?

Isso é um bocado utópico, e cada caso é um caso. Mesmo reunindo todas as condições, estamos sempre perante factores humanos e sociais. A integração do recluso depende em grande parte da sua vontade, dos meios disponibilizados mas também, e em grande parte do que o espera cá fora. Mas há casos de sucesso, há casos de reclusos que entram em condições verdadeiramente degradantes, principalmente devido ao consumo de estupefacientes, e conseguem estudar fazer formações profissionais, deixar de consumir, reeducarem-se para uma nova oportunidade quando saírem.

10- Existe violência física dentro do estabelecimento?

Sim, existe. Principalmente entre reclusos. Existem muitos conflitos e a maioria passa despercebida sem que sejam denunciados. Já não existe o conceito do Guarda que distribui cacetada para se impor. Esta é sempre a primeira questão que me põem quando comentam a minha profissão, existe esse estereótipo do guarda autoritário e violento. Felizmente as coisas já não são assim. A prisão é uma instituição muito mais aberta, onde trabalham muitos profissionais, das mais diversas áreas. O contacto do recluso não se restringe ao Guarda, e também dispõem de muitos meios de defesa. Os seus direitos estão mais assegurados e têm consciência deles.

ANEXO VI

GUIÃO DA ENTREVISTA REALIZADA A 2 TÉCNICOS DE EDUCAÇÃO

I – Tema: Caracterização do sistema prisional no EPPF, sob o ponto de vista da equipa técnica.

II – Objectivos gerais:

- 1.º Obter elementos para uma caracterização do EPPF sob o ponto de vista da equipa técnica;
- 2.º Recolher dados para a orientação da observação no EPPF;
- 3.º Recolher dados para uma caracterização da opinião da equipa técnica sobre aspectos das relações interpessoais.

III- Objectivos específicos e estratégias:

A – Legitimação da entrevista e motivação:

- 7- Informar, nas suas linhas gerais, do trabalho de investigação: observação e participação nas actividades educacionais desenvolvidas no EPPF;
- 8- Pedir a ajuda da equipa técnica, pois o seu contributo é imprescindível para o êxito do trabalho;
- 9- Colocar a equipa técnica na situação de membro da equipa de investigação, embora com um estatuto especial: gradualmente, irá tendo conhecimento, mais pormenorizado, dos passos principais da investigação; na parte final do trabalho, ser-lhe-á fornecido o “feedback” da sua acção durante o período de observação.

B – O EPPF em geral:

- 3- Pedir a impressão geral do EPPF nos aspectos que considerar relevantes.

C – Os reclusos e a sua reinserção social:

- 7- Pedir a caracterização do EP em termos populacionais;
- 8- Verificar que objectivos estabelecidos existem com vista à reinserção dos reclusos;
- 9- Conhecer métodos e meios de acção no que toca à reinserção social.

D – Aspectos relacionais e de indisciplina:

- 1 – Pedir para indicar os “casos” de reclusos (em termos do que é positivo e negativo), tanto no plano de aprendizagem, como no da disciplina;
- 2 – Solicita a indicação de problemas, aspectos, situações ou casos que gostaria que fossem observados.

ANEXO VII

ENTREVISTA REALIZADA À EDUCADORA B. V. DO EPPF

1- A sua formação inicial enquadra-se nas suas funções actuais? Como define a a sua profissão?

A primeira formação que adquiri foi de Animação Sócio-Cultural. A segunda foi a de Ciências da Educação. A primeira é utilizada pontualmente: “Café.com...”, festa de Natal, projecto musical... A segunda funciona como base para o que compete a um Técnico de Reeducação num E.P. A Educação acontece de modo informal ou não formal. É uma função de acompanhamento e aconselhamento ao recluso.

2- Acha que a equipa educacional existente neste estabelecimento são suficientes?

É insuficiente. Tenho uma média de 140 reclusos e é impossível conhecê-los a todos, devidamente. O ideal seria acompanhar os reclusos que se encontram numa só ala. Os colegas dos serviços de educação que se encontram na parte antiga da cadeia, presentemente, têm cerca de 200 reclusos cada!

3- Quais são as principais necessidades dos reclusos?

Do ponto de vista dos próprios: oportunidade de trabalho, apoios económicos por parte do Instituto de Reinserção Social, alargamento e flexibilidade com as visitas dos familiares e amigos.

Do meu ponto de vista: necessidade de afecto, estabilidade, segurança, durante e após o cumprimento da pena.

4- A sua função termina quando os reclusos terminam a pena, ou continua a acompanhar a sua reintegração no exterior?

Termina no momento em que saem em liberdade.

5- Qual foi a situação neste estabelecimento que mais a marcou?

Não consigo eleger uma... já foram algumas. Ter criado uma relação de amizade com um recluso, sujeita a pressões, desconfianças e mal-

estar para ambos. Superada a fase difícil, somos amigos, um pouco clandestinamente, mas somos.

6- Acha que a sua profissão devia ser desempenhada por um homem ou por uma mulher?

O melhor desempenho não depende do género, mas da atitude.

7- Sente-se discriminada por ser mulher, neste estabelecimento?

Não, sinto-me diferenciada. Jovem, atraente e mulher são muitas as portas que se abrem não pela competência reconhecida mas pela “capa” que agrava e destabiliza os elementos masculinos da casa. E esta casa é um verdadeiro poço de machismo e falsa moral.

8- A sua vida profissional afecta, de alguma forma, a sua vida pessoal?

Não afecta no sentido em que não o reconheço, mas quem gira à minha volta é da opinião que me deixo afectar.

9- O que pensa da profissão de educador social?

É uma profissão de mediação. É o elo entre a população alvo e o outro lado do muro, sejam eles instituições ou não.

10- Acha que os profissionais de Educação Social têm enquadramento nos serviços prisionais e podem ajudar a melhorar a vida dos reclusos?

Completamente.

ANEXO VIII

ENTREVISTA A UM RECLUSO DO EPPF

1- Qual o seu nome?

J.M.C

2- Que idade tem?

39

3- Qual o motivo porque está neste estabelecimento?

Tráfico de estupefacientes, entre outros relacionados com a droga. Ainda tenho processos a decorrer no exterior.

4- O que é mais difícil para si na vida de reclusão?

Sem dúvida a falta de liberdade, não poder estar com a família e os amigos. Mesmo neste estabelecimento que à primeira vista reúne condições um pouco melhores do que noutros sítios, só quem passa por esta situação compreende o que é estar aqui preso, quase não podemos ter vontade própria, tudo é segundo regras, tudo necessita de um pedido, às vezes dá a sensação que vamos sufocar... Então à noite quando nos fecham a porta a coisa piora. A falta de ocupação é o nosso pior inimigo aqui dentro. E claro os outros reclusos, há aqui gente da pior espécie, é só problemas a toda a hora, conflitos por tudo e por nada, toda a gente crava toda a gente. Às vezes estamos mal por nossa causa.

5- Acha que são necessários educadores para ajudar na integração após a reclusão?

Sem dúvida. Eu já aqui estou pela segunda vez, e tinha dito que nunca mais voltava. Há aqui pessoal que já esta a cumprir a terceira, quarta ou quinta pena... Não é fácil, por muita força de vontade que tenhamos quando saímos daqui, chegamos lá fora e ou temos família que nos ajude ou acabamos por seguir o caminho mais fácil. Há muitos preconceitos no exterior, basta ouvir a palavra “ex-condenado” para se fecharem muitas portas. A ajuda deveria continuar mesmo depois de sairmos daqui.

6- A nível psicológico e ajuda prestada, como se sente?

Eu não me posso queixar muito, tento levar isto um dia de cada vez, sei em quem posso confiar, e a quem me dirigir quando preciso de alguma coisa. Acho que me adaptei ao sistema. É muito mais fácil assim do que levar isto com revolta. A ajuda psicológica não é muita, acho que nem se pode chamar assim, é mais alguém a quem podemos recorrer quando precisamos de alguma coisa. Coisas essas que passam por um simples telefonema para casa, autorizações para usufruir de alguma regalia concedida pela cadeia, apreciação da precária, pedidos de visitas de amigos ou intimas, liberdade condicional, etc.

7- Aceitou a pena que lhe foi atribuída?

No início não, tentamos deitar a culpa em tudo e em todos, e depois vemos e analisamos casos semelhantes aqui dentro e sentimo-nos injustiçados. Eu não prejudiquei ninguém lá fora a não ser eu mesmo, e sei de reclusos que fizeram grandes maldades e foram condenados a penas bastante inferiores. Mas com o passar do tempo acabei por aceitar, não tinha outro remédio... e como já disse é mais fácil levar a “cana” se nos acomodarmos a ela.

8- Qual a actividade que gosta mais neste estabelecimento prisional?

Desporto. Apesar de já ter feito um pouco de tudo. O importante é estar ocupado. Já fiz arraiolos, cozi sapatos, trabalhei no refeitório, fui faxina, frequentei um curso de serralharia mecânica e trabalhei nos jardins. Gostava de frequentar a escola mas como já tenho o nono ano não posso. Mas é o desporto que mais me motiva, até porque ficamos cansados e à noite dorme-se melhor sem a ajuda de comprimidos. Gosto particularmente de jogar futebol. Felizmente temos boas condições para a prática do desporto, além de um ringue de futebol que também dá para andebol e voleibol, temos outro para jogar basquetebol. Também temos um ginásio.

9- Possui uma boa relação interpessoal neste estabelecimento?

Acho que sim, estou preso há 3 anos, mais 4 que cumpri da primeira vez, e só uma vez cumpri castigo. E não foi por minha causa, mas serviu de lição para a partir daí evitar qualquer tipo de confusão.

10- Acha que existe formação suficiente para todos os reclusos?

Claro que não, é muito pouca e por vezes tem pouca utilidade. Mas também sei que há reclusos que nem obrigados a frequentavam. Muitos frequentam só para facilitar nas saídas precárias e na avaliação da condicional. Fica sempre bem a frequência destas formações. Também porque são mal pagas. De qualquer maneira penso que em trezentos reclusos mais ou menos que existem nesta cadeia apenas uns cinquenta têm acesso a ela.

11- Sugira penas alternativas à reclusão.

Essa é uma boa questão... talvez multas, ou o trabalho comunitário. Assim sempre eram mais úteis. Até mesmo as pulseiras electrónicas, que agora estão na moda, são uma boa alternativa, assim privam-nos da liberdade mas não de estar com a família e os amigos. Há pessoas que vêm presas mas quem cumpre parte da pena são a mulher e os filhos que passam dificuldades em casa.

12- Quando sair da reclusão pensa que irá ser um melhor cidadão?

Talvez...não sei... Mas a cadeia deixa muitas marcas numa pessoa. Nunca mais hei-de voltar aqui, isso é garantido. Já perdi demasiado tempo da minha vida.

13- O que acha das visitas íntimas e das saídas precárias?

Penso que tudo o que nos mantém ligado ao mundo exterior é benéfico para a nossa reintegração. As saídas precárias ajudam muito sem dúvida. Passamos a encarar o resto da pena por etapas, e fazem-nos andar mais atinados. O pior é regressar ao fim de alguns dias... Quando se sai, nem dormimos para não perder tempo. Cada minuto é precioso, e temos tempo para dormir quando voltamos para aqui. Como só podemos sair de precária de 6 em 6 meses fui a casa no Natal e agora só no S. João. Quanto às visitas íntimas (sorrisos) gostava muito, mas como não sou casado nem tenho uma relação a sério, não posso... Tem muitas regras, só se pode usufruir delas se a pena por que se está

condenado for superior a três anos, se já tiver cumprido mais de metade da pena, tiver bom comportamento e ainda assim estar sujeito à apreciação do conselho técnico.